

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO

Marcos Crescêncio Sobrinho

A LUTA POR MORADIA E AS RELAÇÕES COM A
RELIGIOSIDADE: ações sociais e políticas de católicos em um
movimento por moradia na região do Vale do Paraíba

Taubaté – SP

2022

Marcos Crescêncio Sobrinho

**A LUTA POR MORADIA E A RELAÇÕES
COM A RELIGIOSIDADE: ações sociais e
políticas de católicos em um movimento por
moradia na região do Vale do Paraíba**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Políticas Sociais na Formação da Sociedade Brasileira.

Linha de Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Professora. Dra. Angela Michele Suave.

Taubaté – SP

2022

**GRUPO ESPECIAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – GETI
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBi
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

C919I Crêscencio Sobrinho, Marcos

A luta por moradia e as relações com a religiosidade : ações sociais e políticas de católicos em um movimento por moradia na região do Vale do Paraíba / Marcos Crêscencio Sobrinho. -- 2022.
137 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Angela Michele Suave, Departamento
de Serviço Social.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Movimentos Sociais.
3. Moradia. 4. Religião. I. Universidade de Taubaté.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano.
II. Título.

CDD – 363.5

Dedico este trabalho às pessoas que conheci na luta.

Agradecimentos

A Deus que em Jesus Cristo aceitou morar no nosso meio. Ao corpo docente e discente pelo companheirismo. Aos membros da Banca Examinadora por aceitarem o convite e disponibilizarem tempo de trocas de conhecimento. Ao movimento Luta Popular, de maneira especial, a ocupação “Quilombo Coração Valente” – Jacareí/SP por me iniciar no contato com os movimentos populares. À Paróquia Nossa Senhora de Fátima – Pindamonhangaba/SP e militantes de vários credos e sem credo do Vale do Paraíba por caminharem comigo neste caminho aberto pelo Papa Francisco de ida aos Movimentos Populares. Em especial aos amigos: Professora Dra. Angela Michele Suave pelo convite para o mestrado e por aceitar ser orientadora deste trabalho; Carlos Antônio e Sabrina pelos empréstimos de livros e participação direta nas minhas andanças; Amâncio e outros amigos próximos pelas doações de livros e aceitação de meu jeito mesmo com tantas diferenças.

“Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecnoeconômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça” (FRANCISCO, 2015, p. 37).

Resumo

Os ensinamentos religiosos exercem grande influência nas relações sociais e políticas que acompanham a formação da sociedade capitalista de produção e podem favorecer tanto a sua manutenção quanto as mudanças na história. Nesses termos é que esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência da religiosidade nas ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se da abordagem qualitativa com o uso dos seguintes instrumentos: observação participante e entrevista semiestruturada com 6 participantes católicos da ocupação. Para a combinação e cruzamento do material bibliográfico com o coletado em campo foi usada a técnica da triangulação de dados. Como resultado foi possível observar que a pandemia agravou a situação social dos ocupantes, com destaque para a situação de desemprego, de morte de pessoas queridas, crianças que não tiveram aula e ficaram sem o acesso à merenda escolar, dentre outros. No aspecto da relação da religião nas ações sociais e políticas do movimento, observa-se que a igreja católica apresentou pouco ou nenhum envolvimento até o momento da pesquisa. Analisa-se que somente com a organização política e social é possível buscar uma alternativa para a moradia aos ocupantes.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano. Movimentos Sociais por Moradia. Religião.

Abstract

The religious teachings exert a large influence over the social and political relations which accompany the development of the capitalist society of production and can favour either its maintenance and the history changes. It is on these terms that this research has as objective analyze religiosity's influence over the social and political actions of catholics that act in a social movement for housing in the region of Vale do Paraíba Paulista. From the methodological point of view, the qualitative approach was utilized with the use of the following means: participant observation and semi-structured interview with 6 catholic participants of the occupation. For the interviews' analysis, it was used the data triangulation technique. As results, it was possible to observe that the pandemic has aggravated the occupants' social situation, with an emphasis on the unemployment situation, dear people's deaths, children who didn't have class and were left without access to school meals, among other things. On the aspect of the religion's relation in the movement's social and political actions, it is observed that the catholic church presented little or no engagement up to moment of the research. It is analyzed that only with the political and social organization is possible to seek an alternative for the housing to the occupants.

KEYWORDS: Human Development. Social Movements for Housing. Religion.

Lista de Abreviações e Siglas

CDDH	-	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CDDH-PL	-	Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Pedro Lobo
CEBs	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEIFR	-	Centro de Estudos Interdisciplinares dos Fatos Religiosos
CEP	-	Conselho de Ética em Pesquisa
CEP-UNITAU-	-	Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CLOC	-	<i>Cordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo</i> – Via Campesina do Paraguai
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COVID-19	-	Novo Coronavírus descoberto em dezembro de 2019
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
CSP-Conlutas	-	Central Sindical e Popular
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
CVA	-	Programa Casa Verde e Amarela
DSI	-	Doutrina Social da Igreja Católica
EPIs	-	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	-	Estados Unidos da América
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FPSM	-	Frente Povo Sem Medo
FSM	-	Fórum Social Mundial
GCM	-	Guarda Civil Metropolitana
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIA+	-	Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, +
MCMV	-	Programa Minha Casa Minha Vida
MP	-	Movimentos Populares
MPC	-	Modo de Produção Capitalista
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	-	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONGs	-	Organizações Não Governamentais

PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	-	Partido Comunista do Brasil
PL	-	Partido Liberal
PM	-	Polícia Militar
PSDB	-	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	-	Partido Social Liberal
PSOL	-	Partido Socialismo e Liberdade
PT	-	Partido dos Trabalhadores
STF	-	Supremo Tribunal Federal
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TdL	-	Teologia da Libertação
UNITAU	-	Universidade de Taubaté

Sumário

1	Introdução.....	13
1.1	Problema.....	19
1.2	Objetivos.....	19
1.2.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	19
1.2.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	20
1.3	Delimitação do estudo.....	20
1.4	Relevância do estudo / justificativa.....	27
1.5	Organização do trabalho.....	28
2	Revisão de Literatura.....	30
2.1	Religiosidade em Marx.....	30
2.2	Direito à moradia e a realidade brasileira.....	37
2.3	Movimentos sociais e religiosidade.....	43
2.3.1	<i>Teologia da libertação.....</i>	49
3	Metodologia.....	52
3.1	Delineamento da pesquisa.....	52
3.2	Tipo de pesquisa.....	52
3.3	Participantes.....	53
3.4	Instrumentos de pesquisa.....	54
3.4.1	<i>Entrevista.....</i>	54
3.4.2	<i>Observação participante.....</i>	54
3.5	Procedimentos para coleta de dados.....	55
3.6	Procedimentos para análise de dados.....	57
4	Resultados.....	59
4.1	Demandas sociais.....	59
4.1.1	<i>Perfil dos entrevistados.....</i>	63
4.1.2	<i>Demandas.....</i>	65
4.1.3	<i>Motivo da organização.....</i>	70
4.2	Participação religiosa e a influência da religião nas ações sociais e políticas.....	75
	Considerações finais.....	86

Referências.....	88
Apêndices.....	98
Apêndice A - Roteiro para Entrevistas.....	98
Apêndice B - Relatório da Visita à Ocupação Coração Valente.....	99
Apêndice C - Relatório do Observador na Reunião dos Movimentos Populares..	102
Anexos.....	105
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	105
Anexo B - Parecer Consubstanciado do CEP.....	107
Anexo C - Decisão TJ SJC.....	110
Anexo D - Ofício 004-2020.....	113
Anexo E - Ofício 005-2020.....	115
Anexo F - STF Pet 9382 MC deferida.....	121
Anexo G - Relatório Oficial da Reunião dos Movimentos Populares.....	131
Anexo H - Fotos do Ato Inter-religioso 2020.....	136

1 INTRODUÇÃO

A realidade contemporânea está permeada pelo acirramento dos conflitos decorrentes da desigualdade social e das disputas pelo poder político. Se por um lado, os movimentos sociais de trabalhadores que se organizam para essa disputa política fortalecem a luta pelos direitos sociais, por outro, se assiste ao fortalecimento do neoconservadorismo, que na prática significa um retrocesso para os direitos alcançados pelos trabalhadores historicamente.

As lutas políticas e sociais decorrentes das desigualdades sociais passam pela necessidade de os trabalhadores suprirem suas necessidades mais básicas e elementares, como alimentação, trabalho, saúde, educação, moradia, dentre outras. Em relação à moradia, Rolnik (2021) afirma que esse é um Direito que ultrapassa o teto e é fundante para conseguir alcançar os demais direitos básicos.

Na particularidade brasileira, a organização social e política dos movimentos sociais por moradia se contrasta com tempos de autoritarismo e de precarização das relações de trabalho vivida pelos trabalhadores, definidas por Braga (2020) como “tempestade perfeita”. Portanto, é necessário compreender as relações políticas que estão tendo como base o neoconservadorismo, pois se materializam nas políticas sociais governamentais e impactam a vida cotidiana dos trabalhadores e, sobretudo, criminalizam os movimentos sociais por moradia.

O Brasil vivencia desde o período colonial uma forte influência religiosa no âmbito das decisões políticas, ainda que desde a instauração da República o Estado tenha sido oficialmente laico. É possível afirmar com Prandi; Santos e Bonato (2019:59) que no período das eleições presidenciais – 2018 – essa influência das religiões – de maneira particular, as evangélicas neopentecostais - nos rumos políticos do país se fez sentir expressivamente, tendo resultado na eleição do Presidente Jair Bolsonaro (que foi eleito pelo Partido Social Liberal, ficou grande tempo sem partido e atualmente está filiado ao Partido Liberal).

Esse governo é composto por uma tríade que abarca as políticas neoliberais, alianças com o militarismo e com o conservadorismo de grupos religiosos. Do ponto de vista programático político, desde a campanha eleitoral, há uma reação negativa à discussão de gênero e do ponto de vista econômico há a defesa irrefletida de preceitos liberais. No limite, essas práticas tornam o acesso aos bens sociais por parte dos trabalhadores ainda mais difícil.

Dentre as diversas necessidades dos trabalhadores, bem como a de trabalho que tem centralidade na vida dos sujeitos, está a falta de moradia ou mesmo a falta de condições dela. Com base em Engels (1982), entende-se que a questão da moradia só será resolvida por meio de lutas estruturais, que abarquem o próprio modo de produção capitalista. É preciso a organização dos trabalhadores em movimentos sociais que não busquem uma mera manutenção do modo de produção capitalista como defende a classe burguesa.

Para Suave e Faermann (2020, p. 270), no início da gestão do presidente da república Jair Messias Bolsonaro, houve muitos “cortes em programas sociais, incluindo o Programa Minha Casa Minha Vida”. Mais adiante, o governo mencionado até mudou o nome deste programa habitacional para “Casa Verde e Amarela”. Guerreiro e Rolnik (2020) afirmam que este novo programa continua na direção do programa da gestão anterior, o qual não tinha como objetivo principal o direito fundamental à moradia. Entretanto, piorou a situação que já era precária. Basta ver que o “Minha Casa Minha Vida” também era voltado “a famílias com renda familiar mensal de no máximo 1800 reais”. O novo programa extinguiu a “faixa 1” que tratava dessa classificação de renda, atualmente é a partir de dois mil reais (ROLNIK, 2020, s.p.).

Em contrapartida à falta de investimentos sociais, há a previsão de privatizações do patrimônio nacional, que é combinada com a agenda conservadora que abarca especialmente temas relacionados à criminalização do aborto e da perseguição aos movimentos sociais feministas e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+) ¹. Essa agenda, curiosamente, se afina com pautas religiosas de setores conservadores da Igreja Católica e Evangélica que se aliam nesse quesito.

A violência aos grupos LGBTQIA+ aumentou sob o governo Bolsonaro. Segundo o Fundo Brasil de Direitos Humanos (2022, s.p.), “cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência [...]. Segundo a pesquisa, esses dados estão atrelados à última eleição presidencial do Brasil em 2018”.

Ainda uma outra pesquisa:

(...) O relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), publicado em 2020, aponta que 329 pessoas LGBTQIA+ foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios), o que significa uma morte violenta a cada 26 horas. "Esses números garantem no país o triste título de campeão mundial de crimes

¹ Além da criminalização dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos em geral.

contra minorias sexuais: mais de metade das pessoas LGBTQIA+ mortas no mundo mora no Brasil" (VILELA, 2021, s.p).

O “ultraneoliberalismo” de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes² contou com outra força: a conjugação entre “a *doutrina neopentecostal da prosperidade e o espírito do empreendedorismo popular*” (BRAGA, 2020, p. 4). O autor afirma, dentre outros fatores, que o crescimento do neopentecostalismo também é de responsabilidade da própria igreja católica pelo abandono das populações periféricas. Aponta o momento de pandemia causada pelo novo coronavírus como um elemento inesperado que pode abalar este fortalecimento extremo do capitalismo em nosso país, pois “as classes subalternas experimentam uma aguda deterioração de suas condições de reprodução” (BRAGA, 2020, p. 7). Observa-se que essa crítica ao abandono católico dos sujeitos periféricos também foi uma autocrítica feita pelo próprio papa:

[...] Desejo afirmar, com mágoa, que a pior discriminação que sofrem os pobres é a falta de cuidado espiritual. A imensa maioria dos pobres possui uma especial abertura à fé; tem necessidade de Deus e não podemos deixar de lhe oferecer a sua amizade, a sua bênção a sua Palavra, a celebração dos Sacramentos e a proposta de um caminho de crescimento e amadurecimento na fé. A opção preferencial pelos pobres deve traduzir-se, principalmente, em uma solicitude religiosa privilegiada e prioritária (FRANCISCO, 2013, p. 119).

O neoconservadorismo pode ser compreendido como uma "doutrina" capaz de unir dois grandes pensamentos tradicionais norte-americanos de direita: o conservadorismo e o liberalismo. Ele se constitui por um movimento intelectual e político. O movimento intelectual precede o político; o movimento intelectual se refere aos defensores do liberalismo e ao anticomunismo, a partir dos anos de 1950 (LACERDA, 2018).

A autora explicita que a intelectualidade neoconservadora iniciou sua organização a partir da Guerra Fria com base no liberalismo econômico, no tradicionalismo moral e no anticomunismo. Até a década de 1970 os neoconservadores consideravam-se liberais, se opondo a intervenção estatal na economia, porém houve um movimento em que não concordaram com o chamado “liberalismo alterado” do Presidente Democrata dos EUA Lyndon Johnson (1963-1969), este trabalhou com a criação de programas que tinham como base a eliminação da pobreza e da desigualdade social, que advinham de movimentos contra a Guerra do Vietnã e pela libertação da mulher, além da defesa de cotas raciais e outras ações

² Ministro da Economia no Brasil de 2019 a 2022.

afirmativas. Assim, o movimento político neoconservador nos EUA se afastou dos democratas e se aproximou dos Republicanos da Direita Cristã, consolidando-se com a eleição de Ronald Reagan para presidência dos EUA em 1981 (LACERDA, 2018).

Avalia-se que a ideologia neoconservadora é produto de intenso conflito ideológico, político e social, pois ela surge quando forças sociais desafiam a ordem estabelecida pelas instituições. Lacerda (2018) esclarece que as ameaças vistas pelo neoconservadorismo são provenientes das políticas de bem-estar social, que reduzem as desigualdades; dos movimentos e conquistas LGBTQIA+ e dos movimentos feministas. Essa ideologia se materializa em movimentos de direita que privilegiam a ação estatal no sentido do saneamento financeiro do Estado e não das necessidades de investimentos sociais, além da defesa da atuação desse órgão como repressor aos trabalhadores e que tende a penalizar os mais pobres. Historicamente o neoconservadorismo adere aos regimes militares; privilegia a segurança nacional e não os direitos humanos, sendo que seu foco está nas questões sexuais, reprodutivas e da família, além da defesa do anticomunismo.

O referencial teórico utilizado na pesquisa está em consonância com o “Projeto Ético-Político” da profissão de assistentes sociais³, conforme o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (Org.) (2012), a partir de 1965, pelo “Movimento de Reconceituação Latino-Americano”, rompe com o “tradicionalismo do Serviço Social” e “conservadorismo”⁴ (p. 40). Este projeto é fundado na “teoria social de Marx” (p. 42).

Marx em “O Capital” dizia que “o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada” para uma sociedade em que “a relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores”. Esta forma de religião, em seu tempo, era apresentada “em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc.” (MARX, 1988, p. 75).

Montaño e Duriguetto afirmam que para Marx e Engels “as condições materiais existentes em uma sociedade – o modo como as coisas são produzidas, distribuídas e

³ Pois o pesquisador é formado em Serviço Social.

⁴ Além de assistente social, o pesquisador é padre e atua diretamente com comunidades eclesiais da Igreja Católica, tendo um pouco de conhecimento desta realidade. Um sujeito que procura estar ligado a organizações políticas e sociais de comunidades que carecem de acesso aos seus direitos sociais e, não raramente, enfrenta resistências de grupos que têm sua base no conservadorismo, inclusive dentro da sua própria religião.

consumidas – e as relações para tanto estabelecidas” são consideradas as “bases de suas estruturas sociais e da consciência humana” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 35), contrariando Hegel e os demais defensores da ideologia alemã que afirmavam a primazia do Estado sobre a sociedade. Marx e Engels (2007) dizem:

A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista (p. 74).

Marx (1998, p. 76) afirma:

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado.

O contexto social e político confirma a importância de reflexões sobre a influência da religiosidade, sobretudo do catolicismo, nas ações sociais e políticas de movimentos sociais brasileiros por moradia, posto que esta vertente religiosa não se colocou como aliada incondicional da presente conjuntura política. Pensa-se que desvendar essa trama nos coloca diretamente em conexão com as distintas ações religiosas que ocorreram no país e contribuíram para o giro político à direita, contribuindo para a eleição de um governo de extrema direita que se baseia no liberalismo e conservadorismo, além de ter os militares e milicianos como aliados.

Demonstra-se assim que, para compreender as relações econômicas, políticas, sociais e religiosas que se entrelaçam no contexto atual, é necessário considerar que o Brasil foi colonizado por uma monarquia católica e que o catolicismo teve e ainda pode ter grande influência na sociedade, seja antes da década de 60 do século XX com uma postura conservadora que contribuiu, inclusive, para a instauração do golpe de 1964; seja depois, com a postura libertadora desta mesma igreja que ajudou a derrubar o militarismo por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua fundamentação teórica – Teologia da Libertação (TdL) – inspirada pelo Concílio Vaticano II, como descreve Lesbaupin (*apud* AQUINO JÚNIOR *et all.*, 2018, p. 35-40); seja ainda depois, com o fortalecimento do neoliberalismo. Basta lembrar que, durante o pontificado de Bento XVI e João Paulo II, “aqueles que haviam tomado posições mais proféticas, fossem eles teólogos, bispos ou

padres, sofreram advertências, processos disciplinares, condenações” (LESBAUPIN, *apud* AQUINO JÚNIOR *et all.*, 2018, p. 40).

Compreender esse processo nos possibilita localizar este estudo nos marcos das mudanças na Doutrina Social da Igreja Católica feitas pelo Papa Francisco. Isso significa considerar uma inflexão da Igreja às lutas sociais num momento de fortalecimento do conservadorismo mundialmente, podendo essas ações impactar os valores e ações dos próprios movimentos sociais de trabalhadores, mais especificamente os de moradia.

A política atual da Igreja Católica se diferencia pela ação do papa atual, pois outros papas afirmavam que era possível fazer reformas no capitalismo. Francisco mostra que não. Por exemplo, depois de citar Bento XVI (2010, s.p.) que dizia ser necessário “converter o modelo global”, o atual papa afirma que “Não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Nesse campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso” (FRANCISCO, 2015, p. 114). E coloca em questão o termo “progresso”: “Um desenvolvimento tecnológico e econômico que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior não pode ser considerado progresso” (FRANCISCO, 2015, p. 114).

Francisco é rigoroso com os cristãos que se desviam do dever cristão de uma proximidade com os pobres: “Ninguém deveria dizer que se mantém longe dos pobres, porque as suas opções de vida implicam prestar mais atenção a outras incumbências” e apela: “Ninguém pode sentir-se exonerado da preocupação pelos pobres e pela justiça social”, mas é realista: “Temo que também estas palavras sejam objeto apenas de alguns comentários, sem verdadeira incidência prática” (FRANCISCO, 2013, p. 119).

O papa que escolheu o nome de um santo que tem como característica a doação da vida para os pobres (São Francisco de Assis) se aproximou dos pobres de maneira muito clara. Os seus gestos são confirmações disso: vida modesta e contato direto com os fiéis, entre outras atitudes.

Dentre tantas aproximações que ele próprio oferece, uma – de maneira peculiar – marca o caminho de mudança de rumo para uma aproximação aos movimentos sociais populares: seus três encontros mundiais com eles em anos subsequentes: 2014-2016 e contínuo contato com estes movimentos.

A hierarquia da Igreja tem pedido para que suas bases se aproximem dos movimentos sociais. Estas “bases” estão conscientes deste pedido “de cima”? Será que estas mesmas bases sabem o que pensam aquelas pessoas com as quais seu líder máximo (o papa) tem pedido aproximação?

Esses questionamentos poderão nortear o propósito de tratar da relação da religiosidade com as ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista, conhecendo as bases materiais dos sujeitos que constroem um cotidiano de luta por meio de suas demandas sociais e mesmo por meio da identificação de como acontece a participação religiosa dos católicos no movimento social estudado, além de analisar a relação das ações sociais e políticas com os valores cristãos.

1.1 Problema

A pesquisa em questão tem como base inicial as problematizações realizadas acerca da relação dos movimentos sociais por moradia com as ações sociais e políticas da Igreja Católica, considerando os diversos aspectos que envolvem a organização política e social das lutas populares, dentre eles o religioso.

Nesse sentido, a dissertação tem como problema de pesquisa a relação das ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista com a religiosidade, esclarecendo possíveis motivos do afastamento da Igreja Católica da prática de sua própria doutrina social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação das ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista com a religiosidade,

1.2.2 Objetivos Específicos

Conhecer algumas demandas sociais pelos trabalhadores entrevistados que se organizam no movimento social por moradia.

Identificar como acontece a participação religiosa dos católicos no movimento social por moradia.

Analisar se as ações sociais e políticas dos participantes católicos no cotidiano do movimento social são influenciadas pela sua igreja e, se negativo, os possíveis motivos do afastamento desta igreja da luta social.

1.3 Delimitação do estudo

Existe um déficit habitacional no Brasil que é de longa data. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), em 10 anos (de 2004 para 2014), houve um crescimento no número de domicílios alugados (era 15,4% em 2004 e passou para 18,5% em 2014) e o percentual de domicílios próprios permaneceu no mesmo percentual em 2004 e 2014: 73,7%.

Sobre o Vale do Paraíba, o ministério das cidades declarou nesta mesma época (de 2004 para 2014) que havia um déficit de 52 mil imóveis, o equivalente ao número de imóveis de uma cidade do porte de Pindamonhangaba (GLOBO.COM, 2014, s.p.). É importante destacar que não foram encontrados dados mais atuais sobre o déficit habitacional na região.

No Brasil, durante as presidências do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), segundo Suave; Santos e Faermann (2019:129), houve um certo investimento em política habitacional: “3,6 milhões de famílias beneficiadas em casas populares”. Todavia, conforme as mesmas autoras: “favoreceu, sobretudo, a ampliação do capital”. O programa habitacional destes governos “não impactou significativamente o déficit habitacional”, pois o dinheiro investido na compra deste imóvel serviria para comprar, possivelmente, até “quatro ou mais casas, a depender da taxa de juros e lucros do capitalista que acompanha a especulação do mercado imobiliário”. Ou seja, além do lucro da classe burguesa pela exploração do trabalho da classe dominada, a classe dominante ganha “pelas especulações do mercado imobiliário no contexto do capital financeiro” (SUAVE; SANTOS; FAERMANN 2019:130).

Logo que Jair Bolsonaro iniciou o mandato da presidência, houve um rearranjo de diversos ministérios, incluindo a extinção dos Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional, fundindo-os no Ministério do Desenvolvimento Regional, fato que demonstra a falta de investimento na área habitacional e desconsidera as necessidades sociais.

Para Guerreiro e Rolnik (2021), além de cortes no orçamento para habitação, o programa habitacional nacional, apresentado com nova roupagem, promove um corte no investimento nos trabalhadores com renda mensal abaixo de dois mil reais (na gestão anterior era R\$1.800,00); austeridade acompanhada do congelamento do salário-mínimo; e da reforma da previdência (e trabalhista no governo anterior – Michel Temer), que retiraram direitos conquistados por meio de muita luta da classe trabalhadora em tempos anteriores.

Com um discurso de neutralidade, na prática o Estado não defende a classe trabalhadora, considerada como “despossuída” da riqueza socialmente produzida, “milhares de pessoas são ameaçadas e vivem à mercê de perder sua moradia em nome dos direitos individuais” que blindam o direito à propriedade privada.

Para Suave e Faermann (2019), o Estado está a serviço de uma das classes. Citam o exemplo das desocupações de terreno que são feitas para responder aos interesses do mercado imobiliário para a reprodução de seus lucros, restando aos trabalhadores a organização para a luta, pois, como foi bem explicitado pelas autoras, há contradições no domínio burguês e o processo de luta pode resultar em políticas sociais que possibilitam o acesso ao direito à cidade.

O direito à moradia é um dos direitos fundamentais do ser humano, reconhecida na Constituição Federal de 1988 na seção Dos Direitos Sociais, em seu sexto artigo “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL 1988). Porém, o crescimento das cidades é acompanhado do crescimento da precarização das condições de habitação da classe trabalhadora.

Para Engels, a grande burguesia não quer resolver a questão da moradia, mas quando faz alguma coisa referente a esta questão, como já foi dito no manifesto do partido comunista, faz de forma a “remediar os males sociais com o fim de assegurar a sociedade burguesa” (MARX, ENGELS 2006:114).

Uma sociedade na qual a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de trabalho para sobrevivência não se faz presente a preocupação com habitações que atendam às necessidades de toda população. Tal precariedade é ocultada pela estratégia burguesa que apregoa uma falsa “harmonia” entre os interesses antagônicos entre as classes sociais, “O evangelho da harmonia entre capital e trabalho já anda a ser pregado há cinquenta anos; a filantropia burguesa gastou muito dinheiro para provar essa harmonia através de instituições-modelo” (ENGELS 2009, s.p.).

O trabalhador é, muitas vezes, seduzido a querer ter uma propriedade como um “capital”, o que não é possível, pois “capital é comando sobre trabalho alheio não pago” (ENGELS 2009, s.p.). Por este motivo, não temos condição de dizer que a casa própria do trabalhador é capital. O autor afirma que isto só se torna verdade quando se lucra com aluguel, pois o proprietário passa a receber o pagamento que é fruto do trabalho de outrem. Mas, nem por isso, podemos chamar este operário de capitalista enquanto ele continuar tendo que trabalhar para sobreviver. O que resta ao trabalhador é a luta social e política para a sua sobrevivência.

Os capitalistas colocam à vista do trabalhador a “miragem da casa própria” com o intuito de lançá-lo à propriedade como a sociedade feudal amarrou o servo obediente, enquanto isso, a sociedade burguesa que afirma tentar resolver esta questão, provoca ainda mais concentração de moradia.

Neste contexto, cuja necessidade de refletir sobre os movimentos de luta por moradia é importante, destaca-se o protagonismo da ação política dos sujeitos que ocupam terrenos ou imóveis para a sua moradia no espaço urbano, pois se relaciona com as demais relações sociais, marcadas pela exploração e privação da riqueza socialmente produzida. Destaca-se, sobretudo, a importância de se conectar com os demais direitos, bem como o direito à cidade, ligando-se à luta estrutural da classe trabalhadora, ainda que se tenha limites impostos pelo sistema capitalista no tocante às reformas, tais ações podem ser traduzidas como mediações para o alcance da transformação social.

A respeito de programas como o “Minha Casa Minha Vida” ou o “Casa Verde e Amarela”, encontramos luzes para a compreensão desses programas nos escritos de Engels, pois ele já apontava uma possível crítica ao afirmar que a burguesia é a classe que se beneficiaria com o trabalhador tendo de pagar pela sua moradia, isso sem contar com as taxas

de lucros pagas pelos trabalhadores às grandes construtoras e demais capitalistas envolvidos no processo. No caso brasileiro, somente com as expropriações dos prédios ociosos já seria possível atenuar a questão da moradia, contudo, o que o capital faz é justamente empurrar esses trabalhadores para as periferias ou ocupações de locais urbanos, os submetendo a condições de moradia precárias em meio aos conflitos advindos dessa relação, além da violação desse direito social básico.

Em meio a essa trama, o chamado “Estado Democrático de Direito” não atende ao direito à moradia, conforme preconizado constitucionalmente. Pelo contrário, muitas vezes, cumpre um papel de liderança para criminalizar e reprimir os trabalhadores que buscam efetivar seus direitos sociais em nome da defesa de seu “princípio maior”, o da “propriedade privada”.

Estabelece-se, dessa forma, ações repressivas por parte do “Estado Democrático de Direito” para responder às ações dos sem-teto predominando o domínio de uma classe sobre a outra, pois avalia-se que o Estado passa a ser o representante dos interesses políticos e econômicos dos donos dos meios de produção. Todavia, na contradição desse processo pode abrir-se um espaço para que os sujeitos alcancem algum direito por meio das políticas sociais, desde que não firam aquilo que se entende como a base da propriedade privada.

Diante desse contexto, postula-se a resistência dos movimentos sociais que se firmam na luta pelo acesso aos seus direitos sociais e alcançando mudanças significativas na consciência dos sujeitos que participam dessa organização e fazem mudanças sociais concretas. Pode-se citar como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto que constrói cotidianamente sua organização com outros trabalhadores ou instituições como meios de fortalecer a luta.

De acordo com Medeiros (2020), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é no Brasil um movimento social importantíssimo e em elevado crescimento político. O autor relata que na América Latina, em 2013, explodiu uma crise que foi decisiva na criação de uma “nova esquerda”. Esta esquerda nascente gerou o “levante estudantil” no Chile e o movimento “#YoSoy132” no México. “No caso do MTST, o fenômeno é diferente. Quando a crise [...] explode no Brasil, o movimento já tinha 13 anos de um trabalho árduo” (MEDEIROS 2020:186).

Esse movimento surgiu no final dos anos 1990, e em 2013 tomou posicionamento político bem definido, inclusive aproximando-se de partidos políticos que apresentam afinidades com seu programa político. Ele apoiou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no primeiro turno das eleições de 2014 e o Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo. Em 2013, ele percebeu que não dava para lutar sem aproximação com partidos políticos, como o “movimento passe livre” estava fazendo (MEDEIROS 2020) e em 2015, por causa da aproximação do PT com a classe burguesa, criou a “Frente Povo Sem Medo” para fazer luta mesmo sem o governo ouvir as pautas dos movimentos sociais (no auge da crise Dilma os chamou, mas já era tarde). Em seguida, foi justamente esta frente parlamentar a que mais fez frente contra o golpe.

Dos programas de governo do período de 2014, o que mais se aproximou das pautas do MTST foi o do PSOL que propôs “Combater a inflação, reduzindo as taxas de juros” (GENRO 2014:16-20); rejeitar a “política do ‘superávit primário’” por meio da “auditoria da dívida”; obter “controle sobre o fluxo de capitais”; fazer uma “Revolução Tributária”; criar a “Lei de Responsabilidade Social”; “Combate à desindustrialização e à reprimarização da economia”; “Financiamento com juros baixos para as pessoas e o setor produtivo”; “Revisão das Privatizações”; “Retomar a capacidade de planejamento do Estado”; “Estabelecer um Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano”; “Aumentar a renda dos brasileiros e reverter a bolha de endividamento das famílias” (GENRO 2014:21). O Partido dos Trabalhadores, em contrapartida, afirmava em seu programa a intenção de conduzir “a política econômica e a criação e fortalecimento de um grande mercado de consumo de massas” e “políticas consistentes e continuadas de apoio ao agronegócio e à agricultura familiar” (PARTIDO DOS TRABALHADORES 2014:9-10), embora apresentasse depois uma “reforma urbana”, superficialmente.

Enquanto isso, o PSOL (p. 44-49) apresentou as seguintes propostas de “Habitação e Reforma Urbana”: “Planejamento e Orçamento Participativos obrigatórios em todos os municípios do país”; criar “Nova Lei do Inquilinato”; implantar “política federal de desapropriação de terrenos ociosos e destinação de terrenos da União (SPU) para habitação popular”; “Política de combate a despejos forçados, criando Secretaria específica no Ministério das Cidades”; “Ampla reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida”; “Limitação para a aquisição de imóveis”; “Lei da Casa Vazia”; “Política federal de Aluguel

Social em áreas centrais”; “Urbanização e regularização de favelas”. Sem contar “Mobilidade e Transportes” que é um tema desenvolvido à parte.

Para o MTST (2016, s.p.), a crise econômica que se apresentava no governo Rousseff era resultado das “concessões ao mercado e à direita – atacando programas sociais e direitos dos trabalhadores” em nome da “governabilidade”. Além de não conseguir conceder o acesso à moradia aos trabalhadores, “não cessou o cerco político a seu governo”, e também perdeu a “base social”, pois havia uma “política de retrocessos definida pela elite financeira”, a qual estava disposta a apoiar: “a Reforma da Previdência, a Reforma Fiscal, o acordo com o PSDB em relação ao pré-sal e a lei antiterrorismo” atacava “programas sociais e direitos dos trabalhadores”.

Além disso, a “operação Lava Jato, conduzida pelo ex-juiz Sergio Moro em nome do legítimo anseio de combate à corrupção”, estava consolidando “o ataque de setores do poder judiciário a garantias constitucionais” como a “condução coercitiva do ex-presidente Lula sem qualquer intimação prévia” (MTST 2016, s.p.).

Essa situação toda levou ao “esgotamento da política de conciliação no Brasil”. O MTST (2016, s.p.) afirmou em sua “declaração política” que “tanto a direita parlamentar quanto o governo Dilma brincam com fogo”, pois o país estava entrando em um “clima de convulsão social” devido à “piora nas condições de vida dos trabalhadores”. Este clima era “alimentado ainda mais pela crise política”.

O MTST (2016, s.p.) então declarou que “as ruas” representavam “cada vez mais o espaço do enfrentamento político”, pois “a maioria do povo brasileiro” não acreditava mais “no Governo, no Congresso e menos ainda na oposição de direita para uma saída popular à crise”. A saída que o MTST defendeu foi “com o povo nas ruas e pela esquerda”.

O movimento lutou contra o chamado “golpe parlamentar” por meio desta mesma frente e contra o ajuste fiscal. Foi ocupada a Secretaria da Presidência da República na mesma semana da posse de Michel Temer (vice de Dilma que assume depois dela) “contra a paralização das obras do MCMV” (Minha Casa Minha Vida) por meio da Frente Povo Sem Medo (FPSM) e com “atos em todo o Brasil no dia 04 de setembro de 2016”, tornando-se “a principal força política contra o impeachment” (MTST 2017, s.p.).

A frente parlamentar “Povo Sem Medo” conforma “um campo amplo, desde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) à intersindical, desde o PCdoB e setores à esquerda do

PSOL, com o objetivo de consolidar uma unidade mais sólida nas ruas e nas lutas contra os planos de austeridade e o avanço conservador” (MTST 2017, s.p.).

Em 2018, se consolida a candidatura de Guilherme Boulos, principal dirigente do MTST, para a presidência da república. “O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também se somaria a aliança inédita entre partidos e movimentos” (MEDEIROS 2020:194), considerando que no ano de 2022, nas eleições parlamentares, Guilherme Boulos foi eleito deputado federal com mais de 1 milhão de votos, o candidato mais votado do Estado de São Paulo.

Do ponto de vista das ações expressivas dos movimentos sociais por moradia no contexto urbano, tem-se como significativa a ação do MTST, que pode representar uma nova geração para a esquerda brasileira, mas não se tem dados e nem tempo suficiente de ação do movimento que consiga sinalizar para essa articulação da ação direta das ruas e das ocupações para o parlamento.

Diante do contexto habitacional e da luta política por moradia nacional, no presente foi considerada a particularidade de um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista, mais precisamente no município de Jacareí. Importante a observação de que tal movimento não está incorporado ao MTST e sim a um outro movimento social, chamado “Luta Popular”.

Quem é o Luta Popular?

Somos um movimento popular que organiza trabalhadoras e trabalhadores, principalmente os mais pobres, a partir do território onde vivemos. Por meio das ocupações e da luta nos bairros de periferia, organizamos lutas por tudo aquilo que o sistema nos nega todos os dias. Somos um movimento com independência perante governos e patrões e autonomia diante dos partidos. Quem quiser chegar é só chegar, basta respeitar que as decisões são tomadas nos espaços coletivos do movimento, e que quem decide os rumos da luta é o povo! Acreditamos que as nossas necessidades só serão atendidas através da luta direta. E na nossa caminhada tem que ter muito respeito, sem racismo, nem machismo, nem qualquer tipo de preconceito ou opressão, que só fazem dividir o povo. Nossa união é nossa força contra os de cima! O que a gente quer é poder viver melhor, e a partir das nossas lutas em cada território, construir escolas de poder popular, pra que o povo cada vez mais ganhe a confiança em si mesmo e a certeza de que o mundo mudado que a gente precisa vai vir das nossas mãos! ORGANIZAR OS DE BAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA! (LUTA POPULAR, s.a.a, s.p.)

Este movimento está presente no bairro Bandeira Branca, em Jacareí – SP desde outubro de 2018. Antes disso, o mesmo grupo de 350 famílias tinha sido despejado na região do Rio Comprido. Hoje, em meio a conflitos, este grupo que se autodenomina “Quilombo

Coração Valente”, resiste por meio de “passeatas, auto-organização, mutirões, auto defesa, assembleias, oficinas, reuniões de mulheres, horta, esforço coletivo para garantir condições de energia, água e esgoto e manifestações para terem reconhecido seus direitos” (LUTA POPULAR, s.a.b, s.p.).

A escolha do referido movimento se deu pela expressividade do problema da moradia na região que retrata de maneira latente as desigualdades sociais promovidas pela lógica mercadológica do sistema capitalista de produção. Tal opção por focalizar os estudos dessa pesquisa em um movimento por moradia se deu pela compreensão da centralidade que essa bandeira ocupa na luta pelos direitos sociais e por sua relação histórica com as organizações de base da Igreja Católica, por meio das CEBs que se fundamentaram teoricamente na Teologia da Libertação (TdL) nessa relação de construção conjunta com os movimentos populares do Brasil.

1.4 Relevância do estudo / justificativa

Para além da relevância social e política que a presente pesquisa apresenta para compreender o momento social e político atual, salienta-se que ela se alinha às diretrizes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, especialmente com a linha de estudos dos Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano:

A linha tem foco na investigação dos ambientes imediatos e distantes e mensura as contribuições dos contextos de formação do desenvolvimento humano. Com ênfase no estudo das práticas sociais, os pesquisadores analisam a criação de redes de relações nas quais os indivíduos compartilham significados (UNITAU, 2020, s.p.).

O presente estudo contribui para desvendar a análise de movimentos sociais por moradia em relação às influências das ações políticas e sociais da Igreja Católica, transpondo a consciência social de uma parcela da classe trabalhadora em sua aliança ou não com movimentos religiosos no sentido de contribuir com o acesso a direitos sociais e melhorar as condições de vida de alguns sujeitos, ou mesmo no sentido de fortalecer o movimento neoconservador que se fortaleceu mundialmente.

Inegavelmente, a temática desta pesquisa se relaciona com o desenvolvimento humano e com a própria história social, pois esse momento caracteriza-se pela desigualdade

social entre as classes sociais e não está dissociado da história da luta de classes, como bem disse Marx e Engels (2006, p. 84) “A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história de lutas de classes”.

Vejam a citação de Rolnik em relação ao direito à moradia que tem centralidade na pesquisa:

A questão da moradia é absolutamente central. O direito à moradia adequada já é um direito para todos, inclusive do ponto de vista do marco internacional dos direitos humanos. Direito à moradia não é ter quatro paredes e um teto em cima da cabeça. A definição de moradia é a moradia como um portal, um lugar, um território a partir do qual é possível acessar o direito à educação, o direito ao meio ambiente adequado, meios adequados para a sobrevivência e para o **desenvolvimento humano** [grifo nosso] (ROLNIK, 2020 p.1).

Essa é uma oportunidade de compreender por meio da interdisciplinaridade a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e religiosas apresentadas na realidade atual, mais especificamente nessa relação dos participantes católicos de movimentos sociais com a Igreja Católica em suas ações políticas e sociais.

1.5 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Divulgação, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução subdivide-se em seis subseções: Problema, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo (Justificativa) e Organização do Trabalho.

A revisão de Literatura apresenta as produções significativas ao estudo referentes à religiosidade, ao direito à moradia e aos movimentos sociais.

A metodologia subdivide-se em cinco subseções: Delineamento da pesquisa, População, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados e Procedimentos para Análise dos Dados.

Em seguida, apresentam-se os Resultados da pesquisa, bem como as Referências. Nos Apêndices consta o “questionário para a entrevista” seguido das entrevistas e nos Anexos outros documentos disponibilizados pela universidade, como o Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) e o Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) com a aprovação da pesquisa (Anexo B).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste item trabalhou-se com a revisão de literatura narrativa. Para Rotther (2007), essa técnica não informa os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos, pois constituem em análises da literatura publicadas em livros, artigos de revistas por meio de uma análise crítica do autor. Assim, foram feitas leituras de obras clássicas e contemporâneas consideradas relevantes acerca de algumas categorias de análise, bem como a religiosidade, direito à moradia e movimentos sociais. O intuito foi o de buscar uma síntese com evidências capazes de auxiliar na elucidação do problema de pesquisa, reunindo e avaliando criticamente os conceitos trabalhados pelos autores selecionados.

2.1 Religiosidade em Marx

Para as reflexões sobre a religiosidade, buscou-se trabalhar com o conceito de religião acerca dos pressupostos de Karl Marx para fundamentar e dar direção teórica às análises sobre a influência da religiosidade nas ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista. Entende-se a importância de se refletir sobre as concepções da religião em outros pensadores clássicos da sociologia, como Durkheim e Weber, porém não as trataremos em profundidade devido aos limites postos a esta pesquisa.

Inicialmente é importante o esclarecimento trazido por Costa (2017) de que Marx não fez um estudo sistemático sobre a religião, o tema apareceu apenas de forma esparsa em suas obras e colocou em pauta alguns problemas das abordagens sociológicas. Para o autor, Marx e Engels fizeram críticas fundamentais aos temas da alienação, dominação e conflito que contribuíram com a abordagem da religião devido à composição de sua análise social. A religião seria constitutiva da superestrutura que se figura pelo conflito de classes e pela alienação que mascara essa realidade. O autor ressalta que “Marx e Engels são mais importantes pela crítica sociológica da religião em geral, do que pela análise de religiões em específico, sendo que, em sua teoria social, a crítica é a análise” (COSTA, 2017, p. 8).

Se uma reflexão sobre religião ligada à luta social pode surpreender, Michael Löwy ao apresentar Marx e Engels como sociólogos da religião pode surpreender ainda mais. Este

autor brasileiro, pesquisador do Centro de Estudos Interdisciplinares dos Fatos Religiosos (CEIFR), em Paris, inicia um artigo afirmando que a frase mais conhecida atribuída a Marx a respeito da religião “A religião é o ópio do povo” não é de Marx. Esta frase que também foi utilizada por este autor, já havia sido proferida por Kant, Herder, Feuerbach, Bruno Bauer, entre outros (Cf. LÖWY, 1998, p. 157). Além desta quebra de paradigma (que Marx não foi o primeiro a proferir a clássica frase), Löwy (1991) afirma ainda que quando Marx proferiu a frase era ainda jovem, justamente por ser discípulo de Feuerbach, que era (como Marx) hegeliano de esquerda, ou seja: disse isso (depois de outros autores já terem dito) quando ainda não tivera contato direto com a luta operária (p. 12).

Vale aqui uma observação: Michael Löwy (2002) diz que Marx nunca deixou de ser revolucionário, mas é entre 1840 e 1848 que ele toma contato com o movimento operário (p. 11).

Pode-se considerar o *Manifesto do partido comunista* de 1848 como o *resultado*, a concretização, a conclusão prática/estratégica da reflexão filosófica e política do jovem Marx sobre as condições de possibilidade da revolução como auto-emancipação proletária (LÖWY, 2002, p. 23).

Voltando ao tema, evidencia-se que são poucas as citações de Marx a respeito da religião. Em “O Capital” encontra-se, por exemplo, uma fala sobre o protestantismo como uma religião da burguesia, quando expõe a desapropriação das terras da Igreja Católica e fala do corte dos feriados de dias santos proporcionados por esta nova religião, favorecendo, assim, a implantação da sociedade burguesa. Porém, não chega a uma conclusão se foi a religião protestante que criou o capitalismo ou o contrário (LÖWY, 1998 p. 160).

Como Marx deixou o tema em aberto, encontramos uma continuidade desta reflexão com Friedrich Engels. Embora ateu como Marx, este autor teve origem religiosa, o que abriu possibilidade para um interesse maior em relação ao tema da religião. Comunga das teses dos hegelianos de esquerda que contestavam a religião, mas apresenta interesse na função revolucionária da religião protestante na Inglaterra, embora a revolução ocorrida fosse a burguesa. Apresentava mais admiração pelo cristianismo primitivo que, aparentemente, agrupava os escravos entre outros grupos de pessoas contra o império romano. Entende-se que a religião proporcionou esta revolução. Ele também admirava Thomas Münzer, um

revolucionário cristão que dirigiu uma revolta que levou Engels em 1850 a escrever “A guerra dos camponeses” (LÖWY, 1998, p. 163-165).

Löwy faz, porém, uma crítica necessária a Engels. Münzer (e o mesmo pode-se afirmar de outros revolucionários religiosos) não se utilizou da religião para fazer a revolução. Ele, de fato, acreditava naquilo que pregava. Engels afirma que a religião foi utilizada para a revolução pela última vez na Inglaterra, pois Hobbes trouxe fundamentação para os reis da época baseado no ateísmo. Era necessário aos burgueses revolucionários serem religiosos para enfrentarem a aristocracia.

Löwy (1998, p. 169) aponta um artigo de 1853 em que apresenta Engels elogiando um grupo de camponeses católicos na defesa de seus padres reprimidos pelo príncipe protestante de Bade. Embora diga que o clero é um instrumento da revolução, Engels, com este artigo, se mostra indiretamente voltando atrás quando havia afirmado que a religião não era mais necessária na revolução.

O autor encerra sua reflexão com outra cena de Engels se admirando com um episódio da classe burguesa da Inglaterra que ao trazer o “exército da salvação” (um grupo religioso) para levar o espírito cristão para os operários, poderia estar fazendo o oposto, pois aqueles homens poderiam o levar junto à organização da classe. O que, para o próprio Engels, poderia ser um perigo para a burguesia (LÖWY, 1998, p.170).

Assim, entende-se que nos dias contemporâneos em que a concepção do neoconservadorismo se objetiva na política governamental brasileira com força significativa pela via de setores conservadores que atuam por meio das religiões, sobretudo nas igrejas católicas e evangélicas, a teoria de Marx e Engels jogará luzes às reflexões que se pretende fazer na presente pesquisa.

Na igreja católica, parece existir um campo aberto para uma atuação progressista. Frei Betto (*apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018) afirma que o Papa Francisco tem mostrado uma postura diferente dos outros papas. Os anteriores eram próximos dos patrões e buscavam uma mudança na sociedade por meios paternalistas, enquanto Francisco concebe a mudança por meio dos movimentos populares. Os antecessores a Francisco concebiam que as mudanças na sociedade viriam por meio dos ricos e poderosos para não dizer da maioria que queria manutenção mesmo. A eles eram dirigidos os discursos. Agora, com Francisco as coisas

mudaram (BETTO, *apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 207-210). “Seu interlocutor é o pobre, o excluído, o militante social” (BETTO, *apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 210).

No final de seu discurso no 2º encontro, que ocorreu na Bolívia, o papa afirma novamente aos movimentos populares que “o futuro da humanidade [...] está fundamentalmente nas mãos dos povos, na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança” e não somente “nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites” (FRANCISCO, 2015b, p. 10).

No primeiro encontro, o Papa Francisco (FRANCISCO, 2014, p. 2), ao falar de vários significados do termo “solidariedade”, afirma que “É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais”. Frei Betto (*apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 209) indaga sobre o papa ter dito “causas estruturais da pobreza”. Diz o frei: “Ora, isso requer um mínimo de instrumental teórico que somente o marxismo oferece. Não esperemos, entretanto, que o pontífice ouse admitir isso em público” e concordamos com ele ao dizer que “Já representa um avanço ele frisar a atenção que se deve dar às causas estruturais”.

Os princípios do “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels escrito em 1847 (publicado em 1948), segundo Engels (*apud* MARX; ENGELS, 2006) no prefácio à edição inglesa de 1888, “realizaram um progresso considerável entre os operários de todos os países” e, mesmo depois de anos de publicação “o próprio *Manifesto* voltou à frente de batalha” (p. 69).

Considerando que este trabalho trata dos movimentos populares, é importante citar esta obra (manifesto) que é fonte de inspiração para tais movimentos, pois eles têm o marxismo como base e tal obra é a mais voltada para as lutas sociais e conflitos contemporâneos aos autores.

Além disso, trazer Marx para a discussão é trazer os fundamentos da necessidade de formação e organização de trabalhadores que sofrem com as mais diversas expressões da desigualdade social.

Engels (*apud* MARX; ENGELS, 2006), ao fazer uma observação sobre a originalidade de Marx, apresenta um resumo do conteúdo desta obra:

Embora o *Manifesto* seja obra de nós dois, considero-me obrigado a declarar que a sua proposição fundamental, que constitui seu núcleo, pertence a Marx. Essa proposição é a seguinte: em qualquer época histórica, o modo de produção econômica e de troca predominante, e a organização social que dele necessariamente decorre, constituem a base sobre a qual se ergue, e a partir da qual pode ser explicada, a história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra), toda a história da humanidade tem sido a história das lutas de classes, conflitos entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes; que a história dessas lutas de classes se constitui de uma série de etapas, atingindo hoje um estágio em que a classe oprimida e explorada – o proletariado – não pode mais emancipar-se da classe que a explora e oprime – a burguesia – sem emancipar, ao mesmo tempo e para sempre, toda a sociedade da exploração, da opressão, das diferenças de classes e das lutas de classes (ENGELS, *apud* MARX; ENGELS, 2006, p. 71).

Percebe-se que, a partir da fala dos autores, o que a burguesia fez foi inverter os “fatores”, mas o “produto” continuou o mesmo: “dominação”. Dos destroços da sociedade feudal surgiu a sociedade burguesa moderna. Por isso, os autores afirmam que os antagonismos de classe continuaram. Ao invés de abolir os antagonismos, estabeleceram-se novos. Porém, na sociedade burguesa em que vivemos, constata-se que tais antagonismos ficaram simplificados: de um lado a burguesia e de outro o proletariado. “Em síntese, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal” (MARX; ENGELS, 2006, p. 87).

Os autores já afirmavam que a condição da existência da burguesia é a revolução constante dos “instrumentos de produção” e, conseqüentemente: “as relações de produção e, com isso todas as relações sociais”. A sociedade feudal possuía classes e um modo de produção próprios. A condição de existência deste regime era a conservação disso tudo. “Essa revolução social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes” (MARX; ENGELS, 2006, p. 87).

Eles afirmam que há uma “epidemia da superprodução” usada como armas pelos burgueses para destruir o feudalismo. Mas, estas mesmas armas destruirão a própria classe burguesa. “A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os *proletários*”⁵, considerando a defesa que faziam de um programa que atendesse às necessidades dos trabalhadores e a necessidade da luta por uma sociedade socialista.

⁵ O problema é que até hoje o proletariado ainda não conseguiu se organizar para a luta. Isto será melhor exposto quando for falado sobre “consciência de classe”.

A desigualdade se acentua a partir deste antagonismo de classes:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários, obrigados a vender-se diariamente, são mercadoria (MARX; ENGELS, 2006, p. 91).

Essa contradição entre “capital” e “trabalho” se expressa na vida dos trabalhadores das mais diversas formas. Nos estudos marxianos, o que se descobriu de peculiar na sociedade capitalista é que “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (NETTO, 2001, p. 42). Ou seja, agora a sociedade tinha condições de suprimir a pobreza, porém o século XIX se inicia com uma grande pobreza que se espalha devido ao processo de desigualdade. Se por um lado os conflitos trazidos pela relação de exploração capital/trabalho possibilitaram ao proletariado tomar consciência deste antagonismo de interesses, por outro a desigualdade social foi naturalizada por setores conservadores que tentam levar essa consciência alienante aos trabalhadores pelos mais diversos caminhos, seja pela própria religião ou mesmo pelo ideário neoliberal que enaltece o pensamento meritocrático, individualizando tal processo que é coletivo e “culpando” o sujeito pela sua condição material e espiritual.

Yazbek et al., (2020) ao apresentar uma reflexão atual sobre o Brasil, não vislumbra “no horizonte uma perspectiva de esperança, e até mesmo de um futuro próximo, nos tempos sombrios e desumanos que vivemos na atualidade, agravados pela pandemia da COVID-19”. Ela afirma que a “falácia das contrarreformas neoliberais” são expostas diante da situação de “calamidade pública na qual estamos imersos(as)”. Na realidade, tais contrarreformas favorecem os “interesses do grande capital em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras” (p. 207).

É importante explicitar a contradição exposta pela autora: se por um lado ocorre a “expansão da(s) direita(s) [...], o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida”, por outro a “atual fase de acumulação do capitalismo internacional” não é consequência diretamente da pandemia, o que ocorre é que: “Nas situações de crise profunda como a que estamos vivendo, as desigualdades sociais se tornam mais visíveis, atingindo diferencialmente burgueses e trabalhadores, ricos e pobres, centrais e periféricos” (YAZBEK, 2020, p. 208).

Iamamoto (2009) já havia falado há mais de dez anos que “O fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas frente à sociedade, obscurece o funcionamento e a dominação”. Logo, ela mesma explica o que vem a ser este “fetichismo”:

O capital que rende juros, cunhado por Marx de *capital fetiche*, aparece como se tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças – como se fosse capaz de criar ovos de ouro [...]. Mas o fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 24).

A consequência disso é o aumento brutal da desigualdade, pois a dívida pública aumenta ao mesmo passo que a distribuição de renda para a população fica cada vez menor, somando-se a isso a tributação mínima das grandes fortunas, pois a classe burguesa tem consigo o poder político, cabendo aos trabalhadores o pagamento de toda a conta.

Considerando a tributação regressiva – tributos menores para os altos rendimentos, o ônus da dívida pública recai sobre a grande maioria dos trabalhadores ativos e inativos. Parte de seus rendimentos é consumida pela tributação pública direta ou embutida no trabalho ou, de maneira mais restrita, naqueles produtos que compõem a cesta básica de alimentos dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p. 26).

A burguesia lucra muito e paga pouco. Os trabalhadores ativos e inativos, além de não lucrarem, são tributados diretamente por meio da exploração de seu trabalho, ou indiretamente pagando mais pela cesta básica de alimentos. Assim, ela conclui que “O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2009, p. 29).

Nessa direção, Yazbek (2020, p. 209) aponta “A centralidade do capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves para a ‘classe que vive do trabalho’”. Descreve a autora:

[...] com a manutenção de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, assédios, sofrimentos e adoecimentos, entre outros aspectos. Cenário que as contrarreformas neoliberais, principalmente a EC 95, só fizeram agravar, fragilizando o já precário funcionamento do SUS, do SUAS, da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de Seguridade Social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas [...] (YAZBEK, 2020, p. 208).

Essa realidade da vida dos trabalhadores já demonstra a impossibilidade de encontrar saídas a eles por meio de políticas de cunho neoliberal, defendidas e propagandeadas pelos setores conservadores que se apoiam nas religiões como forma de manter sua base social. Estes setores são também conhecidos por “fundamentalistas”.

A palavra “‘fundamentalismo’ surgiu no contexto religioso” e está ligado ao “movimento ultraconservador protestante norte-americano da virada do século 20” que afirmava a infalibilidade da tradução literal da bíblia contra os “estudos críticos das Escrituras” e hoje é a leitura acrítica da bíblia e fora de contexto “para justificar qualquer pauta conservadora, em especial hoje, as pautas morais que atingem principalmente o corpo das mulheres e da população LGBTQIA+” e teve a consequência drástica no Brasil de eleger o “candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro” como presidente da república (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2022, p. 33).

Por isso, é preciso resistir. Mas sem desconsiderar o aspecto religioso, tendo em vista que as grandes mudanças na sociedade sempre tiveram como pano de fundo este aspecto. A religião pode contrapor o poder vigente ou “apoiar a dominação, como aconteceu com a aliança entre o cristianismo e o Império Romano”, como o surgimento do protestantismo com Martinho Lutero na Alemanha que buscava reforma na Igreja Católica e como a “colonização de exploração feita por Portugal” que “teve o suporte da Igreja Católica” (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2022, p. 10).

É nesse sentido que o próximo item trata do direito à moradia e da necessidade da luta para o alcance desse direito.

2.2 Direito à moradia e a realidade brasileira

O direito à moradia é um dos direitos fundamentais do ser humano. Porém, quanto mais se desenvolvem as cidades, mais cresce a precarização das condições de habitação da classe trabalhadora nestas cidades.

Assim, buscou-se compreender a questão da moradia a partir de uma reflexão sobre a obra de Engels (2009) sobre a mesma. Ele apresenta temas muito atuais, pois o modo de produção capitalista resiste, permanecendo com a produção da desigualdade social.

A grande burguesia, por sua vez, não quer resolver a questão da moradia, mas quando faz alguma coisa referente a esta questão, como já foi dito no manifesto do partido comunista, faz de forma a “remediar os males sociais com o fim de assegurar a sociedade burguesa” (MARX, ENGELS 2006, p. 114).

Uma sociedade em que a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de trabalho para sobrevivência não se preocuparia com habitações que atendam às necessidades de toda população. O discurso dos pensadores burgueses, contudo, não seria o de reconhecer que a própria burguesia cria esta precariedade. “O evangelho da harmonia entre capital e trabalho já anda a ser pregado há cinquenta anos; a filantropia burguesa gastou muito dinheiro para provar essa harmonia através de instituições-modelo” (ENGELS, 2009, s.p.).

Os capitalistas costumam imprimir na mentalidade dos trabalhadores que a aquisição da moradia é um sonho que proporcionaria outros sonhos. Porém, buscando a raiz da questão habitacional, se percebe que a instabilidade que é a vida na sociedade capitalista costuma gerar sem piedade a demissão em massa de inúmeros trabalhadores impactando suas condições de moradia. Se cada trabalhador tiver a casa própria, terá que vender a custo muito baixo este imóvel num momento em que outros trabalhadores também estarão querendo vender suas casas. O resultado é catastrófico ao trabalhador, pois a raiz da questão da moradia não é a aquisição de uma casa, mas se encontra na exploração capitalista da força de trabalho (ENGELS, 2009, s.p.).

No caso de casas oferecidas pelos próprios capitalistas, já afirmava Engels (2009), o trabalhador ficaria ainda mais lesado, pois além dos patrões se apresentarem como os filantropos, os trabalhadores teriam mais dificuldade de organizar greves, visto que o risco de despejo seria mais concreto. Na atualidade, há um endividamento dos trabalhadores que financiam imóveis com juros altíssimos.

Essencialmente, os discursos dos capitalistas são uma forma de enganar a classe trabalhadora e de mostrar para a própria classe burguesa como manipular ainda mais os trabalhadores. Quanto menos consciência de classe existir, quanto menos se mostrar a raiz estrutural da questão da moradia, mais o trabalhador fica longe da real questão da moradia.

Um trabalhador que mora em determinada periferia e chama os integrantes da ocupação de “vagabundos” é uma peça fundamental para o capitalista. Este trabalhador que não tem consciência de classe é elevado pela burguesia como um “cidadão de bem” enquanto os ocupantes são “perigosos”.

Afirma-se com as autoras Suave e Faermann (2020, p. 271) que é de suma importância “entender que a ação política dos sujeitos que ocupam um terreno” não é “uma vontade autônoma e isolada das relações sociais estabelecidas”, mas “é advinda de uma relação de exploração que os priva do acesso ao produto que eles mesmos produzem”. A luta pela moradia “para o alcance do direito à cidade” deve estar ligada diretamente à sua luta maior, como se viu acima. Apesar dos limites impostos pelas contrarreformas da burguesia, esta luta da classe trabalhadora “deve ser usada como mediação para alcançar a substituição desse sistema”.

“Com apoio da força política da ideologia da casa própria”, que em certos lugares do mundo está “profundamente enraizada”, e em outros “recentemente infiltrada [...], e da ‘socialização do crédito’”, com “a inclusão de consumidores de média e baixa renda nos circuitos financeiros e a tomada do setor habitacional pelas finanças globais”, abriu-se “uma nova fronteira para a acumulação de capital. Isto permitiu a livre circulação de valores através de praticamente toda a terra urbana” (ROLNIK, 2021, p. 27).

Numa primeira narrativa, Engels (2009) confronta as teses de Proudhon, ideias já contestadas por Marx no passado. De maneira particular, o autor contesta os seguidores chamados por ele de proudhonianos, ou seja, os pequeno-burgueses. Pessoas do movimento anarquista de seu tempo. Eles acham que a saída do homem da vida rural, onde tinha sua casa, seu lugar para plantar e viver uma vida tranquila foi um retrocesso. Engels afirma que não. Se não fosse a concentração dos trabalhadores no meio urbano, mesmo com a exploração acentuada decorrente dela, não teria sido possível ocorrer as grandes lutas organizadas da mesma classe trabalhadora. “*Faça-se justiça, nem que o mundo pereça!* [Grifo do autor] E o mundo pereceria mesmo com esta contra-revolução de Proudhon, se ela fosse em geral realizável” (ENGELS, 2009, s.p.).

Mas alguns autores mais atuais dão um salto que Engels não teria condições de dar por não ver as cidades e o mundo de trabalho atuais: “Pois é de Lefebvre a conclusão de que a cidade que outrora conhecemos e imaginamos vinha desaparecendo rapidamente, e que seria impossível reconstruí-la” (HARVEY, 2014, p. 18). Harvey também traz outra fala de Lefebvre de que “o campesinato tradicional estava desaparecendo e que o meio rural estava sendo urbanizado” (HARVEY, 2014, p. 19).

“Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador” (HARVEY, 2014, p. 20). Embora a cidade tenha se transformado, questiona o autor: “De que outra maneira e em que outros lugares podemos nos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas?” (HARVEY, 2014, p. 23).

Durante os governos do PT (Partido dos Trabalhadores), existia no Brasil um programa nacional chamado MCMV “Minha casa, minha vida” que já não favorecia diretamente a classe trabalhadora⁶, mas com o presidente Jair Bolsonaro, até este programa foi prejudicado fortemente.

A respeito do programa MCMV, encontra-se já na fala de Engels contra Proudhon, uma possível crítica quando ele diz que a burguesia é que se beneficiaria com o trabalhador tendo de pagar pela sua moradia. Fazer o trabalhador pagar é um erro. Quando a classe burguesa e/ou pequena burguesa afirma que o proletariado precisa pagar dívidas, fecha os olhos para a imensa dívida que não é paga a esta classe explorada.

Com expropriações dos prédios ociosos já é possível, desde o tempo de Engels, com a conquista do poder pelos trabalhadores, resolver a questão da moradia e o que o capital faz é justamente empurrar esses trabalhadores para as periferias ou ocupações de locais urbanos, os submetendo a condições de moradia precárias em meio aos conflitos advindos dessa relação, além da violação desse direito social básico (SUAVE; FAERMANN, 2020, p. 271).

Infelizmente, “os donos de terra sempre tiveram muito poder na política brasileira” (BOULOS, 2015, p. 59). É bom recordar que “As grandes empreiteiras, sozinhas, representaram 25% de todos os gastos com campanha eleitoral no Brasil em 2010” (BOULOS, 2015, p. 60-61). Como estratégia, elas “financiam os dois lados da disputa. Em 2010, foram elas as maiores ‘doadoras’ tanto da campanha presidencial de Dilma Rousseff

⁶ “O programa foi desenvolvido com o objetivo central de salvar o capital imobiliário, injetando, em sua primeira fase, R\$ 34 bilhões em recursos públicos na iniciativa privada. Neste ponto deu certo: as empresas do ramo puxaram a alta da Bolsa de Valores de São Paulo em 2009 e atraíram interesses no mundo todo. Hoje, 75% das ações das maiores construtoras do país estão nas mãos de investidores estrangeiros [...] Cerca de 75% dos recursos e 60% das habitações do programa foram destinados a famílias com renda maior do que três salários-mínimos, exatamente porque – em se tratando de imóveis mais caros – as empreiteiras ganham mais (BOULOS, 2015, p. 39-40).

(PT) como a de seu adversário, José Serra (PSDB)” sempre no intuito de receber favores que são garantidos (BOULOS, 2015, p. 61).

Outra autora expõe a situação do espaço urbano:

Quando você vai para Suíça, estou falando de um país capitalista, você vê que cada coisa está em seu lugar e não há um metro quadrado sem uso. Aqui não! Aqui o Estado controla parte da cidade. As leis são para uma parte da cidade, o mercado é parte da cidade. O restante não tem direito às leis. Isso é uma cidade periférica (MARICATO, 2019, p. 110).

Boulos (2015, p. 31) afirma que as pessoas “sem teto” são “mais de 10% da população do país”, ou seja: 6.940.691 famílias, aproximadamente 22 milhões de pessoas, segundo a Fundação João Pinheiro em 2013. Destes 22 milhões, “43% vivem em situação de coabitação familiar” e “31% gastam dinheiro demais com aluguel”, o restante “vive em casas absolutamente precárias” e/ou “em cortiços”. O autor diz que os números acima são referentes ao déficit habitacional quantitativo, mas “o problema se completa com o chamado déficit habitacional qualitativo, que se refere à falta de condições básicas para uma vida digna”. Os números são maiores: “cerca de 48 milhões de pessoas” (BOULOS, 2015, p. 32).

A situação da moradia “reflete uma desigualdade social profunda”, por exemplo: “67% das famílias que não têm casa no Brasil vivem com renda menor que três salários-mínimos por mês” (BOULOS, 2015, p. 33) e “a mesma pesquisa mostra que existem 6.052.000 imóveis vazios, sendo que 85% deles teriam condições de ser imediatamente ocupados” (BOULOS, 2015, p. 34).

Em meio a essa trama, o chamado “Estado Democrático de Direito” não atende ao direito à moradia, conforme preconizado constitucionalmente. Pelo contrário, muitas vezes “age por meio de repressão e/ou de criminalização, o que coloca em questionamento sua ‘neutralidade’ nos poderes legislativo, executivo e judiciário” (SUAVE; SANTOS; FAERMAN 2019, p. 133). O Estado é, na realidade, como afirmam as autoras, defensor “da propriedade privada e de interesses particulares, desabona um direito social fundamental como o da moradia” (SUAVE; SANTOS; FAERMAN 2019, p. 132).

As autoras apresentam a truculência estatal nas “desocupações do movimento dos sem-teto”, afirmam que é necessário compreender que existe o “domínio de uma classe sobre a outra, que conta, também, com as particularidades dos interesses político-econômicos dos representantes da burguesia no interior do aparato estatal” (SUAVE; SANTOS;

FAERMANN, 2019, p. 136). “Porém, na contradição do domínio burguês, o processo de luta pode resultar em políticas sociais, abrindo um caminho de novas lutas para o acesso dos moradores ao direito à cidade e ao atendimento de suas diferentes demandas” (SUAVE; SANTOS; FAERMANN, 2019, p. 137).

Diante desse contexto, afirma-se que “é necessário resistir por meio dos movimentos sociais, das lutas e dos embates cotidianos para avançar na consciência de classe e impulsionar o direito à cidade por meio da organização social e política dos trabalhadores” (SUAVE; FAERMANN, 2020, p. 267).

Algumas pautas do MTST (2015, p.245), podem servir de inspiração:

Construir alianças com outros movimentos de trabalhadores do campo popular e classista [...]. É fundamental para nós ampliar nossa aliança para o âmbito dos sindicatos, que organizam trabalhadores nas fábricas e empresas [...], o MTST constrói ativamente a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) e, ao mesmo tempo, atua decididamente na reconstrução da unidade com a Intersindical e outros sindicatos combativos, com os quais continuamos mantendo relações políticas. Além disso, mantendo nossa autonomia, devemos buscar alianças com outras organizações que defendam os mesmos objetivos que os nossos, sejam partidos políticos, igrejas, grupos culturais etc.

Harvey (2014) diz que “boa parte da esquerda tradicional tem dificuldade de apreender o potencial revolucionário dos movimentos sociais urbanos. Em geral, são subestimados como meras tentativas reformistas” e não revolucionárias, quando na realidade é totalmente o contrário:

O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substituiu o “proletariado” tradicional. Se viermos a ter algum movimento revolucionário em nossa época, pelo menos nessa parte do mundo (em oposição à China, em processo de industrialização), o problemático e desorganizado “precariado” terá de ser levado em conta (HARVEY, 2014, p. 17).

Observa-se que há uma intensificação na exploração do trabalho e violação dos direitos sociais, principalmente dos sujeitos que vivem nas periferias. Conclui-se a necessidade da organização das diversas entidades dos trabalhadores e dos próprios moradores das periferias para fortalecer a luta por direitos sociais, especialmente o da moradia.

2.3 Movimentos sociais e religiosidade

Para Maria da Glória Gohn (2004, p.13) movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Concretamente, “essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta [...] até pressões indiretas [...]”. Resumidamente, pode se afirmar que “eles representam forças sociais organizadas [...] Eles expressam energias de resistência ao velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo [...]”.

Nem todo movimento social deseja uma revolução para superar o modo de produção capitalista e, assim, buscar uma sociedade sem classes. Pelo contrário, existem movimentos que são conservadores, muitos desses são embasados em diversos preconceitos, nacionalismos e até religiosidades. Tais movimentos desejam “impor as mudanças segundo seus interesses particularistas, pela força, utilizando a violência como estratégia principal de suas ações” (GOHN, 2004, p. 13).

Porém, não são estes que ela apresenta como seguidores de “uma agenda emancipatória” e realizadora de “diagnósticos sobre a realidade social” e construtores de “propostas” que ela denomina “movimentos sociais progressistas” (GOHN, 2004, p. 14); ou seja, “tanto os movimentos sociais dos anos 80 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas” (GOHN, 2004, p. 15).

Assim, é fundamental que a classe trabalhadora tenha consciência de que faz parte deste processo. Marx, segundo Montañó e Duriguetto (2011), afirma que, só o fato de a pessoa fazer parte da classe, ela está na “classe em si”. O trabalhador não é dono dos meios de produção, não tem as condições que a classe burguesa tem, se ele ficar sem trabalhar, não terá condições de se manter. Ou seja, a única coisa que possui para sobrevivência, ao contrário da burguesia, é o trabalho. Ao passo que, na medida em que esta classe vai tomando consciência de sua existência e que, a única coisa que resta a fazer para sair desta situação é a organização para a luta, ela passa para a “classe para si”: “Condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98).

No sentido oposto da consciência de classe está a “alienação”. No Modo de Produção Capitalista (MPC), este processo ocorre quando o sujeito (trabalhador) se separa do objeto

(produto de seu trabalho), mas, como o modo de produção afeta toda a vida, toda a vida humana fica comprometida.

O trabalhador fica distante do fruto de seu trabalho em decorrência da exploração de seu trabalho, resultando lucro para o capital e salários intocados; quando ele se torna uma mera peça sem humanidade controlada pelo capital e quando ele não percebe que faz parte deste processo desumanizante.

Então, conforme os autores, o que define uma classe é deter ou não os meios de produção. Para uma “emancipação humana”, mais que uma mera “emancipação política” é necessária a revolução (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.130-132).

Gohn (2004) recorda que por volta dos anos 70 e 80 os “movimentos sociais populares” se tornaram muito conhecidos em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil. Os articuladores destes movimentos foram oponentes do regime militar que governava a nação. A autora destaca que os principais grupos de oposição foram os “movimentos de base cristã, sob a inspiração da Teologia da Libertação”, mas ela lamenta que, em meados dos anos 80 e 90, este “cenário sociopolítico” tenha se transformado “radicalmente”, quando não se viu mais esta atuação de tais movimentos como antes (GOHN, 2004, p. 19).

Montaño e Duriguetto (2011, p. 274) recordam que “As reivindicações e as lutas de bens e equipamentos coletivos necessários à reprodução da força de trabalho se desenvolveram no Brasil desde as primeiras décadas do século XX”, mas estes movimentos adquiriram mais força nos anos 70.

Nos bairros da periferia das grandes cidades nascem diversos movimentos populares. Organizados localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), nas Pastorais Populares das igrejas, nas associações de moradores, os católicos – informados pela Teologia da Libertação – e de militantes de esquerda. É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEBs no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 275).

Porém, os autores dizem que “Sua importância perde força com a mudança da política do Vaticano na década de 1980, que ‘afastava os fiéis do compromisso com a luta diária por sua libertação política e enfatizava a visão de salvação espiritual, pessoal e individual’” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 275).

Contudo, conforme Gohn (2004), estes movimentos não “mudaram de perfil” nem “desapareceram”. Pelo contrário, “criaram e desenvolveram, nos anos 90, redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito, destacando os movimentos que atuam na *questão da moradia* [grifo da autora]” (GOHN, 2004, p. 23). “Dentre os movimentos populares urbanos, *a luta pela moradia* [grifo da autora] continuou a ter a centralidade como a luta popular mais organizada” (GOHN, 2004, p. 25).

Mas os mesmos movimentos que foram “co-artífices” de uma “nova conjuntura” “foram também vítimas dessa conjuntura, que, por meio de políticas neoliberais, buscou desorganizar e enfraquecer os setores organizados” (GOHN, 2004, p. 30).

Uma das formas de resistência ao neoliberalismo foi o Fórum Social Mundial (FSM), em suas várias edições. O primeiro ocorreu em 2001 em Gênova e Seattle por meio de manifestações paralelas ao Fórum Econômico Mundial. Mas estas manifestações se arraigaram num contexto de enfrentamento às “agências e organismos multilaterais que mantêm e desenvolvem as políticas neoliberais: O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC)”. O FSM surgiu também como um desdobramento de um movimento internacional antineoliberal chamado “um outro mundo possível”, mas além disso – afirmam os autores – surgiu “do crescimento do protesto social na América Latina” (MONTAÑO; DURIGUETTO, op. cit., p. 302). Mas, os mesmos autores também dizem que estes Fóruns apresentaram lacunas. Estes eventos seriam momentos oportunos para que as lutas fossem organizadas. A “consciência de classe” e seu enfrentamento revolucionário ao modo de produção capitalista foram deixados de lado com o decorrer dos anos nestes encontros.

É importante que a classe trabalhadora tenha esta consciência para não deixar de lutar. A classe burguesa tem consciência de si. Por este motivo faz de tudo para impedir que a classe trabalhadora, que é bem maior do ponto de vista numérico, tome consciência de quem é e, assim, se organize para a luta. “Classe, consciência e lutas de classes são três dimensões de um mesmo processo. A consciência das pessoas, sobre a realidade que faz parte das suas vidas, está determinada pela própria realidade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98).

Até aqui foi falado sobre consciência de classe, pois a consciência do trabalhador pode ser reveladora da influência da religiosidade nas ações sociais e políticas dos sujeitos. Dentre tantas religiões que podem ser estudadas, existe uma que tem grande influência no

Brasil: a religião católica. Embora reconheça-se que parte dela contribua para ausência de tal consciência, um fato histórico tem muito a influenciar as novas gerações: a nova orientação política da igreja proporcionada pelo Papa Francisco.

Os movimentos sociais populares do mundo inteiro se encontraram com o papa em vários anos consecutivos e, este papa continua mantendo contato com eles. A autoridade máxima da Igreja Católica veio ao encontro de suas lutas:

Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos três ‘T’ – entendido? – (trabalho, teto, terra) (FRANCISCO, 2015, p. 3).

E se torna um grande incentivador ao convidá-los a serem “protagonistas nos grandes processos de mudança, mudanças nacionais, mudanças regionais e mudanças mundiais. Não se acanhem!” (FRANCISCO, 2015, p. 3).

Francisco é firme no seu posicionamento frente ao capitalismo, este posicionamento é claro nos seus encontros com os movimentos populares internacionais. O primeiro aconteceu em 2014 no Vaticano, em 2015 na Bolívia e 2016 novamente no Vaticano. No início da pandemia da COVID-19 ele escreve para estes mesmos movimentos afirmando: “Espero que esse momento de perigo nos tire do piloto automático, sacuda nossas consciências adormecidas e permita uma conversão humanística e ecológica que termine com a idolatria do dinheiro e coloque a dignidade e a vida no centro” (FRANCISCO, 2020, p.1). Elogia o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil por fazer grandes doações para as pessoas atingidas pelo novo “corona vírus”⁷.

“O destino universal dos bens não é um adorno retórico da doutrina social da Igreja, é uma realidade anterior à propriedade privada. A propriedade, sobretudo quando afecta (sic) os recursos naturais, deve estar sempre em função das necessidades das pessoas”. Quem diz isto é o próprio Papa Francisco (FRANCISCO, 2015b, p. 7) aos movimentos sociais, na Bolívia, no segundo encontro com eles. Ele retoma o que outros papas já afirmavam, porém dizer isso no encontro em que o próprio papa organizou é algo completamente inovador. No terceiro encontro que aconteceu em Roma (mesmo local do primeiro), Francisco (2016) afirma: “dar o exemplo e reclamar é um modo de fazer política” (p. 7).

⁷ Cf. referência em MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (2020).

SOUZA (*apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018) afirma: “Com o Papa Francisco, observamos uma simbiose entre os discursos e as práticas. Afinal, [...] os exemplos têm significados intensos e repercussões profundas no campo político” (p. 85).

Nos três discursos aos movimentos populares (2014 - Roma, 2015 - Bolívia e 2016 - Roma), como afirma Bento (2018), encontraremos a “crítica mordaz” ao capitalismo (BENTO, *apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 511). Além do papa não ter uma fala especificamente ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), também não encontramos uma fala de integrantes deste movimento sobre o papa. Isto ressalta ainda mais a importância deste trabalho. Mas, encontramos algumas falas de integrantes de movimentos sociais do meio rural.

Vale recordar que, o MTST tem sua origem no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E este movimento é de origem religiosa. Além do “processo de democratização do país” ter influenciado a origem do MST (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 22) este movimento “surge do trabalho das Igrejas Católica e Luterana” (p. 19). Um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chamado Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu em 1975, reorganizou as lutas camponesas no Brasil que haviam sido abaladas pela ditadura a partir de 1964. “De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses”. Este organismo, embora seja católico, “teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano”. Esta comissão pastoral foi fruto do “Concílio Vaticano II e das [...] encíclicas progressistas que o seguiram. E que, de certa forma, acabou sendo expresso pela Teologia da Libertação. A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática [...]” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 20). Voltando aos encontros do Papa Francisco com os movimentos populares, no primeiro, Cyntia González foi uma representante do movimento Conamuri e da Via Campesina deste país. Afirmou a jovem:

Es la primera vez que un Papa convoca a los movimientos sociales para escuchar sobre la realidad desde otros ángulos; después de la experiencia de la Teología de la Liberación prácticamente se eliminó a nivel institucional ese compromiso cristiano con los oprimidos (CLOC - COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO – Via Campesina do Paraguai, 2014, s.p.).

Pedro Stedile, da Via Campesina do Brasil, às vésperas do terceiro encontro disse:

Desde que o Papa Francisco assumiu o pontificado, ele manifestou de diferentes formas a vontade de construir uma ponte com os movimentos populares, os

trabalhadores excluídos, os povos nativos, os indígenas, com as pessoas de todas as etnias e religiões para analisar os graves problemas da humanidade que afligem a maioria da população. Assim, construímos um caminho permanente de diálogo (MST, 2016, s.p.).

Este membro do MST afirma que a encíclica “Laudato Si” (FRANCISCO, 2015 a) recolhe “reflexões comuns na doutrina cristã, mas também as divulga entre os ambientalistas e os movimentos populares” (MST, 2016, s.p.). E conclui:

Esta encíclica é o nosso principal instrumento para aumentar a consciência e o debate em todo o mundo. Francisco conseguiu fazer uma síntese do problema ambiental que nenhum pensador de esquerda tinha feito antes. (MTST, 2016, s.p.).

De fato, em 3 de novembro de 2015, em Chapecó – SC, vários movimentos se reuniram para estudar a mencionada encíclica. “Cerca de 500 militantes, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, estiveram reunidos na articulação e luta em defesa de uma casa comum onde os seres humanos e a natureza sejam respeitados de forma integral” (MST, 2015, s.p.).

A direção política dada por esse papa pode ser uma chance que a igreja tem de sanar a lacuna deixada por ela mesma de distanciamento dos movimentos populares. Nesse sentido, nota-se o que foi apontado pela autora (2019), fundadora e militante do Movimento ‘Luta Popular’, quando destaca a importância da militância católica e o declínio dessa atuação da igreja na luta:

Eu conheci militantes e ativistas – que, na verdade, eram muito poucos (posto que muitos ativismos integrados ao estado já não circulavam mais onde vivíamos as chagas dos anos 90), mas que atuavam na minha comunidade e que me foram portas para adentrar mundos que eu não sabia que existiam e que me ajudavam a entender porque éramos tão pobres e tão violentados (SILVESTRE, 2019, p. 64).

Esse exemplo denota a importância de conhecer a influência da religião nos movimentos sociais, e, para essa pesquisa, aponta a necessidade de conhecer um pouco mais sobre a corrente que inclina para a direção das lutas populares no interior da Igreja Católica, nominada de “Teologia da Libertação”.

2.3.1 Teologia da libertação

Löwy afirma que a TdL (Teologia da Libertação) é “um desafio *prático*” ao “*poder*” “não apenas” do “Vaticano”, mas do “Pentágono”, dos “cardeais do Santo Ofício” e dos “conselheiros de Regan” (LÖWY, 1991, p. 25).

Em fevereiro, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2022) publicou uma cartilha intitulada “Resistir com fé – Evangélicos e trabalho de base”. Este é um material fornecido para alguns movimentos populares e organismos afins para a luta juntamente com os evangélicos. Nele a TdL é apresentada como algo que foi muito forte na luta de resistência do continente e serve de luz hoje para novos trabalhos de base, por exemplo junto aos evangélicos (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2022, p. 19, 20, 26).

Entende-se que a TdL é fruto da “articulação ou [...] convergência entre as mudanças internas e externas à Igreja ao final dos anos 1950” (LÖWY, 1991, p. 33). O teólogo da libertação chamado Galilea (1987) diz que são várias as tendências nesta corrente teológica. “Há teólogos latino-americanos que dão mais importância às raízes culturais e históricas do povo latino-americano” (GALILEA, 1987, p. 39-40); outros “dão mais importância aos fatores econômicos e ideológicos da injustiça, insistem mais nas classes sociais em conflito como ponto de partida para a libertação” mesmo assim, o autor diz que estes teólogos não podem ser classificados de “marxistas”. “Temos alguns que trabalham mais a partir da categoria do pobre e de sua libertação na Bíblia” (GALILEA, 1987, p. 40), outros no estudo de Cristo “e a libertação” ou no estudo da Igreja “e a libertação”, “ou ainda na Virgem Maria etc” (GALILEA, 1987, p. 41).

Mas...

... todos têm a mesma perspectiva do pobre e explorado da América Latina; da libertação cristã; de tornar mais autêntica e digna de fé a ação evangelizadora da Igreja; de formular a fé católica de maneira significativa para a situação da América Latina e de seus povos (GALILEA, 1987, p. 41).

Contudo, Michael Löwy fala sobre um brasileiro:

Contrariamente a outros teólogos da libertação, Frei Betto não considera o marxismo unicamente como um “instrumento de análise”, um método científico-social: ele o

percebe em toda a sua riqueza ao mesmo tempo ciência e utopia, teoria e prática. Isso lhe permite situar a convergência entre cristãos e marxistas no campo mais decisivo: o engajamento revolucionário (LÖWY, 1991, p. 64).

Além do Frei Betto, Löwy destaca outro do Brasil:

De todos os teólogos da libertação, é, provavelmente, Leonardo Boff quem formulou a crítica mais sistemática e mais radical das estruturas autoritárias da Igreja católica, do imperador Constantino aos nossos dias [...]. Esse tipo de análise não deve ter agradado ao Vaticano, já que Boff, em seguida à publicação do seu livro [Igreja: Carisma e Poder] foi condenado pelas autoridades eclesiásticas romanas a um ano de silêncio... Dito isso, observemos que Boff não rejeita a Igreja como tal: ele quer a sua transformação profunda, sua recriação a partir da periferia, dos pobres, daqueles que vivem no “subsolo da humanidade” (LÖWY, 1991, p. 105).

Alguns temas chave são: “A dimensão salvadora do serviço ao pobre” (GALILEA, 1987, p. 51-52); “A importância do amor eficaz ou da práxis” (GALILEA, 1987, p. 52-54); “As libertações históricas como sinais da salvação de Deus” (GALILEA, 1987, p. 54-57); “A libertação a partir do exílio e do cativo” (p. 57-59); “A unidade entre a construção de uma sociedade melhor e a salvação de Jesus Cristo (Criação e redenção)” (GALILEA, 1987, p. 60-61); “A ‘antecipação’ do Reino de Deus” (GALILEA, 1987, p. 61-62); “A salvação se faz na história” (GALILEA, 1987, p. 62-63); “História, escatologia e esperança” (GALILEA, 1987, p. 63-64); “Libertação, reconciliação, fraternidade” (GALILEA, 1987, p. 64-66); “Jesus Cristo Libertador” (GALILEA, 1987, p. 67-70); “Espiritualidade da libertação” (GALILEA, 1987, p. 70-73).

A América Latina é o continente católico por excelência, onde a grande maioria da população é imersa, desde o seu nascimento, na cultura religiosa romana. Mas, ao mesmo tempo, ela é o elo fraco da corrente católica, porque o agravamento da dependência econômica e da miséria popular, e a vitória da revolução cubana provocam no continente uma onda de lutas sociais e de tentativas revolucionárias que não cessou, de 1960 até os nossos dias. É nessas condições que todo um setor da Igreja acabará por se reunir à causa dos pobres e à sua libertação (LÖWY, 1991, p. 40).

A “opção pelos pobres” não é algo novo na Igreja. Faz parte de sua essência. Mas existe uma coisa que os teólogos da libertação “estão em ruptura profunda com o passado: para eles, os pobres não são mais essencialmente objeto de *caridade*, mas *sujeitos da sua própria libertação*”. Mas o próprio Michel Löwy concorda que “o pobre dos teólogos latino-americanos é um conceito carregado de significações morais, bíblicas, religiosas”, ou seja, a

acusação do Vaticano contra “Gutiérrez e seus amigos de haver substituído o pobre da tradição cristã pelo proletariado marxista” não é coerente (LÖWY, 1991, p. 96).

Numa conclusão provisória o sociólogo que reflete sobre a TdL afirma que “em numerosos países da América Latina, a revolução será feita com a participação dos cristãos, ou não se fará” (LÖWY, 1991, p. 113).

Enfim, resta agora descobrir, por meio da pesquisa de campo, algo sobre a luta por moradia e a relação desta luta com a religião católica.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

Chalmers (1993) afirma que “não existe método que possibilite às teorias científicas serem provadas verdadeiras”, ao mesmo tempo diz: “tampouco há método que possibilite que teorias científicas sejam conclusivamente desaprovadas” (p. 13). Ousa-se fazer ciência, não com o intuito de apresentar uma verdade absoluta, pois “de acordo com um velho provérbio: ‘nós começamos confusos, e terminamos confusos num nível mais elevado’” (CHALMERS, 1993, p. 16-17).

A pesquisa foi feita a partir da análise de qual é a relação da religiosidade com as ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista. Conhecendo quais são as demandas sociais dos trabalhadores que se organizam no movimento social por moradia; identificando como acontece a participação religiosa dos católicos nesse movimento social por moradia e analisando se as ações sociais e políticas dos participantes católicos no cotidiano do movimento social são influenciadas pelos valores cristãos. Esses são objetivos específicos necessários para se alcançar a finalidade do estudo.

A abordagem da pesquisa foi a qualitativa e como instrumento foi utilizada a entrevista com os sujeitos pertencentes a um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba e a observação participante. Deve-se trazer por resultados reflexões que contribuam com a possibilidade do fortalecimento dos movimentos para uma direção que se contraponha aos valores do conservadorismo que se recrudesceram nesse momento histórico.

3.2. Tipo de pesquisa

Foi utilizada a abordagem qualitativa exploratória com o uso da observação participante. A abordagem qualitativa, “nas ciências sociais”, se preocupa, segundo Minayo (2002, p. 22), “com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Assim sendo, trabalharemos “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que “corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A pesquisa exploratória foi escolhida porque os dados de pesquisas já realizadas por outros pesquisadores eram insuficientes e foi necessário buscar nas entrevistas o conteúdo principal do trabalho.

3.3 Participantes

As entrevistas foram feitas com 6 membros de um movimento social da região do Vale do Paraíba. O critério de escolha desse movimento foi a pré-existência de uma proximidade da orientadora com algumas pessoas do movimento “Luta Popular”, o qual foi mencionado anteriormente, que atua em todo Brasil, mas tem origem no município de São Paulo. Após a apresentação da orientadora dos colaboradores deste movimento ao pesquisador, ele entrou em contato com a ocupação presente no Vale do Paraíba. O nome da ocupação é “Quilombo Coração Valente” e a cidade em que ele está situado é Jacareí – SP.

De fato, viu-se a importância deste movimento para a luta social. Conforme Harvey (2014, p. 17), este é o momento histórico dos movimentos populares. E até mesmo a fé cristã tem mostrado, pelo papa, que é necessário ir até estes movimentos. Como se viu na revisão de literatura, os movimentos por moradia ocupam lugar de destaque entre eles.

A definição dos critérios para a escolha dos sujeitos se baseou na necessidade de ter membros católicos, pois o estudo preferiu focar na doutrina social da igreja católica quando se tratou de religiosidade pois o pesquisador via na ausência da igreja nas periferias uma falta contra a sua própria doutrina, de maneira especial com o pontífice que se encontrou várias vezes com os movimentos populares: o Papa Francisco.

Para a entrevista, o pesquisador pediu para a coordenadora selecionar 6 participantes pela divisão de gênero para ser o mais abrangente possível, assim participaram três mulheres e três homens da base. Não foram encontradas mais pessoas porque o pesquisador estabeleceu outro critério: a religião católica. Inclusive a entrevista não pôde ocorrer num só dia como ele queria pela insuficiência de pessoas desta religião, pois a maioria dos ocupantes que declararam religião é evangélica.

3.4. Instrumentos de pesquisa

3.4.1 Entrevista

Neste trabalho foi utilizada a entrevista para recolher informações a serem tratadas. Nogueira (1968, p. 111) afirma que ela “é o instrumento por excelência e o mais constantemente usado pelos pesquisadores”. Esta é uma afirmação válida para um trabalho como este que trabalha com pesquisa qualitativa.

Contudo, ela vem com diversas críticas como “a possibilidade de serem os entrevistados influenciados, em suas respostas” ou “a dificuldade do entrevistador em se fazer compreender claramente pelo entrevistado” (NOGUEIRA, 1968, p. 112), mas estes não são motivos para descartar seu uso.

Deve-se recorrer à entrevista, sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em registros ou fontes documentárias e que se espera que alguém esteja em condições de prover. Assim, se trata de conhecer a atitude, referência ou opinião de um indivíduo a respeito de determinado assunto, ninguém está mais em condições do que ele para dar tais informações. Somente em casos excepcionais tais dados podem ser fornecidos por terceiros ou encontrados em fontes documentárias (NOGUEIRA, 1968, p. 113).

O instrumental para a realização desta pesquisa foi a “entrevista semiestruturada” com perguntas fechadas e abertas, (MINAYO, 2002, p. 58), conforme apresentado no apêndice A. O questionário pré-concebido evitou as divagações no ato da pesquisa, mas o teor flexível ajudou a não perdermos as contribuições não pensadas previamente que as pessoas entrevistadas puderam acrescentar.

O formulário é uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultante quer de observação quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida em que faz as observações ou recebe as respostas [...]. É, portanto, aplicado através de entrevista direta. Assim, distingue-se o formulário do questionário que é usualmente preenchido pelo próprio pesquisado [...] (MINAYO, 2002, p. 128).

3.4.2 Observação participante

A observação participante também foi usada. Conforme Otávio Cruz Neto (*apud* MINAYO, 2002, p. 59), é uma técnica que “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”, pois o pesquisador pretendeu fazer parte do contexto a ser observado. E este instrumental favoreceu o estabelecimento de “uma relação face a face

com os observados. Neste processo ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto”. Inserido diretamente no campo de pesquisa, o pesquisador observa diretamente alguns fatos sem, necessariamente, se utilizar das perguntas, “uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (NETO, *apud* MINAYO, 2002 p. 60).

Todos nós somos, ao mesmo tempo, participantes observadores da vida social e cultural do grupo a que pertencemos. No entanto, empregam-se especialmente os termos “observador e participante” e observação participante” com referência à situação criada pelo investigador que, para poder observar certos aspectos da cultura e da organização social sob uma perspectiva mais vantajosa para a pesquisa, premeditadamente assume uma posição e um papel no grupo a ser investigado (NETO, *apud* MINAYO, 2002, p. 92).

Os encontros com o movimento foram definidos conforme as atividades significativas desenvolvidas, bem como assembleias e passeatas, dentre outras, além de visitas para conhecer o cotidiano dos moradores da ocupação em dias considerados “normais”. Foram feitos relatórios de cada visita para uso na análise de dados.

Procurou-se desenvolver o trabalho como uma “Pesquisa Participante”, conforme Brandão e Borges (2007, p. 53) falam sobre um tipo de pesquisa que surgiu entre os anos 60 e 80 “em alguns lugares da América Latina”, difundindo-se “por todo o continente”.

Historicamente, a pesquisa participante nasce vinculada de alguma forma com os “*movimentos sociais populares* emergentes”, não como “um modelo único ou uma metodologia científica própria”, mas sempre alinhando “em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de *ações sociais de vocação popular*”, gerando processo “quase sempre país amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

Espera-se que esta pesquisa que se identificou como “dialética” tenha empregado, na prática, “procedimentos formais e quantitativos próprios a abordagens metodológicas de cunho neopositivista” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

3.5. Procedimentos para coleta de dados

Por se fazer ciência contando com a colaboração de seres humanos, para a coleta de dados a pesquisa foi submetida ao CEP-UNITAU (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté) – conforme aprovação em anexo (Anexo B - Parecer

Consubstanciado do CEP), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Os riscos foram mínimos. Reconhece-se que o fato de reservar um tempo para dar entrevista significa menos tempo empregado em outras atividades. Também é sabido que determinadas perguntas podem constranger as pessoas. Mas foi proporcionada autonomia para que elas pudessem se manifestar ou deixar a pesquisa a qualquer momento que desejassem, inclusive no próprio ato da pesquisa para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que pudessem causar dano. Caso ocorresse algum dano ao participante, foi garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Por conta da pandemia do novo corona vírus, o risco de contágio prosseguia no momento da pesquisa, pois não havia vacinações suficientes para conter o contágio. Mas no momento das entrevistas foram oferecidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e manteve-se o distanciamento entre pesquisador e entrevistados/as.

As entrevistas foram previamente agendadas, foi usado gravador (para evitar riscos de perder o material coletado) e não celular (para não se correr o risco de ser expostos a crimes cibernéticos). A entrevista foi entregue para conferência dos entrevistados e será arquivada pelo pesquisador por cinco anos. Os dados terão caráter sigiloso.

Os benefícios foram a contribuição para reflexões sobre a realidade dos movimentos sociais por moradia para o alcance de direitos sociais.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da UNITAU, primeiramente foi marcado um encontro com cada um dos seis participantes da pesquisa, de acordo com o tempo e local que lhes for mais conveniente. Contava-se com possibilidade de as entrevistas serem feitas *on-line* em decorrência da pandemia do corona vírus (então seriam seguidas as orientações da nova resolução do CEP para pesquisa remota nos tempos de pandemia), porém as visitas e encontros presenciais foram feitos de maneira segura, com o uso de EPIs, bem como máscaras e álcool gel, além do distanciamento físico.

Foi oferecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) que foi assinado, digitalizado e entregue ao autor por e-mail antecipadamente após aprovação do referido CEP-UNITAU.

Para proteger a identidade dos membros entrevistados e poderem ter acesso a este trabalho quando concluído, o autor e os entrevistados acharam melhor criar nomes provisórios como H1, H2, H3, M1, M2, M3.

3.6. Procedimentos para análise de dados

Para a análise dos dados coletados utilizou-se o método de triangulação de dados. “Nesse método a fala dos autores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida”. Esse método “tem como ponto de chegada, *o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala*” (MINAYO, 2002, p. 77). Assim, tratar-se-á dialeticamente dos dados, interpretação do pesquisador e fundamentação teórica dos autores, “favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo” (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 203).

A triangulação, na análise de dados é dividida em etapas:

O primeiro momento diz respeito à preparação dos dados empíricos coletados, mediante diversos procedimentos a serem adotados. Esses procedimentos são representados por etapas sumárias que visam à organização e o tratamento das narrativas. O segundo momento se refere à análise propriamente dita que implica na necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; segundo, sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, a recorrência aos autores que se debruçam sobre tais processos e sobre a temática trabalhada na pesquisa é imprescindível; e terceiro, sobre as estruturas que permeiam a vida em sociedade (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 203-204).

A organização do *primeiro processo interpretativo*, qual seja, valorização fenomênica e técnica das informações coletadas *deve ocorrer mediante três etapas*: primeiro – preparação e reunião dos dados; segundo – avaliação de sua qualidade; e terceiro – elaboração de categorias de análise (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 205).

O segundo processo tem como objetivo triangular os dados por meio da teoria. Como o primeiro processo, este segundo é dividido em três etapas: A primeira “caracteriza-se pela leitura aprofundada do material selecionado [...] o assunto tratado na pesquisa, contextualizado com a realidade mais ampla no qual está inserido, realizando mediações reflexivas”; a segunda exige que “a investigação deve ser ancorada no diálogo com autores que tratam questões pertinentes às categorias de análise emergidas das narrativas ou dos dados coletados” (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 206); a terceira, também conhecida

por “macro análise”, é marcada por uma “análise de conjuntura mais ampla” (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 207).

O terceiro e último processo interpretativo, também conhecido por “construção síntese” é composto pela etapa única: “diálogo entre dados empíricos, autores que tratam da temática e análise de conjuntura” (BRISOLA; MARCONDES, 2014, p. 207).

Na especificidade desta pesquisa, os dados foram transcritos, depois divididos em categorias de análise a partir dos objetivos específicos do trabalho, em seguida foram submetidos a outros referenciais e trabalhados de acordo com a conjuntura mais ampla.

Os dados foram colhidos em entrevistas que precisaram ser divididas em dois dias pela dificuldade de encontrar membros católicos (a maioria dos integrantes da ocupação que tem religião é evangélica). Além dos dados das entrevistas, foram colhidos dados da observação participante, que foram encontros espontâneos marcados devido à proximidade do pesquisador com o movimento popular e suas lutas.

4 Resultados

Esta pesquisa buscou explicitar a relação da religiosidade com as ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista e assim contribuir com reflexões para o fortalecimento das ações dos movimentos sociais e da própria Igreja em seu trabalho social para que os sujeitos possam acessar seus direitos sociais. Pretende-se ainda divulgar os dados e resultados por meio de publicação de artigos em periódicos e participação em seminários, simpósios e congressos, além de apresentá-los a comunidades que frequentam a Igreja e aos integrantes do movimento social pesquisado.

A pesquisa se dividiu em três blocos a partir dos objetivos específicos propostos. Num primeiro momento pretendeu-se conhecer algumas demandas dos trabalhadores organizados naquele movimento social; em seguida pesquisou-se sobre a participação religiosa destas pessoas e, enfim, a influência da religião em suas lutas.

4.1 Demandas sociais

O Movimento Luta Popular está em Jacareí pelo acampamento “Quilombo Coração Valente”. O pesquisador teve seu primeiro contato com este movimento no final do ano de 2020 (APÊNDICE B - Relatório da visita à Ocupação Coração Valente) e travou com ele árduas lutas. Uma manifestação que o pesquisador tomou a dianteira foi o ato inter-religioso que teve a intenção de evitar o iminente despejo. Fez isso pela própria exposição e exposição dos apoiadores e para dar incentivo espiritual para os ocupantes (ANEXO H – Fotos do ato inter-religioso 2020). Mais adiante se falará um pouco sobre esta tensão vivida por conta da possibilidade de despejo.

As demandas sociais retratam a realidade dos sujeitos e impactam a sua subjetividade. Entende-se por meio do método dialético que o sujeito transforma e é transformado pelo meio em que vive imprimindo-se uma relação dialética. É por meio desse processo que as demandas aparecem como mediadora da formação da consciência social. Marx e Engels (2006, p. 104) questionam:

Será preciso grande perspicácia para compreender que as ideias, as noções e as concepções, numa palavra, a consciência do homem se modifica com cada mudança em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social?

Ao término do ano 2020 houve uma situação de iminente despejo vivenciada pelos participantes do movimento social estudado (ANEXO C – Decisão TJ SJC). Foram feitas ações de regularização do terreno no campo jurídico, porém a aparência do fenômeno era a de que todos os recursos pareciam ter se esgotado nesse campo, restando o caminho da luta política e social. Houve diversas ações sociais e políticas do movimento para reverter esse quadro, inclusive com uma celebração inter-religiosa para dar visibilidade ao movimento e, assim, tentar impedir o despejo.

Mesmo com os recursos jurídicos esgotados para evitar o despejo, um centro de defesa dos direitos humanos da região, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Pedro Lobo (CDDH-PL), que é um organismo formado por várias pessoas da região, inclusive duas professoras do presente mestrado (Prof^a Dra. Elisa Maria Andrade Brisola e Prof^a Ma. Sabrina Nepomuceno), atuou enviando ofícios ao prefeito (ANEXO D - Ofício 004-2020) e ao juiz responsável da 2^a Vara Cível de Jacareí (ANEXO E - Ofício 005-2020). Foi pedido a várias pessoas que estavam, de alguma forma, ligadas ao movimento que também enviassem ofícios a estas autoridades e assim foi feito.

Com isso, o juiz notificou o “proprietário” para se manifestar. Paralelamente a estas ações, o advogado da ocupação solicitou com a ajuda da Defensoria Pública a suspensão da reintegração de posse diretamente com o Supremo Tribunal Federal (STF). O advogado do movimento protocolou diretamente com o juiz a execução de pré-executividade que havia sido apresentada pelo juiz que estava cobrindo as férias do juiz que acompanha o caso. Ele apresentou a petição do advogado e os 10 e-mails de entidades ao STF. Os advogados disseram que foi enviado um ofício ao Ministério Público do Estado de São Paulo e foi feito um pedido de regularização do bairro na prefeitura.

E o êxito foi alcançado pelo STF. O Ministro Alexandre de Moraes deferiu a tutela de urgência para suspender os efeitos de um acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e suspender a ordem de reintegração de posse, até o trânsito em julgado da decisão do mesmo STF quanto ao Recurso Extraordinário (ANEXO F - STF Pet 9382 MC deferida). Infelizmente, depois disso transitou desfavorável, mas para o momento foi uma vitória.

Em março do ano seguinte (2022), a ocupação recebeu um mandado de reintegração de posse, com prazo para desocupação voluntária de 60 dias. Paralelo a este risco local, o Brasil inteiro corria o risco de não ser prorrogada a liminar conhecida por “Despejo Zero” (ADPF 828) que impedia despejos durante a pandemia. Por isso, os vários movimentos por moradia se uniram num único dia de lutas, 31/03/2022, para pedir ao STF a prorrogação desta lei (isto foi alcançado: por meio de mobilizações nacionais até junho do mesmo ano⁸).

Voltando para o perigo local: mesmo a defensoria pública tentando recursos e mesmo a prefeitura de Jacareí tendo decretado REURB da ocupação, o juiz manteve o despejo. Por isso, os vários movimentos populares, sindicais e demais colaboradores das lutas do Vale do Paraíba se uniram na luta nacional que foi marcado para o dia 17 de março de 2022. Foi marcada uma reunião com o prefeito no mesmo dia para coincidir com o final do ato na porta da prefeitura. Neste dia o prefeito se comprometeu a emitir um decreto de desapropriação e regularização do “Quilombo Coração Valente” que foi oficializado em 01 de abril de 2022.

Dentre as atividades realizadas pela ocupação pesquisada, destaca-se uma das ações realizadas no espaço acadêmico⁹ em que houve a participação de uma das coordenadoras no movimento sobre as consequências das políticas governamentais brasileiras para os sujeitos mais empobrecidos. “Os de cima não olham para nós. Tudo para o povo de baixo é difícil”. Interrogou a coordenadora: “Um casal com dois filhos, mil reais. Como sobreviver”? Falou dos preços altos dos produtos alimentícios, e que quando uma família se cadastra para receber a cesta básica só receberá no mês seguinte, referindo-se à política da Assistência Social do município em que vive.

No tocante à renda e trabalho dos ocupantes, falou que “o preço da reciclagem diminuiu”, a principal fonte de renda das pessoas da ocupação. Sobre a pandemia disse: “este ano muitas pessoas pegaram COVID, ninguém morreu, mas muitas pessoas pegaram”. Referindo-se à política de Assistência Social no período anterior à pandemia reforçou que o Centro de Referência em Assistência Social era um equipamento municipal “mais atuante”, reforçando que, pela ausência dessa política durante a pandemia, uma criança de 8 meses da

⁸ Depois foi prorrogada para até depois das eleições (outubro de 2022).

⁹ No dia 15/10/2021 a coordenadora da ocupação do movimento por moradia pesquisado participou de uma aula no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano, cujo tema era a luta dos trabalhadores por moradia.

ocupação “quase morreu” e agora “tem sequelas”. A integrante do movimento destaca, ainda, algumas “saídas” encontradas pelos ocupantes para a sobrevivência, sobretudo, relacionadas à alimentação, pois, destaca que existe na ocupação uma “horta comunitária”.

Demandas como essa trazida pela integrante da ocupação, apontam para uma mediação necessária para compreender o direito à saúde, o direito à moradia, o direito à alimentação, dentre outros, como integrantes do que se pode chamar, a partir de Lefebvre (2008), do “direito à cidade”.

Do ponto de vista da organização política e social do movimento social, cabe observar que a Ocupação se relaciona com outros movimentos sociais da cidade e da região do Vale do Paraíba para o seu fortalecimento. Para os participantes dessa rede no momento político atual é caracterizado pela “ameaça bolsonarista”, entendida como ofensiva do projeto ultra neoliberal com características fascistas, colocando em risco, principalmente, os trabalhadores que são pobres, mas organizados.

Essa ameaça se figura por uma série de ataques aos movimentos populares da região (e possivelmente de outras regiões) para desmobilizar as lutas. São depredações de áreas de proteção ambiental nos assentamentos do MST (Movimento Sem Terra) com intuito de colocar pessoas que não comungam das lutas; compra e venda de lotes a estas pessoas (o que é proibido por lei); ameaças de pessoas armadas com falsas reintegrações de posse, entre outros. São fatos que não são fáceis de se encontrar em veículos oficiais, pois a divulgação das lutas sociais infelizmente é muito precária, mas ficam para consulta dois relatórios de uma reunião que foram tratados estes assuntos (ANEXO G – Relatório oficial da reunião dos movimentos populares; APÊNDICE C – Relatório do observador na reunião dos movimentos populares). São fatos sentidos por todos os movimentos, indistintamente, por todos se sentirem afetados, a união entre os vários movimentos se fortaleceu.

Nota-se que existe uma consciência da organização do movimento pesquisado de que precisam atuar conjuntamente como os demais movimentos de trabalhadores, pois sozinhos não teriam forças políticas para o enfrentamento de um projeto com claros objetivos de defender a burguesia. Por isso, a importância de uma aliança de classe para refletir sobre estratégias de resistência.

4.1.1 Perfil dos entrevistados

A tabela que se apresenta foi feita por meio das respostas dos sujeitos para apresentar um panorama de quem são estas pessoas.

Sexo	Idade	Raça/Etnia	Est. Civil	Trabalho	Escolaridade	Onde nasceu
Masculino	55 anos	Não respondido	Solteiro	Desempregado Pintor	Primeiro colegial	Epojuca PE
Masculino	66 anos e meio	Não respondido	Divorciado	Desempregado Pedreiro	1º ano da escola	Itambacuri MG
Masculino	43 anos	Não respondido	Casado	Desempregado	Fundamental incompleto	Aracaju SE
Feminino	53 anos	Acho que morena clara	Casada	Desempregada	Não estudou	Maceió AL
Feminino	36 anos	Negra	Solteira	Voluntária na ocupação	Ensino médio completo	Taubaté SP
Feminino	49 anos	Não respondido	Casada	Desempregada	2º grau completo	Estância SE

Observou-se que a maioria das mulheres tiveram menos dificuldade em dizer a própria raça/etnia. Todos estão desempregados. Este é o motivo principal da organização no movimento, conforme se percebe na categoria “motivo da organização”. Vivem de assistência social. Recebem visita do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e fazem bicos, geralmente com reciclagem. Este fator do trabalho é essencial. Será tratado com mais atenção no próximo título.

A maioria das mulheres possuem ensino médio completo e a maioria dos homens: fundamental incompleto. Infelizmente, existe uma disparidade de gênero. Conforme Agência Brasil (2018, s.p.), respaldada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

entre as pessoas que possuem ensino superior, a maioria é composta pelas mulheres, mas isto não interfere nos salários. Um questionamento nada novo continua ressoando:

Toda a burguesia grita em coro: Vós, os comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres!

Para o burguês, sua mulher nada mais é que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que haverá comunidade de mulheres. Não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel atual de simples instrumento de produção (MARX; ENLIGELS, 2006, p. 103).

Como se viu no início deste trabalho com Netto (2001), existe uma única “questão social”: a contradição entre Capital e Trabalho: “O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações [...] da ‘questão social’, a emergência de [...] expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (p. 48). Eis uma destas expressões: A maioria dos entrevistados tem raiz na região nordeste do país. São pessoas que, pela migração nordestina (que continua, mesmo que tenha reduzido o fluxo) e por serem “mão-de-obra excedente”, são submetidas às periferias:

As tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil ocorridos desde os anos 30 até a década de 70 estiveram ancoradas na enorme transferência de população do meio rural para o urbano, nas migrações com destino às fronteiras agrícolas, no fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana (BAENINGER, 2005, p. 84).

Neste período, a concentração maior das migrações era o Estado de São Paulo, de maneira especial, a Região Metropolitana de São Paulo. Mas depois, um fato explica a presença de nordestinos na ocupação do Vale do Paraíba paulista:

Nas últimas décadas, as migrações internas no Brasil foram marcadas por alterações expressivas em sua dinâmica – e estas refletem-se nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. Ao lado dos fluxos tradicionais, também passam a sobressair-se como elementos explicativos e determinantes do fenômeno migratório: outras direções (movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais) e novas dimensões da migração – em particular a espacial (BAENINGER, 2005, p. 85).

Aqui cabe retomar o tema da “raça/etnia”:

As elites paulistas, que historicamente almejavam aparentar riqueza e branquidade, foram salientes na tentativa de diferenciar São Paulo diante de um país marcado por sua posição periférica no capitalismo global e à margem da brancura europeia.

Reside nestas demarcações imputadas sua reivindicação em torno da primazia da política conservadora, uma vez que o Brasil é marcado por assimetrias profundas entre classes sociais e grupos raciais e regionais (REGO, 2018, p. 29).

A discriminação e o preconceito prosseguem a todo vapor no país. Há muito que lutar ainda para emancipação de fato da classe trabalhadora. Por hora segue uma análise das demandas.

4.1.2 Demandas

Avalia-se que as principais demandas apresentadas pelos entrevistados estão relacionadas ao trabalho, exatamente pela centralidade que ele ocupa na vida humana. Segundo a tradição marxista, é possível afirmar que o homem não apenas transforma a natureza, ele se torna seu objeto. Se relaciona com ela por meio do trabalho (MARX, 1988, p. 47-53). Além da referida temática, apareceram nas entrevistas temas relacionados a saúde e a educação.

De fato, na sociedade capitalista, o trabalhador não tem nada além de força de trabalho. Com Antunes (1995, p. 124), afirma-se que o trabalho, que seria uma forma de realização do ser humano na sociedade capitalista, é um trabalho alienado, ele se torna uma mera forma deste trabalhador subsistir. Como o trabalho é transformado em mercadoria, o próprio ser humano se torna mercadoria. E quanto mais longe estiver o trabalhador do produto de seu trabalho, tanto mais despersonificado ele será. Antunes (1995) ainda diz que o ser humano não se reconhece como humano (ANTUNES, 1995, p. 126). O autor traduz o termo “reificação” de Marx, por coisificação (ANTUNES, 1995, p. 126) e diz: “A relação social estabelecida entre os homens adquire a forma de uma relação entre coisas” (ANTUNES, 1995, p. 127).

A realidade dos moradores da Ocupação Coração Valente no Vale do Paraíba demonstra uma situação de extrema desumanização, pois a maioria está desempregada, se submetendo a situações de precariedade extrema em vários aspectos de sua vida, se agravando com a pandemia.

O primeiro homem entrevistado é um pintor. Ele mostra que até teve emprego antes da pandemia do novo corona vírus, mas atualmente encontra-se desempregado:

Eu mesmo trabalho por conta, mas faz mais de três meses que eu não faço nada. Faz mais de três meses que eu não faço nada porque essa epidemia aí a turma até evita [contratar]. Porque eu trabalho assim, em residência e complica. Está devagar (H1).

O segundo sujeito também apresentou o agravamento da dificuldade de conseguir emprego por causa da pandemia, acrescentando o fator da idade:

Então, não sei se é por causa da pandemia né ou se é escassez do serviço mesmo, do emprego mesmo. Cada vez fica mais difícil. Não sei se também é a idade. Que a gente vai ficando mais velho: o emprego vai ficando mais difícil de achar né, mas a gente vai em busca. Colocando um currículo aqui, um currículo ali. Quando não arruma a gente faz uns bicos né. Não rejeita nada o que vem de trabalho (M3).

Observa-se que a maioria dos entrevistados vive em busca de material para a reciclagem, ou seja, um trabalho informal e sem garantia nenhuma de direitos trabalhistas, veja o depoimento deste sujeito: “De trabalho é luta. Um dia a gente cata reciclagem, quando não tem outro jeito. Igual eu mesmo, fiquei um pouco doente, com comecinho de hepatite, mas já estou curado já. Fiz o tratamento certinho. Estou fazendo ainda né” (H2). Ou seja, se tem algum problema de saúde, fica ainda pior a situação.

A falta de trabalho e complicações de saúde são elementos que dificultam a vida dos sujeitos e trazendo as mais diversas violações de direitos. Vejam que para a sobrevivência deles contam com a “sorte”, com a “crença em Deus” e/ou com a solidariedade de outro membro da família que conseguiu trabalho, como disse uma das entrevistadas:

Eu não trabalho, tenho problema, uma doença né, eu não posso trabalhar. Aí só quem trabalha é o marido. Quando ele tem serviço ele trabalha, quando não tem: é um bico hoje, dois/três dias arruma outro e, quando Deus abençoa, aí ele arruma a semana completa (M1).

Outra entrevistada reafirma essa situação em seu relato: “Eu fiz cirurgia de câncer de mama, uma no peito e outra na axila. Aí o médico disse que eu não posso pegar peso. [Não posso fazer] força no braço. Hoje eu não trabalho” (M2).

Quando a família é composta apenas por um membro em condições para trabalhar, fica ainda mais difícil, vejam a fala deste sujeito: “Emprego está difícil padre. Eu estou

procurando porque sou mãe solteira, sou pai e mãe né” (M3). Além disso, com um governo que piorou a situação da pandemia surgiu outra dificuldade: “Essa dificuldade com auxílio emergencial. Tem muitas pessoas que dependem disso, inclusive eu” (M3).

O auxílio, que antes era de 600 reais, passou a ser de 150, embora para famílias de mulheres com os filhos fosse um pouco mais: R\$ 250,00 (a partir de 06/08/2021). No ano anterior essas mulheres chegaram a receber R\$ 1.200,00. Tramitou em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados o “Projeto de lei 2099/20 que institui auxílio permanente de R\$ 1.200,00” para estas mulheres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022, s.p.), mas foi vetado pelo governo federal. Em seguida, o governo destruiu o “Bolsa Família” e criou o “Auxílio Brasil” para financiar este programa, Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional a proposta de retirar dos “precatórios”, ou seja: “tirar o direito das pessoas idosas” que aguardam por este dinheiro há tempos. “O governo não tirou essa verba do Orçamento Secreto, não tirou de quem ganha mais. O governo tirou dos pobres”. Além disso, “nos tempos do Bolsa Família, a lei determinava que o benefício precisava ser reajustado”. Nos governos Temer e Bolsonaro “nunca mais tivemos reajuste do Bolsa Família, nem do Auxílio Brasil. Até porque, se reajustassem pela inflação, o benefício seria de cerca de R\$ 1.000” (MOTORYN, 2022, s.p.).

A situação de saúde em tempo de pandemia piorou a vida das pessoas: “Então assim, essa pandemia trouxe muita coisa ruim, né? Foi muitas pessoas conhecidas que a gente perdeu. [...] A vacina teve aquela dificuldade no começo. Agora já está sendo acessível. [...]” (M2). Mas tem a situação específica do município da ocupação: “Não é tão boa não viu. São José [dos Campos], acho que é bem melhor do que aqui. [...] Não sei se é a médica, não sei, mas em São José, acho que é bem melhor” (M3):

Quanto à saúde, o postinho traz as guias às vezes. Está tendo dificuldade pra médico. Está demorando um/dois meses pra estar passando a gente que é adulto. Pediatra é mais rápido. Quando você tem alguma coisa grave, eles agendam, demora meses mesmo. Isso está – devido à pandemia – está dificultando (M2).

Num contexto mais amplo, Mota (2021, p. 50) diz que a pandemia é fruto “das relações capitalistas de produção”, pois o modo de produção destrói a natureza e as “medidas neoliberais” definem “políticas econômicas e sociais” que agravam ainda mais o cenário de calamidade.

Sobre educação foram apresentadas várias dificuldades referentes ao tempo de pandemia. A primeira foi: “As crianças que não tiveram aula, cortou auxílio merenda” (M2). A fome também é uma expressão da questão social. Josué de Castro (*apud* SANTOS, 2021, p. 1) já afirmava que no tempo do desenvolvimentismo, o Estado investiu mais na indústria que no setor agrário. O ser humano não é levado a sério neste sistema de morte. A pandemia veio a calhar. A segunda dificuldade no campo da educação apresentada nas entrevistas foi a falta de internet:

No começo foi ruim porque a gente corria atrás de uma internet né. Não tinha internet boa. A gente se bateu bastante né. Até que veio um abençoado e trouxe uma internet boa para cá, a gente conseguiu pagar, com muito esforço, a gente conseguiu colocar uma internet aqui. [...] Por causa das crianças, porque eles precisavam de estudar online. Tinha que ter internet. Aí a gente deixou um bocado de coisa para trás e teve que colocar internet para eles. [...] A gente lutou pra caramba aqui atrás de uma internet. Até no celular, para colocar, mas foi quando veio esse rapaz aí e colocou em um bocado de casa (M3).

Além disso teve a vida familiar que teve que se adaptar com mais pessoas na casa. O retorno das aulas foi um alívio para duas pessoas entrevistadas. Veja o depoimento destes sujeitos:

E a escola. Escola é aquilo que eu falei para o senhor. Parou um pouco por causa da pandemia, começou a voltar. As minhas três crianças que está comigo é uma semana sim, uma semana não. Os meus dois bebês né. O de um ano e a de três é uma semana sim e uma não – intercalada - mas a minha menina de doze anos já está frequentando diariamente, todos os dias a escola. A Van pega aqui, no portão da comunidade. Ela passa período integral nessa escola aqui de baixo a... [nome da escola] e à tarde traz ela, quatro e meia da tarde. Então, assim, teve umas dificuldades, mas, fé em Deus, está se ajeitando (M3). Todo mundo está na escola está estudando, as minhas crianças. Tem o menorzinho [...] que tem sete anos. Tem a mais velha que está na escola, entrou agora [depois do fechamento durante a pandemia]. Ela está estudando pela manhã e pela tarde. Ela fica até 4h30 da tarde. E, assim, a educação aqui é legal, o carro vem pegar na porta e, graças a Deus, é até bem melhor que meu interior lá [Região Nordeste do País] [...] Tanto a saúde quanto a educação, um pouco escassa né. [a situação de lá do Nordeste] Muita falta de professor, falta de médico, então aqui até, graças a Deus, é até melhor do que lá no interior. É um pouco escasso lá as coisas. Aqui é bem melhor. Aqui a educação parece particular [risos] (H3).

Nota-se que as pessoas que não têm filhos não falaram sobre a situação de educação. A não ser uma pessoa que afirmou não saber ler. E sobre o seu cônjuge disse:

Ele também não sabe ler. Mas umas palavras ele sabe. Ele estudou até o primeiro ano. Primeira série, sei lá como funciona isso. É pouca coisa também que ele sabe. Mas ele ainda, descobre alguma coisinha. E eu nada (M1).

A educação precisa estar a serviço da população e não ser usada como um meio de dominação da classe. Para isso, é necessário que se lute por ela. A história mostra que quando as economias dos países começaram a se tornar mais autônomas, houve um salto qualitativo na educação.

Na América latina, começou a surgir a “educação popular” que é uma educação mais ligada aos movimentos populares. Com “Paulo Freire no Brasil, Fals Borda na Colômbia, Francisco Gutiérrez na Costa Rica”, a “educação popular” trouxe um combate à “invasão cultural”, possibilitando “um salto qualitativo” na educação e, em outros países mais marcados por revoluções da América Latina como Cuba, Nicarágua e Granada (GADOTTI, 2012, p. 22).

“As décadas de 70 e 80 foram chamadas de décadas perdidas por conta do obscurantismo das ditaduras na América Latina”. Entretanto “Com a retomada da democracia, nos anos 80, começam parcerias das ONGs com o Estado. Surge em São Paulo, com Paulo Freire, a ‘Escola Pública Popular’” (GADOTTI, 2012, p. 21).

Entre os anos 80 e 90, a educação popular entra em crise. Esta união latino-americana é perdida, mas a diversidade é favorecida, pois “surgem milhares de pequenas experiências, espalhando-se por toda a América Latina e projetos de toda ordem”. Neste período, “as lutas políticas se juntam às lutas pedagógicas, experiências essas frequentemente associadas aos movimentos sociais” (GADOTTI, 2012, p. 21-22).

É necessário apoiar os movimentos sociais. É preciso ir a eles. A partir da linguagem deles. “Pedagogias abstratas, inventadas artificialmente entre as quatro paredes das (sic) universidades, tem tudo para morrerem aí mesmo. Elas fenecem com seus criadores” (GADOTTI, 2012, p. 27).

4.1.3 Motivo da organização

Todos os entrevistados foram pressionados a se organizarem pelo motivo concreto de não terem condições de pagar um aluguel. Isto apareceu em quase todos os depoimentos.

Porque eu me separei da mãe de meus filhos e, para viver na mesma casa não dava certo e o lugar que eu encontrei mais, que eu podia ficar é aqui. Aqui Não pago aluguel né. Não posso pagar. Também não estou podendo pagar aluguel no momento. E gosto também do lugar né. Está entendendo? E a solução foi essa... (H1).

Chegou até um ponto que eu não conseguia mais pagar o aluguel. Não consigo porque eu me aposentei faz pouco tempo. Só que é mil reais. Tenho dois filhos. De menor. Três, porque um não é meu, mas eu cuido. Então apertou muito. Eu tenho que ficar para cá (H2).

Aluguel. Eu não trabalho, tenho problema, uma doença né, eu não posso trabalhar. Aí só quem trabalha é o marido. Quando ele tem serviço ele trabalha, quando não tem: é um bico hoje, dois/três dias arruma outro e, quando Deus abençoa, aí ele arruma a semana completa (M1).

[...] Eu morava numa casa né. Mas, também, os dois [esposo e ela] trabalhavam, pagavam aluguel certinho. Tinha também a minha filha, a mais velha que ajudava também né. No aluguel. Aí, depois, todo mundo foi ficando desempregado, o aluguel foi ficando mais caro, aí a gente resolveu vim para cá. Porque a gente tinha também as nossas dívidas para pagar. Então, para poder honrar as dívidas, a gente teve que sair do aluguel. Teve que dar prioridade para o que a gente estava devendo né, para não virar uma bola de neve. Aí a gente veio para cá (M3).

“Antes de entrar aqui, eu morava numa casa invadida que o meu ex-marido invadiu e a gente morou lá por dois anos. Por denúncia dos vizinhos, a Caixa chegou, deu um papel e deu cinco dias” (M2).

E teve quem disse que esta impossibilidade de pagar aluguel se deu com a pandemia:

Aqui, logo que a gente chegou em São José [dos Campos], a gente alugou uma casa né. Eu tinha um dinheiro guardado, eu trouxe. Eu cheguei, a gente já alugamos (sic) a casa. Aí já, logo-logo, comecei a trabalhar também. Tava tempo bom aqui. E, aí, era uma casa grande. Logo que a gente chegou aqui a gente pegou uma casa com dois quartos com garagem, tinha até uma edícula no fundo. Era lá no... [bairro de São José dos Campos] quando a gente chegou aqui. Mas daí as coisas começou a complicar (H3).

Todos os entrevistados disseram que o motivo de estarem ali foi a impossibilidade de pagar aluguel, mas uma pessoa em particular, apesar de dizer que o motivo que a levou até a ocupação foi o mesmo dos demais, acrescentou:

A luta. Acho lindo. Muitas vezes eu escutei de pessoas até mesmo de dentro da minha família: “A porta da rua é serventia da casa!” Isso dói [lágrimas], dói. E hoje eu luto pelos meus filhos. Para ninguém fazer isso. Eu vejo a luta de algumas pessoas [...]. Eu não teria coração e nem peito para isso. Eu falo para o senhor e eu falo isso para estas pessoas: eu admiro. E, pela admiração que eu tenho por estas pessoas, o dia a dia que eu estou com eles: me fez segurar a mão deles e caminhar com eles. Sou falha. Nossa, eu estou falhando com eles direto. Peço perdão quando eu faço isso (M3).

Continuando a resposta dada acima, ela acrescenta valores religiosos:

A gente não quer nada em troca padre. A gente só quer ver todo mundo feliz. Porque não é fácil. Não é fácil você olhar para o lado e não ter para onde ir. Até as pessoas da sua família que dizem ser amigo. Amigo da gente é Deus, padre. Mais ninguém. É Deus. E algumas pessoas que Deus põe no mundo para segurar nossas mãos nos momentos difíceis. Que são contados nos dedos padre. Entendeu? Então, assim. Eu estou aqui para poder; eu estou aqui “para o que der e vier”. E, se a gente ganhar aqui, padre; eu já falei [...]: Se hoje eu ganhar como eu preciso, amanhã eu vou ajudar a fazer outras pessoas ganhar. Porque, assim como eu preciso, tem muita, mas muita gente aí fora que também estão precisando. E as pessoas têm que ter consciência que é um direito de elas terem moradia, ter uma vida digna padre: saúde, educação, direitos iguais. Que ninguém é melhor do que ninguém. Todos somos iguais padre. É por isso que eu estou aqui.

Esta pessoa se expressou mais claramente. Pode ser que ela tenha consciência ou ela se sentiu mais à vontade que os demais para responder às perguntas. Não é possível concluir com os dados que se tem até aqui, porém uma aproximação pode ser atingida com alguns dados que serão apresentados na reflexão a seguir sobre consciência de classe.

Assim, não adianta apenas os trabalhadores estarem juntos, é preciso que tenham consciência de sua condição de classe e saibam o porquê estão organizados. Como se apresentou por meio de Montaño e Duriguetto (2011, p. 98), não basta apenas a “classe em si”, ou seja, os trabalhadores pertencerem à classe, mas é necessário a “classe para si”: eles se organizarem para a luta.

Além de M2, outra pessoa (M3) também apresentou fala que remete à formação religiosa. Esta outra pessoa, apesar de ter uma formação religiosa não institucional (como veremos também no tópico “4.2 Participação religiosa”) ofereceu uma resposta bem mais

aprofundada que os demais sujeitos. Para a pergunta: “Quais as reivindicações do movimento que você participa”? Ela respondeu:

Os movimentos eles sempre reivindicam pela, pelos direitos né, das pessoas que é [pausa] a moradia. É mais a moradia. É, o direito de ir e vir né, e o direito à moradia, porque cada cidadão tem o direito a ter uma moradia. Né. Porque tem muitos que não lutam por isso. Tem muitos que vão. Prefere ficar embaixo de marquise, de uma ponte e não tem, eu acho que não tem, um acesso ao movimento. E a gente, graças a Deus, teve né. Nem me lembro como foi que a gente conheceu a ocupação. Acho que foi através do meu irmão. É, meu irmão que já tem mais tempo aqui do que eu. Aí ele falou assim: “Ó [nome] tem um assentamento” (M3).

É inegável que a educação é fundamental para a formação da consciência dos sujeitos. Na análise dos dados da pesquisa, preferiu-se juntar “escolaridade” com a pergunta: “O que o movimento busca?” para ver qual a compreensão que esta pessoa tem sobre o movimento que participa. Embora se reconheça que pode ter havido mais facilidade de umas pessoas se expressarem que outras (e assim parecer ter mais consciência), os dados obtidos apontam que quanto mais escolaridade, tanto mais consciência do que é o movimento (ou o contrário: quanto mais consciência, tanto mais escolaridade). Um fato interessante é que as mulheres apresentaram escolaridade superior à dos homens e também mais clareza sobre o que o movimento busca.

As respostas de dois homens à pergunta sobre o objetivo do movimento foram no nível do teto: “Casa para morar” (H1); “Terra, moradia: única coisa” (H3). A única mulher que se apresenta como analfabeta, apresentou a seguinte resposta: “Casa, barracinho (não entendo muito)” (M1). Em compensação as demais mulheres possuíam segundo grau completo e apresentaram as seguintes respostas:

“Igualdade, tudo seja igualado, dividido. Nossos direitos. Moradia. Trabalhamos e ganham em cima da gente: igualdade” (M2);

“Direitos, moradia. Muitos preferem ficar debaixo de marquise, ponte e não tem acesso ao movimento” (M3).

Pode parecer que exista pouca “consciência de classe”, se é que consciência seja passível de medição. Mas um trecho da fala da própria fundadora do movimento “Luta Popular” pode ajudar na compreensão do nível de consciência dos ocupantes:

Nas ocupações, estive exposta a arranjos mais ou menos insubordinados onde se acomodavam, em unidade pontual, inúmeras dissidências que passam invisíveis ao olho ocidental globalizante. Os negros e as negras, não somos todos iguais. As centenas de nações indígenas e seus descendentes afro-indígenas, não somos todos iguais. Entre trabalhadores pobres, são tantas as nuances em condição material, cor, gênero, sexualidade, afetividade, crenças, que nada há de igual. (SILVESTRE, 2019, p. 69).

Com esta fala iluminadora, é possível reler os parágrafos anteriores e olhar para as falas dos entrevistados de maneira diferente. Como cada um é único, cada resposta é grandiosa. O fato de todos estarem ali já é revolucionário. Foi perguntado qual a participação do(a) entrevistado(a) na ocupação. Nas entrelinhas parece que todos se sentem responsáveis uns pelos outros. Existe uma certa tendência ao messianismo¹⁰ seja em torno da coordenadora da ocupação ou de figuras que porventura os possam liderar. Mas, o fato é que a ocupação atendeu a uma necessidade básica no momento em que mais precisavam e, por este motivo, existe muita gratidão.

Neste sentido, o engajamento político é, de certa forma, uma resposta à gratidão que possuem. Como se percebe na subsequência das citações:

H1: “Ajudo né. Eu sempre ajudo alguma, tipo social. Horta comunitária eu estou sempre dentro. Fazer qualquer coisinha que tem, a coordenação dá um toque e eu já vou, ajudo também, entendeu? Estou sempre participando da luta”.

H2: “É constante, o que tem eu vou. Ajudo na contribuição da mensalidade, para ajudar o acampamento mesmo. E, precisa de mim, eu ajudo. Naquilo que eu posso né”.

H3: “É, minha participação é essa, em si é isso que eu faço. [...] Vou na reunião quando a coordenação da ocupação marca reunião da comunidade. Mas é só isso mesmo. Infelizmente a minha participação é essa”.

M2: “É tudo o que precisar”.

M3:

É [pausa], faço cartazes. A gente estava pensando em fazer uma. É, vender camisas, fazer. O rapaz estava tentando trazer uma máquina para cá para fazer. Para ver se a gente consegue fazer uma cooperativa né. Aí vamos ver ainda aí.

¹⁰ Termo apresentado por Queiroz (1965) que trata de uma crença religiosa em uma pessoa (messias) libertadora.

O sentimento de pertença se torna grande a ponto de sentir necessidade de contribuir até financeiramente:

A minha ocupação aqui mesmo, em casa e quando a coordenação chama para ir para horta fazer alguma coisa que convida. Nós vem (sic) ajudar. Quando me sobra um dinheirinho também eu venho doar para ajudar nas outras coisas né. Ajunta né para “fazer as despesas” [pagar as despesas] que é muita coisa também né (M1).

Uma pessoa chegou a dizer que quer se dedicar mais aos trabalhos da ocupação. Se acha devedor, mas o próprio conteúdo da fala mostra que não deixa de contribuir com o movimento:

Minha participação eu acho que sou um pouco faltoso, eu ajudo sempre como e quando posso né, mas é um pouco faltoso assim. Eu não. Eu vou numa passeata, eu ajudo quando precisam fazer um cartaz. Ir na passeata, levar alguém. Entendeu? É o que eu posso fazer, porque assim (H3).

Nota-se com esta última fala que demonstra um resumo do que se percebeu nas demais falas o comprometimento com a causa. Embora incipiente, é grande o envolvimento de todos. Mas vale continuar a reflexão do tópico anterior com Helena Silvestre, uma das lideranças do “Luta Popular”:

A “unidade” de uma ocupação de terra é efêmera porque o conjunto se autoconvoca – pela necessidade objetiva de morar – a uma presença ativa no espaço sem perseguir propor uma resposta universal, a todas as aspirações e ausências. A necessidade individual de cada qual é o que implica no movimento grupal onde essa necessidade pode vir a realizar-se, mas o pode apenas coletivamente. (SILVESTRE, 2019, p. 69).

Esta partilha da fundadora fez com que o pesquisador refletisse sobre alguns desejos de “uniformidade” que são apresentados como desejos de “unidade”. Uma tentação constante até mesmo na análise participante. Além de ser revolucionário o fato de todos estarem ali, a colaboração, por menor que possa parecer, já tem merecimentos de político engajado. A partilha de métodos de luta é importante, mas também é importante para o pesquisador o contato com estas pessoas que lutam.

4.2 Participação religiosa e a influência da religião nas ações sociais e políticas

Depois da realização da pesquisa preferiu-se a palavra “relação” ao invés de “influência”. Mesmo assim, este item permanece a influência da religião nas ações sociais e políticas do movimento. Pretendeu-se analisar até que ponto ela impacta em sua luta.

Como a entrevista foi feita com católicos, é especificamente a religião católica que aparece mais em evidência. Logo antes das entrevistas já se percebeu o quão ausente esta igreja esteve deste movimento. Isto se percebeu pela dificuldade em conseguir adeptos para a entrevista, tendo em vista que a maioria é evangélica.

Embora a ocupação seja de um movimento sem teto, eles se denominam “Quilombo Coração Valente”. Não é um “quilombo” propriamente dito. A idealizadora e líder da ocupação vê a luta pela moradia como uma luta dos quilombolas, mas sabe que os ocupantes não reconhecem-se quilombolas. Até existem pessoas relacionadas ao candomblé (embora minoritariamente – como os católicos), mas preferiu-se delimitar no catolicismo de onde brotou a motivação da pesquisa.

Apesar da entrevista ser feita com católicos, os entrevistados apresentaram não terem um vínculo institucional com a Igreja Católica muito forte. Mais que emitir juízos sobre as condutas, este trabalho apresenta em sua revisão bibliográfica uma ausência da igreja nas periferias. É esta a observação que se pretende demonstrar ao apresentar as respostas sobre o que é “ser católico”. Não houve crítica à instituição, talvez porque o pesquisador era conhecidamente um representante da igreja ali, pois todos o conheciam por padre. De modo geral, existe uma realização em se apresentar como católico:

“Eu sei que eu sou e posso falar que. Bom, eu sou católico de nascença né. Eu nunca tive outra religião. E acho que está bom demais” (H1).

Não foi fácil encontrar católicos para entrevistar. A pesquisa teve que ser feita em dois dias porque a religião evangélica é predominante entre os ocupantes. Mas na fala descrita acima se percebe que ainda existe uma certa cultura católica, ou seja, passado de pai para filho, de forma a naturalizar a religião como parte de sua vida, como se ela não fosse constituída culturalmente.

Foi detectada na fala de um entrevistado a espinha dorsal da Doutrina Social da Igreja: o amor: “[...] do catolicismo você consegue viver o amor e saber de onde sai o amor. O amor ao próximo. E não amor assim né. Então, para mim é muita coisa” (H2).

Outro valor importante da doutrina social da Igreja é liberdade:

Ser católico para mim, eu acho que é um pouco. Eu tenho um pouco mais de liberdade. Eu acho. Porque as outras né. É, as outras religiões, as outras igrejas, elas começam a comandar um pouco a vida. Aí eu não me apego muito. Eu sou um pouco solto. Então quando eu estou ali que começa a me arrodar [sic] muito [ficar em volta para cobrar alguma coisa] eu saio. Aí eu acho que o católico dá mais um pouco de liberdade para mim fazer as minhas escolhas eu acho (H3).

O entrevistado encontrou na Igreja Católica mais liberdade que em outras igrejas. Embora a própria igreja apresente o termo liberdade de maneira mais ampla. Conforme o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” (2018), a paz, o perdão mútuo, temas relacionados à liberdade, não podem “anular as exigências da justiça nem tampouco, bloquear o caminho que leva à verdade” (p. 288), ou seja, “não se deve restringir o significado da liberdade, considerando-a numa perspectiva puramente individualista e reduzindo-a ao exercício arbitrário e incontrolado da autonomia pessoal” (p. 121).

No mesmo Compêndio da Doutrina Social da Igreja (mesma fonte da citação acima), promulgado em 2004 sob o pontificado de João Paulo II, dentro do primeiro capítulo que apresenta o amor como projeto de Deus para a humanidade, “Não é possível amar o próximo como a si mesmo e perseverar nesta atitude sem a firme e constante determinação de empenhar-se em prol do bem de todos e de cada um” (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2018, p. 37). É o que se encontra na fala de uma entrevistada:

Para mim é tudo na minha vida. Ser católico para mim é ser uma pessoa boa, coração bom, fazer caridade para quem precisa. [Se] ver um ser humano precisando, tenho que tirar do que eu tenho pra repartir. Eu acho que católico é respeitar Deus, conversar com Ele, amar Ele sobre todas as coisas. Eu acho assim né, no meu ponto [de vista] (M1).

A primeira parte da fala da entrevistada (e nas falas anteriores à dela) é apresentado o amor ao próximo: a parte prática da doutrina. Ao final ela apresenta o amor a Deus, ou seja, algo mais interior à religiosidade.

Outra entrevistada apresenta apenas esta dimensão mais interior da religião:

Eu fui batizada na igreja católica. Ia na procissão de São Benedito todos os anos. A minha mãe, naquela data [na infância], ela levava a gente. A gente participava da igreja. Porém, a gente nunca fez cat... Começou a fazer catequese, mas daí a gente mudava muito. Nunca terminou. Então, assim, eu ia todos os Domingos na missa. Eu acho assim que a religião é um comprometimento com Deus né. Deus em primeiro lugar. Vou falar para o senhor que eu estou falha nisso (M2).

Também é encontrado isto na fala de outra entrevistada:

[...] Eu tinha muitas pessoas próximas a mim que eram muito religiosas e, se comparando a essas pessoas eu acho que eu não chego aos pés delas sabe. [...] A bisa [bisavó] da minha filha, nossa, chegava na casa dela, estava lá com seus santinhos. Todo dia acendia aquelas velas, fazia aquela oração dela e estava ali sempre. Parecia que ela tinha uma conexão com Deus sabe. Conversava muito. Eu ia quase todos os dias lá. Que eu trabalhava no interior e passava na casa dela. E ela sempre estava lá. Tinha o horário dela certinho dela ir lá fazer a oração dela e. Eu não sou assim igual a ela (M3).

Aqui se apresenta de maneira indireta um valor também apresentado pela doutrina social da igreja: a família. Embora os fundamentalistas se utilizem das fragilidades deste tema para tirar o foco da diversidade de valores cristãos, o próprio compêndio diz: “A família, comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana, contribui de modo único e insubstituível para o bem da sociedade” (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2018, p. 131). O Papa Francisco em seu documento específico sobre a família, o qual não define como documento social, faz diversas críticas a estes ditos cristãos que com o fundamentalismo religioso vive condenando: “Ninguém pode ser condenado para sempre” (FRANCISCO, 2016b, p. 166-167). Isto ele detalha quando condena a “ênfase quase exclusiva no dever da procriação”; na “excessiva idealização” do matrimônio (FRANCISCO, 2016b, p. 28) e nos “ataques ao mundo decadente, com pouca capacidade de propor e indicar caminhos de felicidade” (FRANCISCO, 2016b, p. 29). Ele confessa como representante da igreja que “durante muito tempo, pensamos que, com a simples insistência em questões doutrinárias, bioéticas e morais, sem motivar a abertura à graça, já apoiávamos suficientemente as famílias” (FRANCISCO, 2016b, p. 28). Ente outras coisas inovadoras, “é possível, por exemplo, que o modo de ser masculino do marido possa adaptar-se de maneira flexível à condição laboral da esposa” (FRANCISCO, 2016b, p. 159). E, para os que acreditam “que muitos dos problemas atuais ocorreram a partir da emancipação da mulher” ele diz que “este

argumento não é válido, ‘é falso, não é verdade!’ Trata-se de uma forma de machismo” (FRANCISCO, 2016b, p. 39).

As fundamentações do combate a uma certa “ideologia de gênero” defendido pelo neoconservadorismo, conforme Lacerda (2018, p.85) aponta, surgiu na própria Igreja Católica, com João Paulo II e o Conselho Pontifício para a Família de sua gestão. Por isso, foi necessário esclarecer por onde anda a posição oficial atual da igreja sobre o tema família.

Mas, etimologicamente falando, “*Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem” (ENGELS, 2000, p. 61). O autor apresenta a família e o Estado pós barbárie com o mesmo intuito originário: proteger a propriedade privada. Em sociedades tribais, não existe um pacto tão formal e hipócrita quanto nas famílias ditas “civilizadas”. Por isso afirma:

O matrimônio, pois, só se realizará com toda a liberdade quando, suprimidas a produção capitalista e as condições de propriedade criadas por ela, forem removidas todas as considerações econômicas acessórias que ainda exercem uma influência tão poderosa na escolha dos esposos. Então, o matrimônio já não terá outra causa determinante que não a inclinação recíproca (ENGELS, 2000, p. 89).

Há muito que mudar para se poder afirmar que o matrimônio realmente ocorre, ao menos na maioria das vezes que se celebra o ritual. É ainda muito tímida a acolhida religiosa da luta LGBTQIA+. Mas esta distância ou proximidade se estabelece a partir do mesmo movimento de acolhida ou não das lutas sociais da classe trabalhadora em geral.

A fé dos entrevistados se baseia em uma espiritualidade e não na religião propriamente dita. Isto não é uma fé de segunda categoria, pelo contrário, existem pessoas com religião e sem espiritualidade. Como diz Frei Betto: “As religiões são muito recentes na história da humanidade, existem no máximo, oito mil anos. Já a espiritualidade existe há cerca de duzentos mil anos, desde que o *Homo sapiens* despertou” (BETTO; GLEISER; FALCÃO, 2020, p. 55).

Uma fala como esta: “Aí, eu vou sempre na igreja, quando eu vou, na igreja na cidade [centro]. Sempre eu vou lá dar uma passadinha lá. Eu não vou direto. Eu não vou mentir. Eu não vou direto” (H1) não pode ser considerada uma falta de fé.

O mesmo pode ser dito sobre os demais entrevistados:

[...] Eu não frequento a igreja. Eu vou um domingo sim, um domingo não [na missa]. Mas, quando eu vou, [é] para ser atento ali com as palavras de Deus. Quando eu vou. Eu não vou todo Domingo. Tem Domingo que eu não vou. Mas eu gosto muito. Minha família inteira é católica. Só eu que [pausa] sou um católico [mas] não praticante, mas estou aí. Não vou nem para lá e nem para cá (H2).

Eu, a minha participação religiosa. Eu vou falar a verdade. Eu acho que tem até um tempo [já faz um tempo] até que eu não vou na igreja. Mas eu gosto de conversar com Deus. Eu rezo, ensino os meus filhos rezar e acho que na religião eu sou um pouco faltoso mesmo. Eu, só isso, eu não [pausa]. É [a oração do] “Pai nosso”, eu acho. Sempre eu estou falando com Deus sobre, sobre isso, sobre a minha faltosidade [sic] toda (H3).

“A, eu, nada, fico em casa, vou para a igreja, assisto a missa, quando não vou: assisto em casa, na televisão. Só isso” (M1).

“Padre, eu vou falar para você. Eu fui batizada na igreja católica. Ia na procissão de São Benedito todos os anos. A minha mãe, naquela data, ela levava a gente. A gente participava da igreja” (M2).

Esta pessoa foi a única a dizer sobre o batismo e, juntamente com a próxima pessoa, começou a falar sobre a formação específica da igreja católica (catequese). Embora ela não tenha feito, mencionou tal formação:

Porém, a gente nunca fez cat... Começou a fazer catequese, mas daí a gente mudava muito. Nunca terminou. Então, assim, eu ia todos os Domingos na missa. Eu acho assim que a religião é um comprometimento com Deus né. Deus em primeiro lugar. Vou falar para o senhor que eu estou falha nisso (M2).

“Eu não sou assim igual a ela [bisavó da filha que era muito religiosa]. Eu já fui até ajudante no catecismo, essas coisas, quando era adolescente, mas hoje em dia eu sou, eu me sinto, eu sou afastada” (M3).

Coincidência ou não, as duas últimas entrevistadas são as mesmas pessoas que têm ensino superior completo. São duas únicas pessoas que também mencionaram o termo “catequese” (o que na segunda fala é chamado de catecismo), que é a formação institucional religiosa católica. Mesmo que elas não tenham concluído esta formação religiosa, elas tiveram contato com este ensino doutrinal (concedido, geralmente, sem grande profundidade

teológica por fiéis de boa vontade, mas próximos da coordenação dos padres, para recepção dos sacramentos da Eucaristia e Crisma).

No tocante à relação com os valores cristãos, avalia-se que atualmente a Igreja Católica está ausente dos movimentos sociais no Brasil. A mesma igreja que foi protagonista na criação deles por meio das comunidades eclesiais de base pelos anos 70-80 os abandonou nos anos 90 como afirma Gohn (2004, p. 19). A autora diz que, no Brasil, alguns movimentos surgiram de uma ação da igreja em tempos sombrios de ditadura militar que são os movimentos ditos “populares”. Como mencionado na revisão de literatura, o Luta Popular surgiu do MTST oriundo do MST que teve sua origem na igreja.

Nas entrevistas, não se percebeu a ligação da Igreja com o movimento por moradia como se lê na história deste movimento, o distanciamento dos sujeitos entrevistados da Igreja ficou evidenciada nas falas. Pode ser que esta situação, num futuro próximo, mude. Basta ler a fala do Papa numa vídeo-mensagem com os movimentos populares no ano passado:

“Hermanas y Hermanos, estoy convencido de que el mundo se ve más claro desde las periferias. Hay que escuchar a las periferias, abrirle las puertas y permitirles participar”; “Irmãs e irmãos, estou convencido de que o mundo se vê mais claro a partir das periferias. Há que escutar as periferias, abrir a elas as portas e permiti-las participar” [trad. nossa] (FRANCISCO, 2021, p. 10).

Diante do contexto apresentado, nos perguntamos: afinal, qual a relação da igreja com os movimentos sociais? Uma resposta resume as demais: “Olha pastor¹¹, digo, padre, eu não posso explicar, eu não consigo explicar isso porque eu, na verdade, eu não sei” (H2). Eles reconhecem que não sabem. E ainda parecem proteger a imagem da igreja:

Eu não conheço muito, mas, eu acredito que seja boa né. Acredito que sim, porque não tem por que atrapalhar. Eu penso. Pensando em mim também, porque eu sou daquele tipo que “[se] não ajudar, atrapalhar jamais” né. Então eu penso que a igreja não faz mal para ninguém. Se não ajudar né. Eu penso assim padre (H1).

Mas, para surpresa do pesquisador¹², houve uma certa proximidade. Assistencialista, mas teve:

¹¹ A confusão do termo “padre” por “pastor” pode indicar maior presença de líderes evangélicos nas periferias que católicos.

¹² O pesquisador, nos trabalhos em presídios, encontrava muitos representantes de igrejas evangélicas nas visitas. Nestes locais ele era chamado pelos detentos de pastor, pois era muito constante a presença de pastores. Ele não fazia conta que os presos o chamassem assim porque sabia que nas periferias a igreja católica também não iria continuar o acompanhamento daquela pessoa e família.

[...] Eu lembro que logo que a gente chegou aqui [...] eles estavam vindo muito aqui, o pessoal da igreja ajudando, fazendo doações, caridade para gente, ajudavam muito o pessoal da igreja. Mas, agora com a pandemia foi quando se afastou né. Não está entrando aqui dentro. Não pode estar entrando e saindo gente. Mas a religião, a igreja. Eu não sei nem se é aquela ali de baixo. Não sei se é aquela assim. Só sei que o pessoal é [pausa] católico, religioso vinha sempre aqui, sempre tem uma pessoa [dizendo] “Ah, vem o pessoal da igreja trazer umas doações para gente”. Sempre o pessoal apareceu aqui. Fazia cultos também dia de Domingo (H3).

A visão que se tem de relação, mesmo que seja assistencialista, é sempre valorizada, mesmo sem a presença da igreja no local da ocupação: “E eu vejo a paróquia que eu vou, a que eu gosto de ir, eu vejo um ajudando uns aos outros. A pessoa chega lá e “Ah, isso assim!” Aí eles ajudam. Eu acho que está indo bem. É bem” (M1). É uma “ajuda” que esta pessoa percebe que a Igreja oferece, mas pode ser um caminho para a “solidariedade”. Este princípio da doutrina social da Igreja “implica que os homens do nosso tempo cultivem uma maior consciência do débito que têm para com a sociedade em que estão inseridos” (PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2018, p. 118).

Houve um morador que criticou os moradores da ocupação para defender a igreja que estava indo na ocupação:

Eu não sei. Aqui eu não senti nenhuma conexão [dos moradores da ocupação com religião]. Porque o senhor já veio aqui umas três vezes né?¹³ [...] Aí, assim, o povo aqui não tem aquele negócio de: “Ah, vou lá na igreja” ou então: “Vamos fazer uma oração aqui!” (M3).

Mas quem mais conseguiu dar uma resposta crítica (no sentido de conseguir fazer uma boa análise de conjuntura) foi esta pessoa:

¹³ Uma das vezes foi para apresentação, num encontro sobre direitos humanos. Outra para encontro inter-religioso para tentar barrar o despejo - Uma semana antes do despejo que não ocorreu graças a um recurso ganho no STF de última hora. E, por fim, na primeira entrevista: anterior à atual, pois a entrevista teve que ocorrer em dois dias.

No encontro sobre direitos humanos não teve tanta adesão quanto no ato inter-religioso. Em uma das visitas para entrevista, o pesquisador foi convidado para tomar um café. Ali foi falado que os integrantes que não foram no ato, não o fizeram por “medo de macumba”, pois ali tinha um grupo afro (de moradores dali mesmo) que fez sua manifestação religiosa (embora também um evangélico - também morador da ocupação – tivesse feito sua prece). Mas, é claro que a de origem afro teve muito mais cor e som. Ou seja, a religiosidade é muito marcante. Se o pesquisador que é padre fizer um ato ecumênico, ou seja: entre igrejas cristãs apenas, terá muito mais adesão.

Como a maioria é evangélica, ele propôs para os ocupantes que, se ele vier para uma celebração, será algo que tanto católicos quanto evangélicos possam participar, pois a maioria é evangélica. Ele faz questão que cada um seja respeitado em suas diferenças.

Mas esta ação precisa ser criteriosa, para que não se abra as portas para uma invasão de religiosidade que venha a ser “ópio do povo”.

Padre, eu vou ser bem sincera. Como eu estou entrando na luta agora [pode ser que não tenha muito tempo para poder dar um parecer, mas]: Eu estou vendo o senhor! O seu envolvimento. E através disso, como eu estou estudando, entrando na luta agora, eu estou aprendendo. Então, assim, isso eu não sei dizer porque só vi o senhor mesmo. Mas estou vendo que vocês têm interesse comum. Sabe: igual ao nosso. Sabe: de ajudar, de trazer as pessoas tanto para perto de Deus, como mostrar a nossa igualdade, a nossa luta, os nossos direitos (M2).

A mesma pessoa a qual foi mencionada anteriormente. De fato, a igreja tem influência e tem condições de oferecer apoio para a luta. Mas, é preciso mais profetismo.

Quanto aos valores cristãos, ou seja, sobre a relação da religiosidade com as ações sociais e políticas destes católicos foi perguntado a eles sobre qual a influência dos valores cristãos na organização social e política do movimento. As respostas foram: “[...] eu não conheço. Eu não posso dizer que sim ou que não...” (H1). “Ai eu não sei responder” (M1). “Eu acho que não” (M3).

Outra pessoa, como não sabia que existe ligação entre fé e política (talvez pela imposição de um estado baseado em “Deus acima de todos” do atual presidente da república – mas parece falta de conhecimento sobre o assunto mesmo) disse:

Não. Eu acho que o que mais influencia o acampamento, eu acho que é, influência política, eu acho. Mais forte. Influência católica, religião em si eu acho que não influencia muito no acampamento em si, de ajuda. Entendeu? Acho que política é mais forte nesse caso. Influência católica, religiosa eu acho que diretamente não influencia no que a gente faz aqui dentro entendeu? (H3).

Outra pessoa não tinha muita certeza e disse: “Eu acredito que ajuda muito. Ajuda, porque, um empurrãozinho que dá a igreja católica - ou seja lá outra - mas, tem uma coisa de Deus. Eu penso assim” (H2).

M2 respondeu:

Sim. Tudo é relacionamento. É um relacionamento né. Que nem o equilíbrio da terra entre o bem e o mal. Não estou dizendo que seja ruim, que é um lado mal [a política]. Mas é um equilíbrio: A política, que a gente vê muitas coisas ruins através da política. Porém, a religião que é uma coisa boa. Então é o equilíbrio. Tem que estar junto, tem que andar de mãos dadas.

Esta última, embora diga afirmativamente sobre religião, parece ter uma visão messiânica da religião¹⁴, se espera que a religião seja uma coisa boa e as outras coisas não.

Pelas respostas em geral, parece que a religião não tem poder de influência na luta. Sem uma conclusão se influencia ou não, segue-se adiante com outra pergunta similar. As respostas dos sujeitos a esse respeito não registram suporte na consciência:

“Não. Eu não conheço” (H1).

“[...] Eu não sei” (H3).

“Acho que não” (M3).

“Eu acho que não. Não tenho muita certeza, mas acho que não” (H2).

Para chegar a esta resposta foi difícil. Parecia que o entrevistado não havia entendido a pergunta. Por isso, o pesquisador perguntou: “*A igreja católica tem influência nas pautas do movimento social*”? H2 respondeu: “Ah, tem, muito! Tem sim. Eu tenho certeza que tem”. O pesquisador continuou: “*Quais são as pautas*”? A resposta foi:

Por exemplo assim, vamos supor: Eu estou precisando de uma cesta básica e vou lá na igreja, aí eu consigo. Se eu preciso de um remédio, eu vou lá. Consigo. Quer dizer, então, sou ajudado, entendeu? A igreja me ajudou muito com remédio. Igreja católica. Muito. Não só eu, minha família inteira. Às vezes precisa de uma cesta. Ninguém tinha. A gente ia lá, a igreja ajudava. Ajuda até hoje. É só precisar. Mas, quando eu não estou precisando, procuro o máximo não pegar a cesta. Quando tem uma saída do controle [financeiro da casa], aí eu vou. Graças a Deus agora eu não estou indo mais. Aí deixa para outra pessoa que precisa né. Eu preciso muito, mas, se eu tiver lá [em casa] eu não vô [na igreja pedir]. Só em última instância mesmo (H2).

O pesquisador persistiu: “*Em relação a lutas sociais, por exemplo, ela não mexe muito né? Com essa questão de movimentos*”? Aí sim, veio a resposta: “Eu acho que não. Não tenho muita certeza, mas acho que não” (H2).

“M1” respondeu: “Ah, eu vejo: bem né, eu vejo bem. E eu vejo a paróquia que eu vou, a que eu gosto de ir, eu vejo um ajudando uns aos outros. A pessoa chega lá e ‘Ah, isso assim’! Aí eles ajudam. Eu acho que está indo bem. É, bem”. Ou seja, fica na linha do

¹⁴ Sobre messianismo, cf. QUEIROZ, 1965.

assistencialismo e não da luta social por moradia. Como foi falado, já é um caminho, mas não existe ali uma influência da igreja nas pautas do movimento.

Para encerrar, segue o diálogo com “M2”:

Olha, na minha opinião, através do senhor, eu estou vendo que sim. Na minha opinião, através do senhor, eu estou vendo que sim. Mas, assim: eu vejo o senhor aqui. É só o senhor [risos]. Eu só vejo o senhor, de verdade. Que tem interesse. Então assim: através do seu interesse, eu acredito que sim.

Quando se perguntou se não tinha muita certeza, a pessoa sorriu e continuou: “Tanto que quando a [...] falou para mim eu disse: ‘Gente, é lindo o padre vir aqui, ter o mesmo interesse que a gente’” (M2).

Foi encontrado um livro que em 1984 estava em sua 5ª edição, ou seja, é de 1981. Ele traz luzes muito atuais, pois o que se havia experimentado antes daqueles anos 80 eram coisas que parecem estar ocorrendo hoje. O livro é do Frei Betto (1984) e se chama: “O que é comunidade eclesial de base”. Porém, antes de apresentar esta resposta para o afastamento da igreja das lutas sociais, que parece a mais adequada, seguem outras:

1. A postura menos profética da hierarquia que não seguiu os passos do Papa João XXIII e Paulo VI que trouxeram os bons ventos do Vaticano II. Os pontificados de João Paulo II (1978-2005) e Bento XVI (2005-2013), conforme um frei contemporâneo ao Betto nas lutas nos períodos destes dois papas: “Aqueles que haviam tomado posições mais proféticas, fossem eles teólogos, bispos ou padres, sofreram advertências, processos disciplinares, condenações” (LESBAUPIN, *apud* AQUINO JÚNIOR *et al.*, 2018, p. 40).

2. Outro fator é externo e foi trazido por um estudo recente do INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL (2022) que fala sobre a emergência de um trabalho de luta social com os evangélicos (este estudo fala que os evangélicos são um campo aberto para a esquerda e que já existem evangélicos de luta). O Instituto fala que é preciso buscar inspiração na Teologia da Libertação da Igreja Católica. Contextualizando esta luta do passado, pode-se encontrar um outro fator que contribuiu com o afastamento católico das lutas sociais (embora o texto não tenha sido escrito para a justificação que o presente trabalho buscou):

[...] Diversas igrejas evangélicas na América Latina receberam aportes financeiros e midiáticos de governos dos EUA para sua consolidação. Lideranças estadunidenses

precisavam consolidar esse novo modelo de ação cultural que destruísse qualquer ameaça à sua hegemonia; em 1980 a CIA realizou na cidade de Santa Fé, Novo México, reuniões para elaborar estratégias de ação para a manutenção do seu domínio em nosso continente. Suas conclusões estão no “Documentos De Santa Fé”, que afirmam a necessidade de educar o povo contra as visões transformadoras que estavam em curso. O documento falava direta e nominalmente contra a Teologia da Libertação (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2022, p. 19).

3. Por fim, não porque não devam existir mais fatores, mas para deixar o argumento que mais surpreendeu para o final (por trazer muita coincidência com o momento presente marcado por militarismo no poder) foi a fala antiga, não menos atual, de Frei Betto. O frade dominicano que é referência de luta popular na igreja católica, antes de apresentar uma resposta no passado para um afastamento da igreja da luta (a dúvida não é de hoje, pois este afastamento já ocorreu antes), dá uma preliminar:

Nesses anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades de base têm participado ativamente da oposição popular. Muitos foram presos e torturados; alguns, assassinados pelas forças repressivas do poder político e/ou econômico (BETTO, 1984, p. 20).

Agora sim, uma possível resposta:

Todavia, esse empenho na luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência política de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito (BETTO, 1984, p. 20-22).

Atualmente o que se avalia é que, mesmo sem a presença da Igreja Católica, existem lutas e caminhos para o acesso aos direitos sociais. O papa demonstra essa possibilidade de resistência, o que não é hegemônico no pensamento católico e ainda há muito o que se fazer.

Considerações finais

Esta pesquisa foi o fator integrador do pesquisador com os movimentos populares da Região em que ele vive. O pedido do papa para a igreja ir a estes movimentos era uma utopia muito difícil de ser alcançada por ele antes do projeto de Mestrado em Desenvolvimento Humano.

Por ser interdisciplinar, esta pós-graduação possibilitou a reflexão sobre um tema voltado para duas áreas do conhecimento caros ao pesquisador: a teologia e a sociologia. Com a parceria da orientadora que já o havia conduzido no Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social que tem uma longa história de pesquisa em movimentos populares por moradia, ele conseguiu adentrar na árdua e deliciosa tarefa de beber do próprio poço.

A fé continua movimentando-o para a luta. A pesquisa em Jacareí foi a porta de entrada, mas descobriu que existem outros movimentos mais perto de Pindamonhangaba, onde atua. Descobriu que nas cidades vizinhas (Taubaté e Tremembé) existem vários movimentos rurais.

Em São José dos Campos, embora seja (como a cidade em que realizou a pesquisa - Jacareí) localizada em outra diocese¹⁵, descobriu outro movimento por moradia que estava em constante risco de despejo, pois desde o dia 07 de julho deste ano de 2022, a polícia militar e a guarda civil da cidade estão com suas bases instaladas na intenção de derrubada das casas, como ficou evidente em 23 de agosto deste mesmo ano com a demolição de ao menos 3 casas do Bairro Jardim Nova Esperança conhecido como Banhado apoiado pelo movimento “Central de Favelas”.

Com a aproximação do pesquisador a esta realidade completamente nova dos movimentos populares, ele recebe um conhecimento prático de que é possível e urgente estar ao lado dos trabalhadores que se unem para a luta. Ele não começou e nem pretende concluir uma reflexão sobre a relação da religiosidade com a luta social. Confia que existem mais pessoas interessadas nesta dialética.

¹⁵ Diocese: Parte do território da igreja católica conduzida pelo bispo diocesano na qual o padre diocesano pode atuar. Fora deste território ele pode até atuar, mas com outros organismos como a Dimensão Sócio transformadora e fé e política.

Como se buscou pela pesquisa bibliográfica, existe uma relação muito forte da religiosidade tanto na mobilização quanto na desmobilização das lutas. No Quilombo Coração Valente o pesquisador se deparou com um impasse: realizou um evento religioso apenas, por não ser sua jurisdição religiosa. Mas mesmo assim deu para perceber que há uma rejeição da religiosidade de matriz africana pelos ocupantes¹⁶ (pois a coordenadora Elisângela disse que as pessoas ficaram assustadas de ver batucadas no dia do ato inter-religioso que promoveu – referindo-se aos religiosos desta corrente) e, ao mesmo tempo, foi a manifestação mais presente ali no ato.

Mesmo nas entrevistas, embora delimitada nos católicos, se percebeu um respeito muito grande à pessoa do padre mesmo ali sendo pesquisador. Ele não percebeu este respeito no ato mesmo da entrevista porque já está acostumado com isso no seu dia a dia, mas, ao final do trabalho, depois de muitas leituras das mesmas falas, num esforço de sair um pouco de seu ser clerical, percebeu que o respeito do povo à figura do padre é algo muito acima do que ele mesmo possa explicar.

Este trabalho é o esforço de uma pessoa de fé. A luta é a expressão desta experiência cristã.

¹⁶ Embora não seja um preconceito que só exista ali, destaca-se este aspecto, por causa de, além de ser um movimento popular e por ter no nome a palavra “Quilombo”. Ou seja, existe um grande caminho de conscientização a ser feito.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Entrevista com Helena Silvestre – Militante do Movimento Luta Popular*. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, janeiro a junho de 2011. p. 271-280. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/diego_tabosa,+3+-+11.pdf>. Acesso em 08/03/2022.
- AGÊNCIA BRASIL. *IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior*. Rio de Janeiro, 07/03/2018. Disponível em <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso em: 04/02/2022.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 121-131.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de; ABDALLA, Maurício; SÁVIO, Robson (Org.). *Papa Francisco com os Movimentos Populares*. São Paulo: Paulinas, 2018. 229p.
- BAENINGER, Rosana. *São Paulo e suas migrações no final do século 20*. São Paulo em perspectiva. V. 19, n. 3, p. 84-96. Jul/set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/kBcywBrSdhBNRY96Snq5MpK/?lang=pt>>. Acesso em: 06/04/2022.
- BENTO, Fábio Régio. *Adeus reformismo – Papa Francisco e a Doutrina Social da Igreja*. Apud: PERSPECTIVA TEOLÓGICA, v. 50, n. 3, Belo Horizonte, Setembro/Dezembro de 2018, p. 509-523. Disponível em: <<https://doaj.org/article/d412162ca2e54aa086b6f698258092d8>>. Acesso em 05 de maio de 2020.
- BENTO XVI. *Mensagem de Sua Santidade Bento XVI para a celebração do Dia Mundial da Paz*: “Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação. Vaticano, 1 de janeiro de 2010. s.p. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20091208_xliii-world-day-peace.html>. Acesso em: 08/02/2022.
- BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1984. 115p.
- _____; GLEISER, Marcelo; FALCÃO, Waldemar (org.). *Sobre a fé e a ciência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2020. 293p.
- BOULOS, Guilherme. *Por que Ocupamos?* Uma Introdução à luta dos sem-teto. 3ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015, 125p.

BRAGA, Ruy. *A tempestade perfeita: Autoritarismo, trabalho e pandemia*. Apud: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro: Reflexões na Pandemia 2020 – p. 1-12. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-24>>. Acesso em: 10/07/2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3ª ed. de 1987. São Paulo: Brasiliense, 2008. 252p.

_____; BORGES, Maristela Correa. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Revista Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. Jan./dez. 2007.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade e MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. *Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas*. Apud: Revista UNIVAP on-line. v. 20, n. 35, 2014. Disponível em: <<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>>. Acesso em: 02/03/2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Comissão aprova criação de auxílio permanente de R\$ 1.200,00 para mães chefes de família*. Direitos humanos. 03/11/2021. Disponível em: <camara.leg.br/noticias/823082-comissao-aprova-criacao-de-auxilio-permanente-de-r-1-200-para-maes-chefes-de-familia/>. Acesso em: 05/02/2022.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2fYI0opdjTILVhKU3J3aUZMd00/view>>. Acesso em: 23/06/2020.

CLOC - COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO – Via Campesina do Paraguai, *Los movimientos populares se encuentran con el Papa Francisco en Roma*, apud: ORGANIZACIÓN DE MUJERES CAMPESINAS E INDÍGENAS CONAMURI, 24 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.conamuri.org.py/los-movimientos-populares-se-encuentran-con-el-papa-francisco-en-roma/>>. Acesso em: 26/03/2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS [Org.]. *Código de ética do/a assistente social* – comentado. São Paulo: Cortez, 2012. 262p.

COSTA, Waldney de Souza Rodrigues. *Religião na perspectiva sociológica clássica: considerações sobre Durkheim, Marx e Weber*. Apud: SACRILEGENS – Revista dos Alunos de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF. Juiz de Fora, v.14, n.2, p.03-24, jul-dez/2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2018/03/14-2-2.pdf>>. Acesso em: 30/07/2021.

ENGELS, Friedrich, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. de Leonardo Konder. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 215p.

_____. *Para a Questão da Habitação* [N254]. Apud: MARXISTS.ORG, MIA-Arquivo marxista na internet: Seção em Português. Transcrição autorizada: Edições “Avante!” – Edições Progresso Lisboa – Moscovo, 1982. Trad. do alemão por João Pedro Gomes. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, janeiro de 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>>. Acesso em: 11/06/21.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica: “Evangelii Gaudium”* do Sumo Pontífice ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus e Loyola, 2013. 163p.

_____. *Discurso do Papa Francisco* aos participantes no Encontro mundial dos movimentos populares. Vaticano, 28 de outubro de 2014. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html>. Acesso em: 05/09/2020.

_____. *Carta encíclica: ‘Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus e Loyola, 2015. 142p.

_____. *Discurso do Santo Padre* aos participantes no II Encontro mundial dos movimentos populares. Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), 9 de julho de 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html>. Acesso em: 05/09/2020.

_____. *Discurso do Papa Francisco* aos participantes no III Encontro mundial dos movimentos populares. Vaticano, 5 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html>. Acesso em: 05/09/2020.

_____. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Sumo Pontífice Francisco: Amoris Laetitia* (A alegria do amor) – Sobre o amor na família. São Paulo: Loyola, 2016, 187p.

_____. *Carta do Papa Francisco aos movimentos populares*. Vaticano, 12 de abril de 2020. 1 p. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/francescomobile/pt/letters/2020/documents/papa-francesco_20200412_lettera-movimentipopolari.html>. Acesso em 22 de maio de 2020.

_____. *Videomensaje del Santo Padre Francisco para los Movimientos Populares*. Vaticano, [multimídia] 16/10/2021. 10 p. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/es/messages/pont-messages/2021/documents/20211016-videomessaggio-movimentipopolari.html>>. Acesso em: 19/10/2021.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. *A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização*. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/algbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 16/09/2022.

GADOTTI, M. *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em fev 2020.

GLOBO.COM. *Região tem déficit de 52 mil imóveis, aponta Ministério das Cidades*. Vale do Paraíba e Região – Vanguarda. 08/03/2014. Disponível em: g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/03/regiao-tem-deficit-de-52-mil-imoveis-aponta-ministerio-das-cidades.html. Acesso em: 04/02/2022.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 13-32.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi02/topoi2a7.pdf. Acesso em: 27/10/2020.

GUERREIRO, Isadora; ROLNIK, Raquel. *Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade*. FAU-USP. Labcidade. 2020. <Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>>. Acesso em: 06/08/2021.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil*. Apud: BOCHETTI, Ivonete et al. (ORG.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13-43.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil em Síntese – habitação*. 2022. s.p. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao.html>. Acesso em 02/02/2022.

IHU.UNISINOS. *Um novo tipo de padres e leigos na igreja vivem de ódio*. 21 Março 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577178-um-novo-tipo-de-padres-e-leigos-na-igreja-vivem-de-odio>>. Acesso em: 09/09/2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Resistir com fé – Evangélicos e trabalho de base*. Cartilha do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Fevereiro de 2022. 68p. Disponível em: <<https://bit.ly/3oEa6ZB>>. Acesso em: 11/02/2022.

LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. Tese de Doutorado em Ciência Política. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ. Rio de Janeiro. 2018. 207p.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. de Myrian Veras Baptista. Vol. 39. São Paulo: Cortez, 1991. 120p.

_____. *Marx e Engels como sociólogos da religião*. Apud: LUA NOVA: Revista de Cultura Política n. 43, ano 1998, p. 157-222. SciELO - Brasil. Traduzido por Frank Roy Cintra Ferreira de *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 89, 1995, p. 41-52. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/jbvKLfL5B7zBHY3tPmQRqxB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17/06/2021.

_____. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Trad. de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 1-53.

LUTA POPULAR. *Apresentação do Luta Popular*. Apud: <<https://www.facebook.com/lutapopular>>. Disponível em: <<https://xdocs.com.br/doc/apresentaao-do-luta-popular-28556qx1048x>>. Acesso em: 01/07/2022.

_____. *Vitoria da ocupação Quilombo Coração Valente!* Apud: <<https://www.instagram.com/lutapopular>>. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cb0SJjquP_S/?utm_medium=share_sheet>. Acesso em: 01/04/2022.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 112p.

MARX, Karl Heinrich. *O capital: crítica da economia política*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio E. Kothe. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 45-78.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 10ª ed. São Paulo: Global, 2006. 123p.

MEDEIROS, Juliano. *A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Ciência Política da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. Brasília. 2020. p. 186-194.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria Método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, 384p.

MOTA, Ana Elizabete, *Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro*. CFESS. Diálogos do Cotidiano. Vol. 1. Site. (pdf), p. 49-65. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVoll-Site.pdf#page=49>>. Acesso em: 05/02/2022.

MOTORYN, Paulo. *Desinformação sobre Auxílio Brasil se espalha nas redes; entenda as principais mentiras*. Apud: BRASIL DE FATO. Brasília (DF); 19 de outubro de 2022. s.p. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/19desinformacao-sobre-auxilio-brasil-se-espalha-nas-redes-entenda-as-principais-mentiras>>. Acesso em: 26/10/2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Movimentos debatem Encíclica do Papa Francisco em Santa Catarina*. 3 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/11/03/movimentos-debatem-enciclica-do-papa-francisco-em-santa-catarina/>>. Acesso em: 27/03/2021.

_____. *João Pedro Stédile comenta encontro dos movimentos populares com o Papa Francisco*. 4 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/11/04/joao-pedro-stedile-comenta-encontro-dos-movimentos-populares-com-papa-francisco/>>. Acesso em: 26/03/2021.

_____. *Papa Francisco parabeniza ações de solidariedade do MST – Carta enviada por cardeal em nome do Papa afirma que “a partilha produz vida, cria laços fraternos, transforma a sociedade”*. 25 de julho de 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/07/25/papa-francisco-parabeniza-acoes-de-solidariedade-do-mst/>>. Acesso em: 05/09/2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). *Declaração política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. 07/03/2016. MTST.ORG. MTST

Notícias. Coordenação Nacional do MTST – 6 de março de 2016. Disponível em: <mtst.org/noticias/declaração-politica-do-mtst/>. Acesso em: 07/02/2022.

_____. *20 anos do MTST: um formigueiro contra o neoliberalismo*. MTST.ORG. MTST Notícias. Por Carolina Freitas. Fonte: Esquerda Online. Disponível em: <mtst.org/mtst/20-anos-do-mtst-um-formigueiro-contra-o-neoliberalismo/>. Acesso em: 07/02/2022.

_____. *As linhas políticas do MTST: Resolução final do I Encontro Nacional (2011)*. Apud: REVISTA INURGÊNCIA. IPDMS – Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. UNB. Brasília: ano 1, v. 1, n. 1, p. 242-246, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18806/17484/>>. Acesso em 21/10/2020.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “Questão Social”*. In: TEMPORALIS – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, ano II, n. 3. Janeiro a julho de 2001. ABEPSS, Graflin, 2001 p. 41-49. Disponível em: <<http://www.unirio.br/emc/unirio/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/introducao-ao-servico-social-2020-2-ere/a-questao-social-no-capitalismo-revista-temporalis-n-3/view>>. Acesso em 01/05/2021.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Nacional; USP, 1968. 209p.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Trad. de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7ª ed. São Paulo: Paulinas, 2018. 528p.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan Willian dos; BONATO, Massimo. *Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil*. Revista USP. São Paulo, n. 120. Janeiro-março 2019. p. 43-60. Disponível em: <<file:///C:/Users/cliente/Downloads/155530-Texto%20do%20artigo-337144-1-10-20190311.pdf>>. Acesso em: 08/03/2022.

PSOL LUCIANA GENRO. *Programam de governo*. Diretrizes para o programa de governo 2014. 100p. Disponível em: <<https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/diretrizes/>>. Acesso em 18/03/2022.

PT.ORG.BR. *Programa de Governo Dilma – 2014*. 42p. Disponível em: <<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>>. Acesso em 18/03/2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus; Universidade de São Paulo, 1965. 373p.

REGO, Marina Chaves de Macedo. *Paulistandade e Racialização: O Caso Nordestino*. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em Sociologia. [Dissertação] 2018. 320p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25022019-121511/publico/2018_MarinaChavesDeMacedoRego_VOrig.pdf>. Acesso em: 08/04/2022.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021, 423p.

_____. *Emergência habitacional*. Apud: PONTE JORNALISMO. *Raquel Rolnik, em entrevista à Ponte Jornalismo*. Outras mídias – Cidades em transe. 01/04/2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/emergencia-habitacional-propoe-raquel-ronlik/>>. Acesso em 29/10/2020.

ROTHER, Edna Terezinha. *Revisão Sistemática x Revisão Normativa*. Apud: ESCOLA PAULISTA DE ENFERMAGEM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *ACTA Paulista de Enfermagem*. Junho de 2007, 20, 2v. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>>. Acesso em 23/06/21.

SANTOS, Kátia Hale. *Josué de Castro: desenvolvimentismo e fome no Brasil*. UNITAU, Taubaté/SP. V. 14, e25. RCH. *Revista Ciências Humanas*. 5 de julho de 2021. p. 1-12. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/778>>. Acesso em: 05/02/2021.

SILVESTRE, Helena. *Notas sobre a fome*. São Paulo: Sarau do Binho / Amazonas, 2019. 146p.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. *Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 166p.

SUAVE, Angela Michele; SANTOS, Kátia Hale dos; FAERMANN, Lindamar Alves. *Conflitos urbanos: a financeirização da moradia e a violência do estado em desocupações dos movimentos dos sem-teto*. Apud: REVISTA HUMANIDADES E INOVAÇÃO. Palmas – Tocantins, v. 6, n. 17, p. 127-140. Dez. 2019. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1775>>. Acesso em: 23/10/2020.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves. *Reflexões sobre a política habitacional: estado e conflitos de classes*. Apud: REVISTA KATÁL.. Florianópolis, v. 23,

n.2, p. 266-275, maio/agosto 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p266>>. Acesso em 25/10/2020.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – UNITAU, *Mestrado em Desenvolvimento Humano*: linhas e grupos de pesquisa. Taubaté, 2020, s.p., Disponível em: <<https://mestradohdh.unitau.br/pesquisa/>>. Acesso em 04/01/2021

VILELA, Pedro Rafael. *Violência violações e desigualdade aumentam sob Bolsonaro, diz grupo internacional*: Relatório de 18 entidades estrangeiras aponta crise das políticas sociais e ambientais e ameaças à democracia do país. Apud: BRASIL DE FATO. São Paulo, 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>>. Acesso em: 30/07/2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT’ANA, Raquel. *Questão Social, trabalho e crise em tempos de pandemia*. Apud: SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, São Paulo: n. 138, p. 207-213, maio/agosto de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820200002&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 23/20/20.

Apêndices

Apêndice A - Roteiro para Entrevista

Entrevistados: integrantes do movimento social

Identificação

Nome:

Idade:

Raça/etnia:

Sexo:

Estado civil:

Trabalho:

Escolaridade:

Onde nasceu?

Quais localidades já residiu?

1. Fale sobre a sua situação de moradia anterior e atual.
2. Fale sobre a situação de trabalho, saúde e educação das pessoas que moram com você.
3. Quais são as reivindicações do movimento que você participa?
4. O que levou você a se organizar neste movimento social?
5. Como é a sua participação na ocupação?
6. O que significa para você ser católico?
7. Como é a sua participação religiosa?
8. Como você vê a relação da Igreja com os movimentos sociais?
9. A Igreja católica tem influência nas pautas do movimento que você participa?
10. Você analisa que os valores cristãos influenciam a organização social e política do movimento? Como?

Apêndice B - Relatório da Visita à Ocupação Coração Valente

Jacareí (SP)

MOVIMENTO LUTA POPULAR

Dia 12 de dezembro de 2020, dia em que o Pesquisador Marcos completou 37 anos de idade, ele compareceu ao local combinado com a Advogada Sabrina que tem acompanhado junto com outros advogados a situação da ocupação.

Combinaram uma roda de conversa para refletir sobre DH (Direitos Humanos) tendo em vista que no dia 10 deste mês se celebra o aniversário da Declaração Universal dos DH.

A data foi decidida de acordo com a disponibilidade da Sabrina que é colega da Orientadora Profa. Michele. Esta última não pôde comparecer por motivo de saúde.

Logo no início Sabrina liderou um encontro com outros convidados: a líder da ocupação, o professor do EJA (educação de jovens e adultos) no local, o advogado mais próximo da situação jurídica, dois coordenadores adjuntos, a professora Dra. Elisa, convidada da UNITAU representante de um núcleo de Direitos Humanos, que foi uma das professoras do pesquisador neste ano e o pesquisador.

Esta reunião prévia foi uma exposição da situação jurídica da ocupação. Ela tem ordem de despejo marcada para janeiro de 2021. A regularização do terreno foi tentada no campo jurídico ao máximo, mas todos os recursos se esgotaram. O que restava era partir para a manifestação.

Ficou combinado entre este grupo menor da frente do movimento de entrar em contato com outros movimentos sociais da região para participarem da posse do prefeito da cidade que tinha assumido o compromisso de negociar com o proprietário do terreno. Mas não existia registro deste compromisso que ocorreu em uma reunião antes das eleições municipais.

Antes, porém, Sabrina ficou de enviar um modelo de carta para encaminhar aos poderes competentes para que os membros destes movimentos a serem convidados assinassem e enviassem ao remetente que ela indicasse.

Marcos foi apresentado aos líderes da ocupação como pesquisador que desejava, futuramente (caso o comitê de ética aprove seu projeto de dissertação), fazer a pesquisa sobre a visão de um movimento social sobre a posição política da igreja católica a partir do Papa Francisco.

Logo após a reunião, esta pequena comissão se dirigiu ao local de concentração dos moradores da ocupação. Que foi num número reduzido (com proteção de distanciamento e máscaras) por causa da pandemia. Para a roda de conversa sobre direitos humanos.

Sabrina fez uma fala simples. Disse que os Direitos Humanos surgiram após os terrores da guerra e encerrou dizendo que as maiores lutas por tais direitos nos dias de hoje eram as semelhantes às travadas por estes moradores da ocupação, que lutava diariamente pela sobrevivência.

Elisa se apresentou como membra do comitê de Direitos Humanos e que estava à disposição deles na luta.

O advogado fez apresentação da situação para eles e disse que só mesmo por meio da união com estas forças poderia ser conquistado o direito humano à moradia tão almejado.

Aos moradores da ocupação o pesquisador foi apresentado com seu título de padre, por isso ele disse que “‘Deus’ não está ‘acima de todos’ (conforme lema do governo Bolsonaro), ele ‘caminha no meio do povo’” (frase de Pe. Júlio Lancelotti) e agradeceu por poder estar ali num lugar semelhante ao que Deus nasceu, viveu e morreu. Um lugar de pessoas humildes.

Ao término do encontro o pesquisador conheceu o Cosme, mais um apoiador da ocupação.

Foram tiradas fotos e foram trocados contatos para se unirem as forças. Além disso, Marcos pediu o contato de um padre que foi mencionado em uma das conversas. Cosme

também pediu para o pesquisador entrar em contato com o líder do Movimento Sem Terra de Tremembé – SP pois passou por algumas situações difíceis.

Marcos saiu dali com energia renovada em sua caminhada pessoal e viu que sua pesquisa será bem recebida ali.

Apêndice C – Relatório do Observador na Reunião dos Movimentos Populares

VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

No dia 18 de setembro de 2021 aconteceu em uma das cidades do Vale do Paraíba, uma reunião entre os diversos representantes de movimentos populares, e alguns apoiadores (sindicalistas, setores da igreja, da universidade, de organizações de direitos humanos e de partidos políticos de esquerda), da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com o objetivo de conversar sobre a ameaça bolsonarista principalmente para estas pessoas que são pobres, mas organizados (refletindo, assim, ameaça para o projeto ultraliberal com característica fascista do atual governo federal) e também para refletir sobre estratégias de resistência.

O movimento social desta pesquisa bem como o próprio pesquisador foram convidados. O critério de escolha do pesquisador foi o mesmo utilizado para que ele se tornasse um participante do movimento pesquisado: o ser religioso de esquerda. Também pessoas envolvidas nas causas destes movimentos se fizeram presentes.

(Como o era uma fazenda, depois de uma recepção informal com café, a reunião ocorreu no meio de um bosque de Lichia para ser possível agrupar várias pessoas com distanciamento físico ainda necessário por ainda, apesar do avanço de vacinas, não ter terminado a pandemia).

Foram expostas as diversas situações de ataques bolsonaristas a estes movimentos.

Invasão de áreas de proteção ambiental dos cinco assentamentos federais da região por pessoas mal-intencionadas, com o objetivo de fazer queimadas ou apenas ficarem morando ilegalmente e obterem lucros indevidos nas terras conquistadas por meio de luta, com ameaças às lideranças.

Os acampamentos (áreas do “Movimento Sem Terra” que ainda não foram conquistadas legalmente) também são postos em perigo, pois o dono da terra que estava sem função social (para especulação financeira) ateou fogo em determinada região da propriedade e acionou a CETESB que está prestes a ceder a licença ambiental e ser criado o assentamento.

Quilombos também sofreram certas invasões de pessoas envolvidas com a família Bolsonaro. Por meio de próprios quilombolas que acabam cedendo ao assédio de tais pessoas pela compra de áreas que ficam em locais turísticos com a finalidade de obter dinheiro para construção. Também as vidas das lideranças são expostas ao risco por estas influências externas, pois são considerados “comunistas”.

Também se fez presente um cacique da região que esteve em Brasília na luta contra a imposição de um “marco temporal” pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para as propriedades indígenas (querendo que só seja considerada terra demarcada as reconquistadas até a década de 80 e não as terras reconquistadas depois, sendo que a maioria delas só foram possíveis após a constituição de 1988). Mas, depois da união das lutas de vários povos indígenas em Brasília durante o período da votação, foi conquistada uma vitória provisória. Ele expôs também a dificuldade com outras violências que tem aumentado com este desgoverno (Bolsonaro).

Mas, é difícil (mas já era de se esperar) constatar que órgãos federais como INCRA e FUNAI são, durante o governo Bolsonaro, instrumentos de destruição e não de proteção.

Os sindicalistas expuseram a destruição dos direitos dos trabalhadores, que têm sido destruídos com as contrarreformas golpistas do atual governo. Além disso, a presença de bolsonaristas nas lideranças do movimento sindical complicou muito.

Foram várias as dificuldades apresentadas. Mas todas foram colocadas como uma luta única.

Inclusive integrantes do movimento por moradia se posicionaram contrário a este desgoverno e, assim como os demais movimentos ali presentes, assumiram compromissos de luta em comum.

Ficou marcada uma data para um encontro maior; também foi assumido um compromisso conjunto de denunciar sempre qualquer ataque, pois a questão não é pontual, é uma luta conjunta; também, nas redes sociais, ficou assumida a luta contra as *fake news* que propagou e manteve este desgoverno; assumiu-se também o mutirão de plantio de 50 mudas de árvores doadas pela ESALQ contrapondo a destruição descrita (a data será definida na próxima reunião); se propôs também levar esta reflexão para o Fórum de Lutas do Vale do

Paraíba; envolver os jovens destes movimentos e levar uma reflexão deles para o próximo encontro; participar dos atos “Fora Bolsonaro” organizados nacionalmente pela esquerda.

Foi importante este momento de união. Foi, possivelmente, o primeiro encontro presencial desde a pandemia. Percebia-se um renovado ardor para cada um retomar sua luta sabendo que não caminha sozinho. Levava-se dali um calor há muito impedido pela cruel pandemia.

Desta reunião foi criado um grupo chamado “Lutas – Vale e litoral”. A partir deste grupo Marcos se vinculou aos demais movimentos sociais desta região.

Anexos

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa “A Luta por Moradia e os Impactos da Religiosidade: Ações sociais e políticas de católicos em um movimento sem-teto na região do Vale do Paraíba”. Sob a responsabilidade do pesquisador Marcos Crescêncio Sobrinho. Nesta pesquisa pretende-se “trabalhar com impactos da religiosidade nas ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista”, por meio “da abordagem qualitativa com o uso dos instrumentos: observação participante e entrevista semi-estruturada”.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios são a contribuição para reflexões sobre a realidade dos movimentos sociais por moradia para o alcance de direitos sociais.

Os riscos são mínimos. Reconhece-se que o fato de reservar um tempo para dar entrevista significa menos tempo empregado em outras atividades. Também é sabido que determinadas perguntas podem constranger as pessoas. Mas se deseja dar autonomia para que elas possam se manifestar ou deixar a pesquisa a qualquer momento que desejarem. Entretanto, para evitar que ocorram danos oferece-se aos participantes da pesquisa que possam abandonar a mesma a qualquer momento, inclusive no próprio ato da pesquisa para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.



Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 997733638 (inclusive ligações à cobrar) ou e-mail: padresobrinho@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas:

pesquisador responsável _____ participante _____

 Marcos Crescêncio Sobrinho

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**A Luta por Moradia e os Impactos da Religiosidade: Ações sociais e políticas de católicos em um movimento sem-teto na região do Vale do Paraíba**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20__.

_____ Assinatura do(a) participante

Anexo B - Parecer Consubstanciado do CEP



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LUTA POR MORADIA E OS IMPACTOS DA RELIGIOSIDADE: Ações sociais e políticas de católicos em um movimento sem-teto na região do Vale do Paraíba

Pesquisador: Marcos Crescêncio Sobrinho

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50354221.8.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.916.026

Apresentação do Projeto:

Na atualidade vive-se um processo de desigualdade social profundo que alcança as mais diversas áreas da vida dos trabalhadores. Os ensinamentos religiosos exercem grande influência nas relações sociais e políticas que acompanham a formação da sociedade capitalista de produção e podem ser força tanto para sua manutenção quanto para mudanças na história

Objetivo da Pesquisa:

Analisar quais são os impactos da religiosidade nas ações sociais e políticas de católicos que atuam em um movimento social por moradia na região do Vale do Paraíba Paulista.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram apresentados adequadamente a pesquisa e muito bem esclarecidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A realidade contemporânea está permeada pelo acirramento dos conflitos decorrentes da desigualdade social e das disputas pelo poder político, no contexto brasileiro a organização social e política dos movimentos sociais por moradia enfrentam um grande desafio. Neste sentido a relevância da pesquisa na reflexão das questões essenciais para sobrevivência da humanidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo de infraestrutura, TCLE, Termo de compromisso do pesquisador e demais documentos necessários para desenvolvimento do processo de pesquisa foram apresentados adequadamente,

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.916.026

Recomendações:

Não há recomendações, o projeto atendeu todas as especificações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 13/08/2021, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa:

APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1801384.pdf	02/08/2021 14:03:19		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Marcos.docx	02/08/2021 13:58:23	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/08/2021 13:57:46	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Compromisso.pdf	02/08/2021 13:47:51	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	02/08/2021 13:23:55	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ORcAMENTO.docx	02/08/2021 13:22:23	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	02/08/2021 13:19:10	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	02/08/2021 13:18:48	Marcos Crescêncio Sobrinho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.916.026


TAUBATE, 18 de Agosto de 2021

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br

Anexo C – Decisão TJ SJC

fls. 38


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
 FORO PLANTÃO - 46ª CJ - S. J. DOS CAMPOS
 VARA PLANTÃO - S. J. DOS CAMPOS
 Avenida Salmao, 678, Parque Residencial Aquarius - CEP 12246-260,
 Fone: (12) 3876-7166, São José dos Campos-SP - E-mail: pl46@tjsp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: das 09h00min às 13h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: 1000126-30.2020.8.26.0617 -
 Classe - Assunto: Petição Cível - Petição intermediária
 Requerente: Nome da Parte Terceira Selecionada << Informação indisponível >>
 Endereço da Parte Terceira Selecionada << Informação indisponível >>
 Requerido: José Wilson Gonçalves de Almeida - Nicolau Mercadante, 62, Casa 2,
 Centro - CEP 12327-680, Jacarei-SP

Prioridade Idosa
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Marcos Augusto Barbosa dos Reis

Vistos.

Fls. 01/33: Trata-se de pedido de exceção de pré-executividade formulada por Maria Eliângela da Silva, postulando pela prorrogação de prazo concedido para desocupação voluntária da área objeto da ação de reintegração de posse, que tramita na comarca de Jacarei.


O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pleito, visto que a matéria não é objeto do plantão judicial, devendo ser apreciada pelo juiz natural do feito, após o recesso forense.

Decido.

A luz da Resolução nº 71, de 31/03/2009, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo:

Art. 1.128. O plantão judicial destina-se exclusivamente ao processamento e a apreciação de medidas urgentes e a outras necessidades relativas a serviços insadiáveis, dentre as quais:

- I – pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança em que apontada como costora autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;
- II – pedidos de cremação de cadáver;
- III – requerimentos para realização de exame de corpo de delito em caso de comprovada urgência;
- IV – pedidos de concessão de liberdade provisória, de liberdade em caso de prisão civil e casos criminais e de execução criminal de comprovada urgência;
- V – pedidos de concessão de medidas cautelares, de natureza cível ou criminal, no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
FORO PLANTÃO - 46ª CJ - S. J. DOS CAMPOS
VARA PLANTÃO - S. J. DOS CAMPOS
 Avenida Salmao, 678, Parque Residencial Aquarius - CEP 12246-260,
 Fone: (12) 3878-7166, São José dos Campos-SP - E-mail: pl46@tjsp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: das 09h00min às 13h00min

caso em que a demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação:

VI - pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VII - representação da autoridade policial ou do Ministério Público para decretação de prisão preventiva, ou temporária, desde que o pedido não possa ser apreciado em dia de expediente forense;

VIII - casos de apreensão e liberação de adolescentes a quem seja atribuída a prática de ato infracional;

IX - tutelas de urgência em ações que envolvam crianças e adolescentes, em situação de violação de direitos, inclusive para afastamento do convívio familiar;

X - comunicações de prisão em flagrante delicto;

XI - realização de audiência de custódia;

XII - pedidos de protestos formados a bordo;

XIII - realização da audiência admonitória, nos casos de cumprimento de mandado de prisão de condenação em regime aberto.

§ 1º Ressalvado no plantão judiciário especial, não serão apreciados no plantão judiciário incidentes verificados no cumprimento de decisão relativa a direito de visita.

§ 2º O plantão judiciário **NÃO** se destina:

I - a reiteração de pedido anteriormente apreciado pelo órgão judicial de origem ou em plantão anterior, **NEM** a sua reconsideração ou reexame, sem prejuízo, quando o caso, do disposto nos arts. 14 e 17 do Código de Processo Civil;

II - a apreciação de solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica.

§ 3º Não serão recepcionados requerimentos, petições ou expedientes diversos do *caput* e seus incisos, ou que se enquadrem nos §§ 1º e 2º deste artigo, competindo ao escritório judicial ou ao servidor responsável realizar triagem prévia e consultar, em caso de dúvida ou divergência, o juiz presente ao plantão.

No caso concreto, consultando os autos desse expediente e também do processo a que se refere, constata-se preliminarmente que não há urgência que justifique a usurpação da competência do MM. Juiz Natural.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
FORO PLANTÃO - 46ª CJ - S. J. DOS CAMPOS
VARA PLANTÃO - S. J. DOS CAMPOS
 Avenida Salmao, 678, Parque Residencial Aquarius - CEP 12246-260,
 Fone: (12) 3678-7166, São José dos Campos-SP - E-mail: pl46@tjcp.jus.br
 Horário de Atendimento ao Público: da: 09h00min a: 13h00min

Outrossim, verifico que o prazo concedido pelo MM. Juiz natural da causa para desocupação voluntária da área ocupada termina somente no dia 14 de Janeiro de 2021, muito tempo depois do término do recesso forense, no dia 06 de Janeiro.

Logo, o MM. Juiz Natural da causa deverá analisar o presente pedido, que não se enquadra, evidentemente, em nenhuma das matérias previstas para o Plantão Judiciário do Recesso.

Per todo o exposto:

Não conheço do pedido do presente expediente, por incompetência do Plantão Judiciário.

Ao primeiro dia útil forense após o presente Plantão Judiciário, remeta-se ao MM. Juízo e processo a que se referem esse expediente.

Intime(m)-se/cientifique(m)-se.

São José dos Campos, 28 de dezembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Anexo D – Ofício 004-2020

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



Ofício CDDH-PL n° 004/2020

Jacarei, 16 de dezembro de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacarei
Izaias Santana
Prefeitura Municipal de Jacarei
Praça dos Três Poderes, 73, Centro, 2º andar, Jacarei-SP, CEP 12327-170

Assunto: Despejo da Comunidade Quilombo Coração Valente e pandemia.

O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PEDRO LOBO (CDDH-PL), vem por meio deste relatar e solicitar o que se segue:

A pedido desse CDDH, em conjunto com a Comunidade Quilombo Coração Valente, foi solicitada a realização de reunião para tratar do tema referente ao despejo dessa ocupação, suspenso pelo Poder Judiciário em função da pandemia. Foi estipulado prazo para desocupação no dia 14/01/2021.

A reunião realizada entre a Comunidade, o senhor prefeito e a Defensoria Pública resultou nos seguintes encaminhamentos:

"Ao final, restou acertado que: (1) A liderança do Movimento fará com a Fundação Prólar de Jacarei uma triagem dos seus integrantes para seleção dos elegíveis à eventual; (2) A liderança disponibilizará aos técnicos da Fundação Prólar o "pré-projeto de loteamento" para definição exata da área necessária considerando o número máximo de beneficiários (240 famílias); (3) após a demarcação da área o Município fará a avaliação para repasse à Defensoria Pública e ao Advogado da Associação; (4) O Município analisará a conveniência de inclusão da área como zona de interesse preferencial para habitação; (5) O Dr. Denis informará à Prefeitura qualquer novidade quanto à conclusão do processo de regularização da associação."

Apesar do curto prazo para a Comunidade apresentar os cadastros das 240 famílias e o pré-projeto do loteamento (de segunda a quinta feira), o mesmo foi atendido. Entretanto, até a data de hoje não tiveram nenhuma resposta sobre a análise e encaminhamento por parte da Prefeitura das viabilidades na regularização da situação.

Como o prazo para a desocupação das famílias está muito próximo e a demanda ainda não pôde ser atendida pela prefeitura, e principalmente, como estamos avançando aceleradamente para novo pico da pandemia no início de 2021, com curvas ascendentes nos gráficos de contaminação da população, conforme amplamente divulgado pela imprensa e por pesquisadores do tema, **solicitamos encarecidamente que a Prefeitura de Jacarei se manifeste com urgência no processo de reintegração de posse, em favor de seus munícipes, no sentido de solicitar a suspensão do despejo até que seja solucionado o caso dessas famílias.**

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

**Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo**



E de forma subsidiária, caso o juiz não suspenda por prazo indeterminado até a solução pacífica do conflito, que ao menos seja suspenso por prazo razoável, para evitar uma tragédia nos índices da pandemia no município de Jacareí, já que essas 240 famílias não possuem qualquer alternativa de moradia, sendo compelidas a viverem nas ruas da cidade. Vale ressaltar que já temos previsão para imunização da população em nosso estado, e TODOS os organismos internacionais e nacionais de Direitos Humanos e Justiça orientam no sentido de se evitar a realização de despejos em período pandêmico.

Recordamos ainda que grande parte das famílias se encontram nessa situação por terem perdido seus empregos na pandemia, não tendo condições de pagar seus aluguéis, não restando assim outra alternativa que não fosse a ocupação de imóveis desocupados, solicitando ao Poder Público o cumprimento do determinado em nossa Constituição Federal, que é a destinação de imóveis improdutivos para a moradia de famílias sem teto, para a reforma urbana.

Certos do seu apreço aos direitos humanos, contamos com Vossa Excelência e solicitamos sua intervenção neste processo de reintegração de posse, no sentido de solicitar a suspensão do despejo até que o Estado encontre um local definitivo para essas famílias, que há tantos anos sofrem nessas condições, ou ao menos até a imunização de nossa população, evitando assim uma tragédia ainda maior.

Atenciosamente,

Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pedro Lobo

Comunidade Quilombo Coração Valente

Associação de Favelas

Luta Popular

Instituto Maira

Jubileu Sul Brasil

Campanha Despejo Zero Vale do Paraíba

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Anexo E – Ofício 005-2020

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



Ofício CDDH-PL nº 005/2020

Jacarei, 16 de dezembro de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito
Maurício Brisque Neiva
2ª. Vara Cível de Jacarei

Ref. Ao processo n. 1009619-07.2018.8.26.0292
Cumprimento Provisório de Sentença nº 0005345-46.2020.8.26.0292

Assunto: Despejo da Comunidade Quilombo Coração Valente e pandemia.

O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PEDRO LOBO (CDDH-PL), e entidades abaixo assinado, vêm por meio deste relatar e solicitar o que se segue.

A pedido desse CDDH, em conjunto com a Comunidade Quilombo Coração Valente, foi solicitada a realização de reunião com a Prefeitura Municipal de Jacarei para tratar do tema referente ao despejo dessa ocupação, suspenso pelo Poder Judiciário em função da pandemia. Foi estipulado prazo para desocupação no dia 14/01/2021.



Fotos do dia 22/09/2020 - reunião com a Prefeitura (arquivo pessoal)

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



A reunião realizada entre a Comunidade, o senhor prefeito e a Defensoria Pública resultou nos seguintes encaminhamentos (ata em anexo):

"Ao final, restou acertado que: (1) A liderança do Movimento fará com a Fundação Prólar de Jacareí uma triagem dos seus integrantes para seleção dos elegíveis à eventual; (2) A liderança disponibilizará aos técnicos da Fundação Prólar o "pré-projeto de loteamento" para definição exata da área necessária considerando o número máximo de beneficiários (240 famílias); (3) após a demarcação da área o Município fará a avaliação para repasse à Defensoria Pública e ao Advogado da Associação; (4) O Município analisará a conveniência de inclusão da área como zona de interesse preferencial para habitação; (5) O Dr. Denis informará à Prefeitura qualquer novidade quanto à conclusão do processo de regularização da associação."



Crianças na festa de aniversário da Comunidade Quilombo Coração Valente

Apesar do curto prazo para a Comunidade apresentar os cadastros das 240 famílias e o pré-projeto do loteamento (de segunda a quinta feira), o mesmo foi atendido. Entretanto, até a data de hoje não tiveram nenhuma resposta sobre a análise e encaminhamento por parte da Prefeitura das viabilidades na regularização da situação.

A Prefeitura de Jacareí se mostra disposta a solucionar a questão, apresentando algumas possibilidades, para além da desapropriação. O autor da reintegração de posse não possui nenhum plano imediato para a área em questão, sendo

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



no mínimo razoável a decisão de suspender a reintegração de posse nesse período excepcional da história.



Famílias da Comunidade Quilombo Coração Valente (foto arquivo pessoal)

Necessário recordar que a região já vivenciou uma terrível experiência, que foi o despejo do Pinheirinho, e que traumatizou de forma brutal não apenas as famílias da ocupação (vale ressaltar que algumas delas inclusive fazem parte da Comunidade Quilombo Coração Valente) mas boa parte da população de São José dos Campos, que presenciou um verdadeiro campo de guerra em decorrência de uma decisão judicial de proteção de uma propriedade que até os dias atuais permanece sem cumprir sua função social.



Moradias e vida em comunidade – uma alternativa para centenas de famílias (fotos arquivo pessoal)

Como o prazo para a desocupação das famílias está muito próximo e a

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



demanda ainda não pôde ser atendida pela prefeitura, e principalmente, como estamos avançando aceleradamente para novo pico da pandemia no início de 2021, com curvas ascendentes nos gráficos de contaminação da população, conforme amplamente divulgado pela imprensa e por pesquisadores do tema, solicitamos a suspensão do prazo para desocupação da Comunidade Quilombo Coração Valente, até que seja resolvida a situação das 240 famílias que lá se encontram.

Nas palavras da Associação de Juizes para a Democracia – AJD, em documento encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo: *“Por conseguinte, há risco atual ou iminente de que um enorme número de famílias sejam afetadas pelas decisões supra mencionadas, compelidas para que deixem suas moradias e que tenham de permanecer nas ruas e em outros espaços públicos abertos, por falta de políticas habitacionais que atendam, inclusive, a necessidade excepcional de distanciamento social e confinamento”*.

Além da AJD, em julho de 2019 o Ministério Público recomendou ao município de São Paulo a suspensão dos despejos em imóveis públicos, no período de pandemia. Essas iniciativas, dentre tantas outras, como a campanha Despejo Zero, buscam alertar para a incoerência estatal, que orienta a população a ficar em casa por um lado, e joga centenas de famílias ao Deus dará nas ruas, por meio de despejos forçados.



Referências para as novas gerações, a terceira idade é valorizada e cuidada pela Comunidade, especialmente em época de pandemia. Nas fotos, Dona Ernestina Maria, de 94 anos, com seu bisneto (fotos arquivo pessoal)

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



De forma subsidiária, caso não seja suspenso por prazo indeterminado até a solução pacífica do conflito, que ao menos seja suspenso por prazo razoável, para evitar uma tragédia nos índices da pandemia no município de Jacareí, já que essas 240 famílias não possuem qualquer alternativa de moradia, sendo compelidas a viverem nas ruas da cidade. Vale ressaltar que já temos previsão para imunização da população em nosso estado, e TODOS os organismos internacionais e nacionais de Direitos Humanos e Justiça orientam no sentido de se evitar a realização de despejos em período pandêmico.



Dona Nedra, de 65 anos, e sua produção de abóboras na área objeto de reintegração de posse; ao lado Dona Maria da Conceição, de 82 anos, em sua moradia. Moradores da terceira idade que encontraram uma alternativa de vida produtiva e digna na Comunidade Quilombo Coração Valente (fotos arquivo pessoal)

Recordamos ainda que grande parte das famílias se encontram nessa situação por terem perdido seus empregos na pandemia, não tendo condições de pagar seus aluguéis, não restando assim outra alternativa que não fosse a ocupação de imóveis desocupados, solicitando ao Poder Público o cumprimento do determinado em nossa Constituição Federal, que é a destinação de imóveis improdutivos para a moradia de famílias sem teto, para a reforma urbana.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Pedro Lobo



Crianças da Comunidade Quilombo Coração Valente em frente à Prefeitura de Jacareí reivindicando seu direito constitucional à moradia

Certos do seu apreço aos direitos humanos, solicitamos a Vossa Excelência a suspensão do despejo até que o Estado encontre um local definitivo para essas famílias, que há tantos anos sofrem nessas condições, ou ao menos até a imunização de nossa população, evitando assim uma tragédia ainda maior.

Atenciosamente,

Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pedro Lobo

Comunidade Quilombo Coração Valente

Associação de Favelas

Luta Popular

Instituto Maira

Jubileu Sul Brasil

Campanha Despejo Zero Vale do Paraíba

Rua Venezuela, 100, Jardim das Nações, Taubaté-SP, CEP 12030-310
cddhpedrolobo@gmail.com

Anexo F - STF Pet 9382 MC Deferida

MEDIDA CAUTELAR NA PETIÇÃO 9.382 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
 REQTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 REQTE.(S) : MARIA ELISANGELA DA SILVA
 PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 REQDO.(A/S) : JOSÉ WILSON GONSALVES DE ALMEIDA
 ADV.(A/S) : GUILHERME SERGIO CERSOSIMO

DECISÃO

Trata-se de requerimento de tutela provisória de urgência apresentado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e por MARIA ELISÂNGELA DA SILVA, buscando a atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A petição descreve o seguinte cenário fático:

Em 29 de outubro de 2018, JOSÉ WILSON GONSALVES DE ALMEIDA, ora requerido, ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face dos integrantes da ocupação denominada "Operação Quilombo Coração Valente".

Na ação possessória, o autor narra que é proprietário de imóvel no Município de Jacareí/SP, no qual pretende erguer empreendimento imobiliário.

Em 27/10/2018, foi informado de que estava ocorrendo uma grande invasão em sua propriedade.

Apesar de acionada, a Polícia Militar não conseguiu retirar o grande

PET 9382 MC / SP

número de invasores, muitos bastante exaltados e dispostos ao confronto.

Segundo informado na presente Petição, em 6/11/2018, o Juízo de primeiro grau deferiu a medida liminar, “para reintegrar a parte autora na posse do imóvel, assegurando-se aos réus (ocupantes), porém, antes do cumprimento coercitivo, para o que desde logo fica autorizado arrombamento e reforço policial, o prazo de 15 dias para desocupação voluntária, com retirada de todos os seus bens do local, sob pena de caracterização de abandono e perda da propriedade móvel, devendo todos os atos ser praticados pelo Oficial de Justiça no mesmo mandado, sem devolução” (vol. 3, fl. 20).

A ocupante Maria Elisângela da Silva e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ora requerentes, apresentaram agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, buscando reverter a liminar concedida.

Considerando presentes a relevância da fundamentação e o perigo na demora, o TJSP deferiu o efeito suspensivo em 17/7/2019.

Em 20/11/2019, o Juízo de primeiro grau proferiu sentença, julgando procedente o pedido inicial, de modo a confirmar a reintegração liminar de posse em favor do autor, ora requerido.

Interposta apelação pela Defensoria Pública, foi desprovida pelo TJSP em 22/7/2020, em acórdão assim ementado (vol. 3, fl. 78):

“Apelação – Ação de Reintegração de posse – Procedência – Cerceamento de defesa, face ao julgamento antecipado da lide, não configurado – Individualização dos réus ocupantes do imóvel para que integrem o polo passivo da relação processual – Desnecessidade – Demanda possessória que envolve grande número de pessoas desconhecidas – Citação que deve obedecer aos comandos do art. 554 do CPC – Preliminares rejeitadas –

2

PEF 9382 MC / SP

Invasão comprovada mediante farta prova documental, inclusive boletim de ocorrência e matérias jornalísticas - Requisitos do art. 561 do NCPC configurados - Esbulho caracterizado - Procedência da ação que deve ser confirmada - Fixação de honorários recursais nos termos do art. 85, § 11º, do CPC/15 - Recurso improvido, com recomendação. "

Tendo em conta a pandemia do Coronavírus, a Defensoria Pública apresentou manifestação em 3/8/2020, perante o Juízo de primeira instância, pleiteando a suspensão do cumprimento da ordem de reintegração.

Considerando a grave situação de saúde pública, o magistrado acolheu a postulação em 13/8/2020, nos seguintes termos:

"Fls. 801/810 e 914/917: considerando a manifestação das partes e a pandemia do coronavírus Covid-19, na esteira da observação consignada no v. Acórdão a fls. 769, defiro o prazo de 120 (cento e vinte) dias para que os réus possam desocupar a área com segurança, de forma gradual, organizada e com observância das medidas e restrições sanitárias impostas pelas autoridades públicas estaduais e municipais.

O prazo ora concedido tem caráter essencialmente sanitário, para que os réus consigam se organizar e desocupar a área com segurança em razão da pandemia, não se presta a protelar o cumprimento da ordem de reintegração.

Ao final do prazo, ou se desvirtuada a finalidade para a qual ele foi concedido, a ordem de reintegração será cumprida de imediato.

Nesses termos, pois, expeça-se mandado de reintegração de posse, devendo o Sr. Oficial de Justiça:

- (i) comparecer ao local a cada 30 dias para constatar se os réus estão providenciando a desocupação voluntária e organizada à qual se destina o prazo de 120 dias ora concedido;
- (ii) ao final do prazo, caso necessário, proceder ao cumprimento forçado da ordem, ficando autorizados o reforço

3

PER 9382 MC / SP

policial e arrombamento.” (vol. 3, fl. 100)

Dois dias antes, em 11/8/2020, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Maria Elisângela da Silva haviam interposto Recurso Extraordinário, buscando reformar o acórdão do TJSP. Em suas razões, apontam ofensa aos seguintes dispositivos constitucionais:

(a) art. 97 da Constituição, tendo em conta a frontal ofensa ao princípio da reserva de Plenário, pois o Tribunal deixou de aplicar resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos, desrespeitando a cláusula do *full bench*;

(b) art. 5º, LV, haja vista o flagrante cerceamento do direito de defesa, já que indeferido o pedido de produção de provas essenciais para a demonstração da inexistência do direito do autor;

(c) art. 5º, LV, em face da grave violação ao devido processo legal, pois não houve a necessária individualização dos réus, para fins de citação;

(d) art. 5º, XXXIII, pois deferiu-se a posse em favor de quem jamais deu função social à propriedade.

Em 5/11/2020, o TJSP negou seguimento ao RE.

No presente pedido de Tutela Provisória de Urgência, constam os seguintes fundamentos:

(I) Hoje, ainda que com certa precariedade em termos de habitabilidade, aproximadamente 200 famílias moram no local (quase 800 pessoas), onde construíram suas “casas” e lá conseguiram um abrigo das ruas da Cidade – especialmente neste momento de pandemia.

4

PET 9382 MC / SP

(II) Pelas fotos acostadas a esta petição, vislumbra-se que os ocupantes, desde o ingresso na posse, têm dado destinação social à terra, extraindo dela o seu alimento e a sua renda-respeitando-se, com efeito, a salubridade do solo e a sustentabilidade ambiental. Para sobreviver à exclusão, as famílias deram função social à gleba que encontrava-se abandonada, sendo que hoje na área há criação de animais, produção de horta e acesso à água, fornecida provisoriamente em tempos de pandemia por força de liminar obtida por esta Defensoria Pública nos autos da Ação Civil Pública nº 1002351-63.2020.8.26.0292.

Em pleno final de ano – onde pessoas encontravam-se no início de festas natalinas e preparativo para o recesso forense e do próprio Município – a r. sentença determinou a reintegração imediata de posse, suspensa em seguida conforme descrito acima. Agora, em plena pandemia, o não provimento do recurso de apelação, com agendamento de reintegração novamente para o período de final de ano – e em plena pandemia, coloca os moradores e moradoras em situação de extrema preocupação e ansiedade – já no limite em razão do sofrimento causado pelo confinamento social em razão da Covid-19.

No local hoje moram aproximadamente 70 crianças de 0 a 12 anos, 14 idosos acima de 60 anos e diversas pessoas com deficiência mental, muitos deles pertencentes ao grupo de risco para a Covid-19 e mesmo assim na iminência de serem deslocados de força forçada de suas casas.

(III) De forma resumida, as questões discutidas no presente feito emergem do quanto disposto no artigo 6º, da Constituição Federal de 1988, que prevê o direito social à moradia, dentre outros.

Tal direito encontra-se totalmente relacionado ao dever do Estado de concretizarem suas políticas públicas de habitação social, conforme preconiza o artigo 23, inciso IV e X, da CF/88.

No mesmo sentido, o artigo 182, também da Constituição

5

PET 9382 MC / SP

Federal, traz a relação do direito à moradia com o direito à cidade sustentável, estabelecendo, como objetivos das políticas públicas do Poder Público Municipal, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantia do bem-estar de seus habitantes.

Por sua vez, o direito possessório tem sua natureza alicerçada em situação fática – que pode envolver o aspecto subjetivo, como a legitimidade das partes, assim como o aspecto objetivo, o imóvel em si, como o respeito à função social, o exercício da posse e os atos inerentes a ela.

E foi justamente nesse pensamento que a defesa trouxe pontos que questionam o direito subjetivo e objetivo do autor no que se refere à ação possessória. Contudo, no desenvolver da ação, o magistrado de primeira instância julgou procedente o pedido do autor, de forma antecipada, fundamentando que não se faz necessária a produção de provas.

E foi com base no cerceamento ao direito de defesa de produzir suas provas e demonstrar o direito alegado que apresentou-se recurso de apelação, com pedido liminar de nulidade da sentença de primeiro grau, reconhecendo o cerceamento de defesa, entre outros.

Contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu pelo não provimento do recurso, afastando a preliminar de cerceamento de defesa.

Não se pode deixar de mencionar que além da tese de falta de função social da propriedade, há alegação de ilegitimidade ativa –tudo em razão da forma de aquisição da propriedade –que reflete automaticamente no uso da posse, já que há questionamento judicial de alguns herdeiros da propriedade ao ato da alienação de um deles– o que poderia ser muito melhor elucidado na fase de instrução – negada à população carente.

Há conflito sobre a própria propriedade da área – e as negociações que desencadearam a venda para o autor da presente ação– que implica em risco para a segurança jurídica a ser materializada com a prestação jurisdicional, e, inclusive,

6

PET 9382 MC / SP

com a própria tentativa de conciliação para possível negociação da área.

(IV) "Tendo em vista os efeitos dramáticos ao município que a desocupação da área pelas cerca de 800 pessoas que nela habitam e, ainda, tendo em vista que o local é reconhecidamente pelo Poder Público ocupado por pessoas de baixa renda, o prefeito do Município de Jacareí há 7 dias editou o Decreto Municipal nº 3/21 (anexo).

A edição do ato normativo demonstra a importância da área para a moradia de pessoas de baixa renda e os efeitos desastrosos da desocupação que se avizinha, de forma que o referido decreto instituiu a área como Área Especial de Interesse Social - AEIS (decreto anexo) em 04 de janeiro de 2021.

A edição do decreto demonstra que a prefeitura pretende regularizar a área para moradia de população de baixa renda, tendo em vista que o artigo 3º da Lei Municipal a que o decreto faz menção indica que:

"III - Área Especial de Interesse Social - AEIS: parcela de área urbana ou de área rural com características urbanas, instituída pelo Poder Público Municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de uso, ocupação e urbanização do solo, em conformidade com a presente Lei".

Assim, o decreto demonstra que a área deverá ser desapropriada para que seja convertida em moradia de baixa renda, não havendo qualquer lógica em sua desocupação para que futuramente venha a ser ocupada por uma população com o mesmo perfil que a dos atuais moradores.

Não há qualquer razoabilidade em desocupar a área em meio à maior pandemia da história do país para que em curto espaço de tempo o imóvel venha a ser desapropriado e não

PET 9382 MC / SP

passage de qualquer forma à posse do autor da ação. Ademais, caso isso ocorra, os danos patrimoniais às pessoas que ali habitam serão intensos tendo em vista que serão tirados de suas residências para posteriormente voltarem ao local em situação de absoluta precariedade.

Neste sentido, os esforços do Poder Público local em declarar interesse da área para regularização para fins de moradia de população de baixa renda deverão ser corroborados por este E. Supremo Tribunal Federal.

Amparados nesses argumentos, sustentam haver forte probabilidade de acolhimento do Recurso Extraordinário, em face das graves violações à Constituição perpetradas pelo acórdão recorrido. Asseveram que “a ação estatal, consistente na execução da ordem de reintegração de posse sem a apresentação de um planejamento concreto e a garantia de reassentamento das 800 pessoas que compõem a comunidade Quilombo Coração Valente, tem altíssima probabilidade de causar lesão a diversos direitos humanos daqueles cidadãos, dentre os quais: direito à vida, à integridade física, à propriedade e outros direitos sociais, dentre os quais o próprio direito à moradia”.

Sustentam ser notório o perigo na demora, pois “há ordem de reintegração de posse confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para cumprimento daqui 5 dias, sem a existência da comprovação do efetivo planejamento da operação, plano de reassentamento e em meio à longínqua pandemia. Diante da proximidade temporal e da ausência de medidas destinadas a atender a solução de risco apresentada, cabível a concessão do pedido de efeito suspensivo ao recurso”

Registram que a desocupação, em momento de aumento de casos da pandemia do Coronavírus, tem o potencial de disseminar amplamente a doença entre centenas de pessoas, inclusive idosos e pessoas com graves enfermidades.

PET 9382 MC / SP

Ao final, apresentam os seguintes pedidos:

"(i) Liminarmente, a concessão de efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário na Apelação nº 1009619-07.2018.8.26.0292- 1ª Câmara de Direito Privado do E. TJSP;

(ii) Liminarmente, a suspensão da ordem de reintegração de posse, condicionando-a não só ao julgamento definitivo do Recurso Extraordinário por força do efeito suspensivo ora requerido, mas também até o fim da pandemia instalada no país, impedindo atos de assédio moral ou coação por parte do proprietário ou agentes de Estado - como determinado na decisão de primeira instância, sob pena de aumento do sofrimento psicológico em razão do confinamento vivenciado;

(iii) a citação da requerida, se o caso, para, se desejarem, responder no prazo legal a presente. "

É o relatório do essencial. Decido.

Na hipótese, estão presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência pleiteada.

Em primeiro lugar, a presente petição traz questões jurídicas relevantes, seja do ponto de vista processual (ofensa à reserva de Plenário e ao princípio do devido processo legal), seja no que concerne ao direito material (função social da propriedade e direito fundamental à moradia).

Em segundo lugar, verifica-se risco iminente de dano irreparável, pois está prestes a ser efetivada a remoção de centenas de famílias, de área ocupada há cerca de três anos. A realização deste ato no presente momento, em que se verifica recrudescimento dos casos de infecções e mortes pelo vírus do COVID-19, certamente elevaria a exposição das pessoas à grave doença. Registre-se estar demonstrado o número exponencial de indivíduos em situação de risco (idosos e enfermos).

9

PET 9382 MC / SP

Portanto, deve ser mantido o estado de fato, até que haja definitivo pronunciamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL acerca do RE interposto na ação possessória.

Diante de todo o exposto, com base no parágrafo único do art. 995 do Código de Processo Civil, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, para (I) suspender os efeitos do do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da Apelação nº 1009619-07.2016.8.26.0292; (II) suspender a ordem de reintegração de posse, até o trânsito em julgado da decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL quanto ao Recurso Extraordinário.

Comunique-se COM URGÊNCIA ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente

ANEXO G – Relatório Oficial da Reunião dos Movimentos Populares

(Enviado via internet aos participantes da reunião – à qual o pesquisador estava presente)

REUNIÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

No dia 18 de setembro, estivemos reunidos representantes de assentados, acampados rurais e urbanos, indígenas, quilombolas, sindicalistas, setores da igreja, da universidade, de organizações de direitos humanos e de partidos políticos de esquerda da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte paulistas, com a finalidade de avaliar a conjuntura regional e pensar estratégias de luta frente ao avanço do bolsonarismo em nossos territórios e espaços de militância.

Compartilhando as informações e análises de cada um dos setores representados, constatamos que, apesar da peculiaridade de cada caso, possuímos diversos pontos em comum, o que aponta a necessidade de articulação, solidariedade e unidade entre os setores populares. Os relatos apontam as seguintes preocupações:

- **Assentados:** os territórios dos assentamentos federais (5) têm sofrido constantemente invasões de suas áreas de reserva legal e áreas coletivas. Essas invasões têm sido organizadas com apoio de setores do crime organizado, em uma prática de ameaças a lideranças de assentados, com destruição ambiental, por meio do loteamento e venda dessas terras e com cobranças de serviços, como gatos de luz (práticas comuns nas milícias). Geralmente há um político local envolvido, com forte ligação com o bolsonarismo. Muitas vezes possuem apoio de algum morador do assentamento, que passa informações detalhadas.

- **Quilombos:** as invasões de áreas coletivas se dão por meio de determinados quilombolas que servem de laranjas ao capital externo ao quilombo. Por sofrerem forte especulação imobiliária (pela proximidade com a praia), o capital é injetado para a construção de imóveis (para locação de temporada e comércios) em área coletiva. Também possuem apoio de políticos ou figuras conhecidas no município pelas relações que mantêm com a

família Bolsonaro. Esses fazem pressão junto à prefeitura para regularização das construções, sob a alegação que se trata de direitos quilombolas e o que ocorre no território é apenas um “conflito entre quilombolas”. Ameaças às lideranças são constantes, com promessas de pagamentos em dinheiro e até imóveis pela “cabeça” daqueles que verdadeiramente lutam por direitos quilombolas (acusados de serem comunistas). Não respeitam decisões coletivas nem as instituições estatais responsáveis pela regularização da área.

- **Acampados (rurais):** têm sofrido com incêndios criminosos, iniciados pelo funcionário do proprietário da fazenda que está em processo de desapropriação. Após incendiar boa parte da fazenda, incluindo áreas de reservas e minas, o proprietário denunciou o incêndio à CETESB, órgão responsável por emitir a licença ambiental (requisito para a criação do assentamento), numa clara tentativa de impedir a criação do assentamento, que se encontra em fase avançada.

- **Indígenas:** além do aumento da violência contra os indígenas (com ataques por parte de jagunços/milícias rurais e do crime organizado às aldeias), o perigo da aprovação do Marco Temporal no julgamento do STF e principalmente no Congresso (com o PL 490) coloca em risco a maioria das comunidades indígenas do país, visto que as retomadas de suas terras se deram a partir da Constituição Federal de 1988.

- **Sindicalistas:** após o golpe de 2016, as contrarreformas avançaram a passos largos, em especial a previdenciária e a trabalhista, que além de retirar direitos dos trabalhadores, cumpriram o papel de enfraquecer o movimento sindical. A reforma administrativa, que está em tramitação, também aprofundará a crise no movimento sindical. Boa parte da base e dos dirigentes sindicais foram cooptados pelo bolsonarismo, tornando-se difícil a mobilização de massas e até arriscada a militância.

- **Pesquisadores:** os ataques às universidades e ao discurso científico, a estratégia (mundial) das *fake news*, desenvolvida por Steve Bannon e aplicada diretamente e com grande intensidade durante o processo eleitoral e após este, contribuem para o aumento do fascismo bolsonarista na sociedade como um todo, refletindo nos diversos espaços e territórios, tradicionalmente ocupados pela esquerda.

Após o relato dos presentes, confirmou-se de forma empírica a invasão do bolsonarismo na região, especialmente em territórios de conquista dos movimentos populares (assentamentos, terras indígenas e quilombos) que estão sob controle do Governo Federal (INCRA e FUNAI). Esses órgãos, que sofrem forte desestruturação, não fiscalizam os territórios federais, possuindo atuação burocrática (notificando em alguns momentos os invasores) apenas quando provocados por denúncias feitas junto ao Poder Judiciário, fazendo “vistas grossas” ao avanço do bolsonarismo nessas áreas.

Considerando a atual conjuntura e a vacinação de boa parte dos militantes – a lentidão na vacinação e os riscos da pandemia contribuíram para a falta de mobilização popular nesse período de ataques –, se avaliou a necessidade da retomada da organização e mobilização populares. Para tanto, é necessário que seja ampliado o coletivo para outras organizações, militantes e instituições da região que queiram construir e participar da resistência e luta contra o governo Bolsonaro, mas também contra o bolsonarismo. Algumas propostas foram apresentadas com base nessas avaliações e os seguintes encaminhamentos aprovados:

- Fazer uma reunião ampliada dia 12/10 (local e horário ainda serão definidos);
- Realizar ações de solidariedade entre os movimentos/militantes presentes sempre que chamados;
- Disputar nas redes sociais a informação/formação, denunciando as mentiras e divulgando nossas pautas;
- Realizar mutirão de plantio de mudas nas áreas invadidas (50 mil mudas doadas pela ESALQ para a região) com os diversos setores de luta como ação política de contraposição à destruição ambiental do governo Bolsonaro (proposta será levada na reunião do dia 12);
- Levar essas questões para a reunião do Fórum de Lutas do Vale do Paraíba para somarmos;
- Realizar denúncias (*politicamente* por meio de audiências públicas com deputados parceiros e outras atividades; e *juridicamente* junto à defensoria, ministério público, estaduais e federais);

- Realizar atividades de formação com a juventude desses movimentos/territórios (no dia 12 haverá uma atividade);
- Participar dos atos FORA BOLSONARO nos dias 2/10 e 15/11, chamados pela esquerda.

Estavam presentes na reunião militantes das seguintes organizações/territórios:

- Assentamento Olga Benário (Tremembé)
- Assentamento Nova Conquista (Tremembé)
- Assentamento Luiz Carlos Prestes (Taubaté)
- Assentamento Manoel Neto (Taubaté)
- Assentamento Nova Esperança (São José dos Campos)
- Acampamento Egídio Brunetto (Lagoinha)
- Ocupação Quilombo Coração Valente (Jacareí)
- Quilombo da Caçandoca (Ubatuba)
- Aldeia Boa Vista (Ubatuba)
- Coomatre (Regional)
- Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pedro Lobo (Regional)
- Luta Popular
- MST
- CONAQ
- CUT
- CSP-Conlutas

- Sindicato da Alimentação (Campos do Jordão)
- Pesquisadores da UNITAU e PUC/SP
- PSOL
- PT
- PCdoB
- PSTU

Por fim, importante relatar a alegria do reencontro entre os presentes, e a disposição de todos em lutar pela transformação da triste realidade em que nos encontramos. Que a próxima (re)união seja maior e possamos juntos fortalecer nossas esperanças e unidade!

FORA BOLSONARO!

PELA DESTRUIÇÃO DO FASCISMO BOLSONARISTA!

POR UMA SOCIEDADE JUSTA!

Anexo H – Fotos do Ato Inter-religioso 2020

Este ato ocorreu para dar visibilidade na ocupação e para ser um apoio espiritual aos ocupantes no período de risco de despejo.



Os dois que estão olhando para a Elisângela (coordenadora) são (da direita para a esquerda): O pesquisador (Marcos) e Carlos Antônio, amigo do pesquisador. Ambos são padres da diocese de Taubaté. São os dois religiosos vindos de fora. Os demais (que não são católicos) são moradores do próprio Coração Valente.



Religiosos e apoiadores. Ao centro, de máscara vermelha: Elisângela.



População foi convidada, mas nem todos se sentiram à vontade para comparecer, pois, infelizmente existe um grande preconceito (não só na ocupação) contra a religiosidade de origem afro. Mesmo assim foi muito proveitoso o encontro. Num dia de sol forte, com um espaço limitado, em meio à pandemia. O uso de máscaras foi respeitado pela grande maioria.